

# Índice

## Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

## DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa	7

## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013	8
DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012	9
Demonstração do Valor Adicionado	10

## DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	11
Balanço Patrimonial Passivo	12
Demonstração do Resultado	13
Demonstração do Resultado Abrangente	14
Demonstração do Fluxo de Caixa	15

## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013	16
DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012	17
Demonstração do Valor Adicionado	18

Comentário do Desempenho	19
Notas Explicativas	30

## Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	95
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	97
Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	98

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Unidades)</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2013</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	4.576.432
Preferenciais	4.607.026
<b>Total</b>	<b>9.183.458</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>0</b>

**Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro**

<b>Evento</b>	<b>Aprovação</b>	<b>Provento</b>	<b>Início Pagamento</b>	<b>Espécie de Ação</b>	<b>Classe de Ação</b>	<b>Provento por Ação (Reais / Ação)</b>
Assembleia Geral Ordinária	30/04/2013	Dividendo	31/12/2013	Ordinária		2,46640
Assembleia Geral Ordinária	30/04/2013	Dividendo	31/12/2013	Preferencial	Preferencial Classe A	4,59932
Assembleia Geral Ordinária	30/04/2013	Dividendo	31/12/2013	Preferencial	Preferencial Classe B	3,76926

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2013</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2012</b>
1	Ativo Total	643.688	833.544
1.01	Ativo Circulante	28.441	112.995
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.915	88.787
1.01.03	Contas a Receber	8.019	3.348
1.01.03.01	Clientes	8.019	3.348
1.01.04	Estoques	934	929
1.01.06	Tributos a Recuperar	7.706	8.661
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	7.706	8.661
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	9.867	11.270
1.01.08.03	Outros	9.867	11.270
1.02	Ativo Não Circulante	615.247	720.549
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	4.722	4.722
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	255	255
1.02.01.08.01	Créditos com Coligadas	255	255
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	4.467	4.467
1.02.01.09.03	Depósitos e Bloqueios Judiciais	4.467	4.467
1.02.02	Investimentos	595.691	700.958
1.02.02.01	Participações Societárias	595.691	700.958
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	103.768	104.676
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	437.835	542.579
1.02.02.01.03	Participações em Controladas em Conjunto	52.335	51.950
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	1.753	1.753
1.02.03	Imobilizado	14.834	14.869
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	14.834	14.869

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2013</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2012</b>
2	Passivo Total	643.688	833.544
2.01	Passivo Circulante	16.053	31.941
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	201	127
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	201	127
2.01.02	Fornecedores	4.744	2.972
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	4.744	2.972
2.01.03	Obrigações Fiscais	769	1.676
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	714	1.616
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais Federais	714	1.616
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	0	40
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	55	20
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	0	16.962
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	0	16.962
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	0	16.962
2.01.05	Outras Obrigações	1.095	960
2.01.05.02	Outros	1.095	960
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	574	574
2.01.05.02.04	Outras Obrigações	521	386
2.01.06	Provisões	9.244	9.244
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	9.244	9.244
2.02	Passivo Não Circulante	309.269	374.981
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	0	65.712
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	0	65.712
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	0	65.712
2.02.02	Outras Obrigações	212.000	212.000
2.02.02.02	Outros	212.000	212.000
2.02.02.02.02	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	212.000	212.000
2.02.03	Tributos Diferidos	97.269	97.269
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	97.269	97.269
2.03	Patrimônio Líquido	318.366	426.622
2.03.01	Capital Social Realizado	342.056	342.056
2.03.02	Reservas de Capital	11.969	11.969
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	11.969	11.969
2.03.04	Reservas de Lucros	31.272	31.272
2.03.04.01	Reserva Legal	2.051	2.051
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	29.221	29.221
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-273.496	-165.240
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	206.565	206.565

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	12.338	8.194
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-7.294	-8.269
3.03	Resultado Bruto	5.044	-75
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-32.464	17.500
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-2.994	-2.043
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	78	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-43	-40
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-29.505	19.583
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-27.420	17.425
3.06	Resultado Financeiro	-3.011	-199
3.06.01	Receitas Financeiras	855	31
3.06.02	Despesas Financeiras	-3.866	-230
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-30.431	17.226
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-2.061	0
3.08.01	Corrente	-2.061	0
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-32.492	17.226
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-32.492	17.226
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	-3,53829	1,87590
3.99.01.02	PNA	-3,53829	1,87590
3.99.01.03	PNB	-3,53829	1,87590
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	-3,53829	1,87590
3.99.02.02	PNA	-3,53829	1,87590
3.99.02.03	PNB	-3,53829	1,87590

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012</b>
4.01	Lucro Líquido do Período	-32.492	17.226
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-75.764	0
4.03	Resultado Abrangente do Período	-108.256	17.226

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Direto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-1.871	8.195
6.01.01	Recebimento de Consumidores	9.138	9.921
6.01.02	Fornecedores - Materiais e Serviços	-7.508	-12.148
6.01.04	Salários e Encargos Sociais	-1.527	-1.084
6.01.05	Rendimento de Aplicações Financeiras	598	32
6.01.06	Pagamentos de Encargos da Dívida	-1.304	-31
6.01.07	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Recebidos	1.655	13.143
6.01.08	Impostos e Contribuições	-2.828	-1.389
6.01.10	Outros Pagamento/Recebimentos	-95	-249
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1	-9.000
6.02.01	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-1	-9.000
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-85.000	-1.333
6.03.01	Amortização de Empréstimos e Financiamentos	-85.000	-1.333
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-86.872	-2.138
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	88.787	3.467
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.915	1.329

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	342.056	11.969	31.272	0	206.565	591.862
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	-165.240	0	-165.240
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	342.056	11.969	31.272	-165.240	206.565	426.622
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-108.256	0	-108.256
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-32.492	0	-32.492
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-75.764	0	-75.764
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Controladas e Coligadas	0	0	0	-75.764	0	-75.764
5.07	Saldos Finais	342.056	11.969	31.272	-273.496	206.565	318.366

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	342.056	11.994	29.600	-53.305	187.970	518.315
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	-69.344	0	-69.344
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	342.056	11.994	29.600	-122.649	187.970	448.971
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	17.226	0	17.226
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	17.226	0	17.226
5.07	Saldos Finais	342.056	11.994	29.600	-105.423	187.970	466.197

**DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012</b>
7.01	Receitas	13.902	9.235
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	13.902	9.235
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-9.290	-9.949
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-9.322	-9.987
7.02.04	Outros	32	38
7.03	Valor Adicionado Bruto	4.612	-714
7.04	Retenções	-35	-15
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-35	-15
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	4.577	-729
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	-28.650	19.615
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-29.505	19.583
7.06.02	Receitas Financeiras	855	32
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-24.073	18.886
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-24.073	18.886
7.08.01	Pessoal	839	270
7.08.01.01	Remuneração Direta	807	262
7.08.01.02	Benefícios	32	8
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	3.688	1.150
7.08.02.01	Federais	3.410	964
7.08.02.02	Estaduais	278	186
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	3.892	240
7.08.03.01	Juros	3.868	230
7.08.03.02	Aluguéis	24	10
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-32.492	17.226
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-32.492	17.226

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2013</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2012</b>
1	Ativo Total	2.261.328	2.392.538
1.01	Ativo Circulante	414.486	568.250
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	77.314	182.290
1.01.02	Aplicações Financeiras	582	9.805
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	582	9.805
1.01.03	Contas a Receber	252.262	308.138
1.01.03.01	Clientes	252.262	308.138
1.01.03.01.01	Consumidores e Revendedores	252.262	308.138
1.01.04	Estoques	9.183	8.540
1.01.06	Tributos a Recuperar	28.165	25.372
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	28.165	25.372
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	46.980	34.105
1.01.08.03	Outros	46.980	34.105
1.02	Ativo Não Circulante	1.846.842	1.824.288
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	757.068	745.029
1.02.01.03	Contas a Receber	97.775	98.462
1.02.01.03.01	Clientes	97.775	98.462
1.02.01.06	Tributos Diferidos	8.897	8.897
1.02.01.06.02	Imposto de Renda e Contribuição Social Compensáveis	8.897	8.897
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	650.396	637.670
1.02.01.09.01	Ativos Não-Correntes a Venda	1.714	1.714
1.02.01.09.03	Depósitos e Bloqueios Judiciais	13.497	11.768
1.02.01.09.05	Ativo Financeiro de Concessões	633.457	622.486
1.02.01.09.09	Demais Créditos	1.728	1.702
1.02.02	Investimentos	662.938	659.951
1.02.02.01	Participações Societárias	388.538	385.551
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	386.784	383.798
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	1.754	1.753
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	274.400	274.400
1.02.03	Imobilizado	118.711	118.492
1.02.04	Intangível	308.125	300.816

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2013</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2012</b>
2	Passivo Total	2.261.328	2.392.538
2.01	Passivo Circulante	602.148	609.403
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	29.307	29.004
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	29.307	29.004
2.01.02	Fornecedores	185.514	169.434
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	185.514	169.434
2.01.03	Obrigações Fiscais	76.417	98.757
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	13.453	22.007
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	3.177	4.803
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais Federais	10.276	17.204
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	61.971	75.831
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	993	919
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	97.558	103.269
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	97.558	103.269
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	97.558	103.269
2.01.05	Outras Obrigações	199.973	196.015
2.01.05.02	Outros	199.973	196.015
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	14.811	14.811
2.01.05.02.05	Encargos Regulatórios	105.103	99.387
2.01.05.02.06	Benefícios Pós Emprego	63.440	56.126
2.01.05.02.10	Outras Obrigações	16.619	25.691
2.01.06	Provisões	13.379	12.924
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	13.379	12.924
2.02	Passivo Não Circulante	1.109.149	1.126.389
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	206.004	289.821
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	206.004	289.821
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	206.004	289.821
2.02.02	Outras Obrigações	727.248	659.158
2.02.02.02	Outros	727.248	659.158
2.02.02.02.03	Benefícios Pós Emprego	393.560	328.920
2.02.02.02.04	Encargos Regulatórios	113.855	109.881
2.02.02.02.06	Outras Obrigações	219.833	220.357
2.02.03	Tributos Diferidos	134.101	136.157
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	134.101	136.157
2.02.04	Provisões	41.796	41.253
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	41.796	41.253
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	550.031	656.746
2.03.01	Capital Social Realizado	342.056	342.056
2.03.02	Reservas de Capital	11.969	11.969
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	11.969	11.969
2.03.04	Reservas de Lucros	31.272	31.272
2.03.04.01	Reserva Legal	2.051	2.051
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	29.221	29.221
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-273.496	-165.240
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	206.565	206.565
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	231.665	230.124

**DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	378.411	357.458
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-344.937	-290.461
3.02.01	Custo com Energia Elétrica	-249.488	-200.423
3.02.02	Custo de Operação	-87.366	-80.564
3.02.03	Custo do Serviço Prestado a Terceiros	-8.083	-9.474
3.03	Resultado Bruto	33.474	66.997
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-53.508	-29.528
3.04.01	Despesas com Vendas	-15.735	-2.414
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-40.249	-38.878
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	16.244	22.956
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-16.754	-12.231
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	2.986	1.039
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-20.034	37.469
3.06	Resultado Financeiro	-6.919	-8.368
3.06.01	Receitas Financeiras	9.201	11.113
3.06.02	Despesas Financeiras	-16.120	-19.481
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-26.953	29.101
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-3.998	-7.660
3.08.01	Corrente	-3.998	-9.267
3.08.02	Diferido	0	1.607
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-30.951	21.441
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-30.951	21.441
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-32.492	17.226
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	1.541	4.215
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	-3,53829	1,87590
3.99.01.02	PNA	-3,53829	1,87590
3.99.01.03	PNB	-3,53829	1,87590
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	-3,53829	1,87590
3.99.02.02	PNA	-3,53829	1,87590
3.99.02.03	PNB	-3,53829	1,87590

**DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012</b>
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-30.951	21.441
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-75.764	0
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-106.715	21.441
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-108.256	17.226
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	1.541	4.215

**DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Direto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	2.863	-32.228
6.01.01	Recebimento de Consumidores	637.332	543.416
6.01.02	Fornecedores - Materiais e Serviços	-62.508	-68.656
6.01.03	Fornecedores - Energia Elétrica	-327.758	-224.714
6.01.04	Salários e Encargos Sociais	-66.092	-55.979
6.01.05	Rendimento de Aplicações Financeiras	6.987	689
6.01.06	Pagamento de Encargos da Dívida	-8.051	-11.072
6.01.07	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio	252	0
6.01.08	Impostos e Contribuições	-158.703	-158.460
6.01.09	Encargos Setoriais	-15.018	-43.286
6.01.10	Outros Pagamentos/Recebimentos	-7.338	-14.166
6.01.11	Resgate de Fundo de Aplicação - Principal	3.760	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-16.349	8.588
6.02.01	Aquisição de Ativos Financeiros da Concessão, Intangíveis e Imobilizados	-16.348	-9.319
6.02.02	Alienação de Imobilizado	0	17.907
6.02.04	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-1	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-91.489	5.880
6.03.01	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Pagos	0	-7.298
6.03.02	Empréstimos e Financiamentos Obtidos	16.000	32.143
6.03.03	Amortização de Empréstimos e Financiamentos	-107.489	-18.965
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-104.975	-17.760
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	182.290	65.130
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	77.315	47.370

**DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	342.056	11.969	31.272	0	206.565	591.862	230.124	821.986
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	-165.240	0	-165.240	0	-165.240
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	342.056	11.969	31.272	-165.240	206.565	426.622	230.124	656.746
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-108.256	0	-108.256	1.541	-106.715
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-32.492	0	-32.492	1.541	-30.951
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-75.764	0	-75.764	0	-75.764
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Coligadas	0	0	0	-75.764	0	-75.764	0	-75.764
5.07	Saldos Finais	342.056	11.969	31.272	-273.496	206.565	318.366	231.665	550.031

**DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	342.056	11.994	29.600	-53.305	187.970	518.315	227.716	746.031
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	-69.344	0	-69.344	0	-69.344
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	342.056	11.994	29.600	-122.649	187.970	448.971	227.716	676.687
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	17.226	0	17.226	4.215	21.441
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	17.226	0	17.226	4.215	21.441
5.07	Saldos Finais	342.056	11.994	29.600	-105.423	187.970	466.197	231.931	698.128

**DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012</b>
7.01	Receitas	533.961	577.253
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	535.273	552.526
7.01.02	Outras Receitas	-20	12.975
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-1.292	11.752
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-336.985	-281.562
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-249.488	-200.423
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-77.762	-71.146
7.02.04	Outros	-9.735	-9.993
7.03	Valor Adicionado Bruto	196.976	295.691
7.04	Retenções	-12.202	-11.364
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-12.202	-11.364
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	184.774	284.327
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	12.187	13.261
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	2.986	1.039
7.06.02	Receitas Financeiras	9.201	12.222
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	196.961	297.588
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	196.961	297.588
7.08.01	Pessoal	42.037	39.116
7.08.01.01	Remuneração Direta	30.795	29.163
7.08.01.02	Benefícios	11.242	9.953
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	159.859	201.618
7.08.02.01	Federais	65.318	106.268
7.08.02.02	Estaduais	94.541	95.350
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	26.016	35.413
7.08.03.01	Juros	16.120	22.706
7.08.03.02	Aluguéis	9.896	12.707
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-30.951	21.441
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-32.492	17.226
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	1.541	4.215

## Comentário do Desempenho



## Comentário de Desempenho

Companhia Energética de Brasília S.A – CEB

1º Trimestre de 2013

1

O relatório de desempenho apresenta os números consolidados da Companhia Energética de Brasília – CEB e suas controladas descritas na nota explicativa nº. 1 das informações trimestrais de 31/03/2013.

## DESEMPENHO OPERACIONAL (NÃO REVISADO PELOS AUDITORES INDEPENDENTES)

## Quantidade de Consumidores por Classe

Classe de Consumidores	Consumidores			Δ Trim.	Δ Ano
	1T13	4T12	1T12		
Residencial	797.659	755.588	765.846	5,57%	4,15%
Comercial	102.640	100.297	100.825	2,34%	1,80%
Rural	9.856	9.515	9.582	3,58%	2,86%
Poder Público	5.228	5.020	5.188	4,14%	0,77%
Industrial	1.708	1.726	1.719	(1,04%)	(0,64%)
Serviço Público	309	285	290	8,42%	6,55%
Iluminação Pública	19	19	19	- %	- %
<b>(=)Fornecimento faturado</b>	<b>917.419</b>	<b>872.450</b>	<b>883.469</b>	<b>5,15%</b>	<b>3,84%</b>
Consumo Próprio	47	45	47	4,44%	- %
<b>(=)Fornecimento de Energia Elétrica</b>	<b>917.466</b>	<b>872.495</b>	<b>883.516</b>	<b>5,15%</b>	<b>3,84%</b>

Classe de Consumidores	MWh			Δ Trim.	Δ Ano
	1T13	4T12	1T12		
Residencial	534.348	508.499	493.676	5,08%	8,24%
Comercial	489.148	459.155	456.381	6,53%	7,18%
Poder Público	153.249	138.705	140.716	10,49%	8,91%
Iluminação Pública	99.157	91.459	93.451	8,42%	6,11%
Serviço Público	95.601	86.474	79.063	10,55%	20,92%
Industrial	60.948	58.315	57.910	4,52%	5,25%
Rural	30.349	43.216	29.504	(29,77%)	2,86%
<b>(=)Fornecimento faturado</b>	<b>1.462.800</b>	<b>1.385.823</b>	<b>1.350.701</b>	<b>5,55%</b>	<b>8,30%</b>
Consumo Próprio	480	446	451	7,62%	6,43%
<b>(=)Fornecimento de Energia Elétrica</b>	<b>1.463.280</b>	<b>1.386.269</b>	<b>1.351.152</b>	<b>5,56%</b>	<b>8,30%</b>

No 1T13 a base de consumidores apresentou um aumento de 3,8% em comparação ao mesmo período do ano anterior e em relação ao 4T12 este aumento foi de 5,15%, atingido um total de 917.419 mil consumidores (desconsiderando o Consumo Próprio). Do total de Consumidores no final do 1T13, 87% pertencia à classe Residencial e 11% à classe Comercial. Os demais consumidores representavam 2%.

A quantidade de energia vendida no 1T13 atingiu 1.462.800 MWh, e apresentou um crescimento de 8,3% quando comparado ao 1T12 (1.350.701 MWh). Em comparação ao 4T12 o aumento foi de 5,5%.

## Comentário do Desempenho



## Comentário de Desempenho

Companhia Energética de Brasília S.A – CEB

1º Trimestre de 2013

2

## RESULTADOS CONSOLIDADOS

## RECEITA OPERACIONAL BRUTA

A receita operacional bruta consolidada no 1T13 totalizou R\$ 532,8 milhões, R\$ 17,2 milhões inferior a receita obtida no 1T12 (-3,1%). Em relação ao 4T12 a redução foi de R\$ 153,7 milhões (-22,4%). Desconsiderando a receita de construção da infraestrutura da concessão (que não afeta o resultado devido ao custo correspondente no mesmo valor), a receita operacional bruta seria de R\$ 491,8 milhões, queda de R\$ 26,9 milhões (-5,2%) quando comparado ao 1T12 e uma queda de R\$ 152,6 milhões (-23,7%) em relação ao 4T12.

Receita Bruta - R\$ Mil	1T13	4T12	1T12	Δ Trim.	Δ Ano
Fornecimento de Energia Elétrica	447.429	545.478	480.619	(17,97%)	(6,91%)
Receita de Construção	40.983	42.086	31.232	(2,62%)	31,22%
Receita de Prestação de Serviços	14.449	9.872	10.527	46,36%	37,26%
Energia de Curto Prazo	9.302	66.022	7.431	(85,91%)	25,18%
Suprimento de Energia	7.135	7.661	3.583	(6,87%)	99,13%
Outras Receitas Operacionais	6.359	7.162	5.956	(11,21%)	6,77%
Disponibilidade do Sistema de Distribuição	5.881	6.915	9.095	(14,95%)	(35,34%)
Receita de Venda de Gás	1.338	1.463	1.669	(8,54%)	(19,83%)
<b>Receita Operacional Bruta</b>	<b>532.876</b>	<b>686.659</b>	<b>550.112</b>	<b>(22,40%)</b>	<b>(3,13%)</b>
Deduções da Receita Operacional Bruta	(154.465)	(207.354)	(192.654)	(25,51%)	(19,82%)
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>378.411</b>	<b>479.305</b>	<b>357.458</b>	<b>(21,05%)</b>	<b>5,86%</b>

## FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA

No 1T13, a receita de Fornecimento de Energia Elétrica foi de R\$ 447,4 milhões, R\$ 33,1 milhões (-6,91%) menor que a obtida no 1T12 e R\$ 98,0 milhões (-17,97%) inferior na comparação com o 4T12. Apesar do crescimento do físico faturado em MWh de 5,5% em relação ao 4T12 e 8,3% em na comparação com 1T12, a queda na receita de fornecimento de energia elétrica está diretamente ligada as medidas de redução do preço da energia a dotada pelo governo federal. Para a CED Distribuição S.A o percentual de redução foi de 17,38%, que foi a média da redução da receita regulatória, considerada para o calculo da revisão tarifária extraordinária – RTE que ocorreu em 24/01/2013.

## RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Apresentou um aumento de R\$ 3,9 milhões (37,26%) no 1T13 em relação à receita gerada no 1T12. A variação positiva ocorreu pela retomada do faturamento dos serviços de obras de IP ( Iluminação Pública) que encontrava-se em processo de renovação do contrato com o Governo do Distrito Federal. Na comparação com o 4T12 o aumento foi de 4,5 milhões (46,36%).

## SUPRIMENTO DE ENERGIA

A receita de Suprimento de Energia no 1T13 foi de R\$ 7,1 milhões (R\$ 3,5 milhões no 1T12). Em relação ao 4T12, apresentou uma redução de R\$ 0,5 milhão (6,8%).

## Comentário de Desempenho



### Comentário de Desempenho

Companhia Energética de Brasília S.A – CEB

1º Trimestre de 2013

3

#### ENERGIA DE CURTO PRAZO

A receita de Energia de Curto Prazo no 1T13 foi de 9,3 milhões, R\$ 56,7 milhões inferior a receita obtida no 4T12 (R\$ 66,2 milhões). Esta redução deveu-se principalmente pelos preços praticados no 4T12 trimestre conforme os eventos abaixo:

- ✓ O PLD mensal ao longo de 2012 teve um comportamento crescente, saindo no início do ano de R\$23,14/MWh nos submercados Sudeste e Sul atingindo R\$375,54/MWh no mês de novembro e fechando dezembro em R\$259,57,00/MWh. Apenas os meses de junho e julho tiveram uma redução na tendência de crescimento.
- ✓ A elevação abrupta, acima dos R\$300,00/MWh no quarto trimestre de 2012, deve-se às vazões abaixo da média histórica ao longo desse período e ao baixo nível dos reservatórios.
- ✓ Em relação aos montantes contratuais estes são definidos para cobrir a previsão do mercado anual com variação máxima de +3% e sazonalizados, também para atender o crescimento de mercado previsto mês a mês de cada ano. A característica que marcou o quarto trimestre foi que o crescimento da energia requerida pela CEB se verificou abaixo da previsão resultando em sobras de contratos que conforme regras do mercado foram liquidadas positivamente para a CEB num período de PLD alto, o que resulta em valores financeiros acima da média dos trimestres anteriores.

#### DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA

A redução das Deduções da Receita Operacional Bruta no 1T13 em relação ao 4T12 foi R\$ 52,8 milhões (-25,51%) e na comparação com o 1T12 esta redução foi de R\$ 38,1 milhões (-19,82%). A redução das deduções está ligada os seguintes eventos:

- ✓ redução da receita de fornecimento de energia elétrica, que foi afetada pelas ações do governo federal para redução do preços cobrados aos consumidores;
- ✓ redução da receita de energia de curto prazo em função do preços praticados no 4T12; e
- ✓ redução dos encargos de CDE e extinção da cobrança do encargo de RGR que ocorreram por determinação do governo federal.

#### RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A Receita Líquida apresentou um crescimento de R\$ 20,9 milhões (5,86%) na comparação com o mesmo período do ano anterior atingido um total de R\$ 378,4 milhões (R\$ 357,4 milhões no 1T12). Com relação ao 4T12 a Receita Líquida apresentou uma redução de R\$ 100,8 milhões (21,05%) sofrendo os reflexos das medidas adotadas pelo Governo Federal para redução do preço da energia elétrica.

## Comentário de Desempenho



## Comentário de Desempenho

Companhia Energética de Brasília S.A – CEB

1º Trimestre de 2013

4

## CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS (EXCETO DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO)

Os custos e despesas operacionais consolidados, que desconsideram as depreciações e amortizações do período totalizaram no 1T13 R\$ 388,7 milhões, uma redução de R\$ 119,9 milhões (-23,57%) em relação ao 4T12. Na comparação com o 1T12 apresentou um acréscimo de R\$ 68,3 milhões (21,33%).

R\$ Mil	1T13	4T12	1T12	Δ Trim.	Δ Ano
<b>Custo da Energia Comprada</b>					
Energia elétrica comprada para revenda	(206.082)	(223.237)	(155.639)	(7,68%)	32,41%
Encargos de uso da rede elétrica	(22.507)	(47.200)	(7.965)	(52,32%)	182,57%
Energia elétrica comprada para revenda - Curto Prazo	(20.899)	(27.703)	(36.819)	(24,56%)	(43,24%)
<b>Subtotal</b>	<b>(249.488)</b>	<b>(298.140)</b>	<b>(200.423)</b>	<b>(16,32%)</b>	<b>24,48%</b>
<b>Demais Custos e Receitas/(Despesas) Operacionais</b>					
Custo de Construção - concessão	(40.983)	(42.086)	(31.232)	(2,62%)	31,22%
Pessoal e Administradores	(40.348)	(51.157)	(37.607)	(21,13%)	7,29%
Serviço de Terceiros	(35.846)	(34.864)	(38.656)	2,82%	(7,27%)
Arrendamento	(9.597)	(12.403)	(12.403)	(22,62%)	(22,62%)
Compensação Financeira Utilização Recursos Hídricos	(1.786)	(1.600)	(2.216)	11,63%	(19,40%)
Entidade de Previdência Privada	(1.689)	(1.400)	(1.509)	20,64%	11,93%
(Provisão)/Reversão para Devedores Duvidosos	(1.292)	(58.155)	11.752	(97,78%)	(110,99%)
Gás Comprado para Revenda	(966)	(1.069)	(1.205)		(19,83%)
Material	(933)	(3.640)	(1.482)	(74,37%)	(37,04%)
Taxa de Fiscalização de Serviço Energia Elétrica	(916)	(924)	(798)	(0,87%)	14,79%
Outras (Despesas)/Receitas Operacionais	(4.875)	(3.187)	(4.610)	52,97%	5,75%
<b>Subtotal</b>	<b>(139.231)</b>	<b>(210.485)</b>	<b>(119.966)</b>	<b>(33,85%)</b>	<b>16,06%</b>
<b>Total</b>	<b>(388.719)</b>	<b>(508.625)</b>	<b>(320.389)</b>	<b>(23,57%)</b>	<b>21,33%</b>

O aumento de 21,33% em relação ao 1T12 deve-se principalmente ao crescimento dos custos/despesas a seguir:

- ✓ **Custo da Energia Elétrica Comprada para Revenda:** apresentou no 1T13 um crescimento de R\$ 49,0 milhões (24,48%) em relação ao 1T12. Com relação ao 4T12, o custo da energia teve uma redução de R\$ 48,6 milhões (16,32%). O acréscimo verificado na comparação com o 1T12 teve como principal ofensor as aquisição de energia proveniente das termoelétricas.
- ✓ **Serviços de Terceiros:** apresentou estabilidade em relação ao 4T12 atingido um total de R\$ 35,8 milhões no 1T13 (R\$ 34,8 milhões no 4T12). Com relação ao 1T12 os serviços de terceiros reduziu em R\$ 2,8 milhões (R\$ 38,6 milhões no 1T12).
- ✓ **Custo de Construção – Concessão:** apresentou um acréscimo de R\$ 9,7 milhões (31,22%) em relação ao 1T12. Este item não impacta o resultado, devido à receita de construção ser reconhecida no mesmo valor do Custo de Construção.
- ✓ **Provisão para Devedores Duvidosos/Perdas:** No 1T13 a PDD apresentou um acréscimo de R\$ 13,0 milhões em relação ao 1T12. Esta variação ocorreu em função da reversão de provisão no montante de R\$ 15,8 milhões face ao acordo realizado com a Brasil Telecom S.A (OI) para quitação de débitos no 1T12. Na comparação com o 4T12 a redução foi de R\$ 56,8 milhões. A queda ocorreu virtude da baixa de contas a receber (liquida das provisões) realizada no montante R\$ 33,1 milhões, referente a acréscimos moratórios sobre contas de energia e pela constituição de PDD sobre fatura de serviços de Iluminação Pública no valor de R\$ 18,8 milhões dado ao não reconhecimento da dívida pela Secretária de Obras do Governo de Distrito Federal – GDF registradas no 4T12.

## Comentário de Desempenho



## Comentário de Desempenho

Companhia Energética de Brasília S.A – CEB

1º Trimestre de 2013

5

- ✓ **Pessoal e Administradores:** apresentou no 1T13 um aumento de R\$ 2,7 milhões (7,2%) em relação ao 1T12. A variação ocorreu em função do reajuste salarial ocorrido no 4T12 com a aprovação do acordo coletivo. O aumento concedido aos colaboradores do Grupo CEB foi de INPC (5,99%) mais ganho real de 1%.
- ✓ **Arrendamento:** Apresentou uma redução de R\$ 2,8 milhões (-22,62%) na comparação com o 1T12 atingido um montante de R\$ 9,5 milhões no final do 1T13. A mesma redução ocorreu em relação ao 4T2. A queda na despesa de arrendamento ocorreu pela revisão anual do contrato firmado entre a Investco S.A. e a Controlada CEB Lajeado S.A.

## DEPRECIÇÃO / AMORTIZAÇÃO

A despesa com depreciação e amortização foi R\$ 12,2 milhões no 1T13, um acréscimo de R\$ 0,8 milhão (7,37%) na comparação com o 1T12.

R\$ mil	1T13	4T12	1T12	Δ Trim.	Δ Ano
Depreciação/Amortização	12.202	13.744	11.364	(11,22%)	7,37%

## OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS

A redução apresentada na comparação entre o 1T13 (R\$ 0,5 milhão - perda) e o 1T12 (R\$ 10,7 milhões – ganho) teve com principal evento o ganho na baixa de bens no montante de R\$ 12,9 milhões registrada no 1T12.

Outras Receitas Operacionais	1T13	4T12	1T12	Δ Trim.	Δ Ano
<b>Outras Receitas Operacionais</b>					
Reversão de Provisão de Benefícios Pós Emprego	6.770	15.954	5.469	(57,57%)	23,79%
Ressarcimento CCEArs	5.319				
Recuperação de Créditos Baixados por Perdas	2.397	1.438	2.415	66,69%	(0,75%)
Reversão de Provisão para Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	1.069	85	2.097	1.157,65%	(49,02%)
Ganho na Baixa de Bens	(20)	(88)	12.975	(77,27%)	(100,15%)
Outras Receitas	709	1.043	-	(32,02%)	
<b>Total</b>	<b>16.244</b>	<b>18.432</b>	<b>22.956</b>	<b>(11,87%)</b>	<b>(29,24%)</b>
<b>Outras Despesas Operacionais</b>					
Provisão de Benefícios Pós Emprego	(9.548)	(7.730)	(7.730)	23,52%	23,52%
Compensação de descontinuidade de energia	(3.983)	(1.470)	(2.116)	170,95%	88,23%
Provisão para Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	(2.058)	(3.762)	(1.112)	(45,30%)	85,07%
Multas ANEEL	(275)	(3.704)	(552)	(92,58%)	(50,18%)
Outras Despesas	(890)	(11)	(721)	7.990,91%	23,44%
<b>Total</b>	<b>(16.754)</b>	<b>(16.677)</b>	<b>(12.231)</b>	<b>0,46%</b>	<b>36,98%</b>
<b>Outras Receitas e Despesas Operacionais</b>	<b>(510)</b>	<b>1.755</b>	<b>10.725</b>	<b>(129,06%)</b>	<b>(104,76%)</b>

## Comentário do Desempenho



## Comentário de Desempenho

Companhia Energética de Brasília S.A – CEB

1º Trimestre de 2013

6

## RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro foi negativo no 1T13 no montante de R\$ 6,9 milhões, uma redução de R\$ 1,4 milhão em relação ao 1T12. No 4T12 o resultado financeiro foi positivo no valor de R\$ 93,9 milhões e o evento que gerou este resultado foi o registro do valor justo do ativo financeiro indenizável no montante de R\$ 108,0 milhões.

	1T13	4T12	1T12	Δ Trim.	Δ Ano
<b>Receitas Financeiras</b>					
Atualização a Valor Justo - Ativo Financeiro Indenizável - Concessão		108.018			
Juros / Variações Monetárias sobre Ativos	3.401	1.743	5.860	95,12%	(41,96%)
Acréscimos Moratórios em Conta de Energia	3.082	2.910	3.004	5,91%	2,60%
Rendimentos de Aplicações Financeiras	1.576	978	922	61,15%	70,93%
Multas e Penalidades Aplicadas	464	515	715	(9,90%)	(35,10%)
Outras Receitas Financeiras	678	287	612	136,24%	10,78%
<b>Total</b>	<b>9.201</b>	<b>114.451</b>	<b>11.113</b>	<b>(91,96%)</b>	<b>(17,21%)</b>
<b>Despesas Financeiras</b>					
Encargos de Dívidas	(6.580)	(8.427)	(10.070)	(21,92%)	(34,66%)
Juros / Variações Monetárias sobre Passivos	(4.880)	(8.621)	(6.429)	(43,39%)	(24,09%)
Custo de Transação (IOF)	(2.972)				
Atualização de Benefício pós-emprego	(1.321)	(1.372)	(2.051)	(3,72%)	(35,59%)
Outras Despesas Financeiras	(367)	(2.087)	(931)	(82,41%)	(60,58%)
<b>Total</b>	<b>(16.120)</b>	<b>(20.507)</b>	<b>(19.481)</b>	<b>(21,39%)</b>	<b>(17,25%)</b>
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>(6.919)</b>	<b>93.944</b>	<b>(8.368)</b>	<b>(107,37%)</b>	<b>(17,32%)</b>

As principais variações do resultado financeiro ocorreram nos seguintes itens;

- ✓ Atualização a Valor Justo do Ativo Financeiro Indenizável – Concessão no valor de R\$ 108,0 milhões no 4T12;
- ✓ redução dos Encargos da Dívida em R\$ 3,9 milhões (-34,6,5%) na comparação como o 1T12;
- ✓ aumento do Rendimento de Aplicação Financeira em R\$ 0,6 milhão (70,9%) comparado ao 1T12;
- ✓ redução do Juros/Variação Monetária sobre Ativos no valor de R\$ 2,4 milhões (-41,9%) comparado ao 1T12;
- ✓ baixa para resultado do custo de transação sobre empréstimo no valor de R\$ 2,9 milhões pela quitação da dívida junto a Caixa Econômica Federal pela Controlada CEB Lajeado.

## EBITDA (LAJIDA)

O EBITDA não é uma medida definida pelas práticas contábeis internacionais (IFRS) e representa o lucro (prejuízo) antes dos juros, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização. A Companhia divulga seu EBITDA ajustado (conforme Instrução CVM nº 527 de 4 de outubro de 2012), excluindo o resultado da venda de bens, para proporcionar melhores informações sobre sua capacidade de pagamento de dívidas, manutenção de seus investimentos e da capacidade de cobrir sua necessidade de capital de giro. Ambas medidas não devem ser consideradas como alternativas ao lucro operacional e ao fluxo de caixa operacional, na qualidade de indicador de liquidez, para os períodos apresentados. O EBITDA ajustado pode não ser comparável com o mesmo indicador divulgado por outras empresas.

## Comentário do Desempenho



## Comentário de Desempenho

Companhia Energética de Brasília S.A – CEB

1º Trimestre de 2013

7

No 1T13 EBITDA ajustado foi negativo no montante de R\$ 7,8 milhões, uma redução de R\$ 43,6 milhões (-121,7%) na comparação com o 1T12 (R\$ 35,8 milhões). A margem EBITDA ajustada no 1T13 foi negativa em 2,06% contra uma margem positiva de 10,03% no 1T12.

R\$ mil	1T13	4T12	1T12
Lucro Consolidado do Período	(30.951)	26.843	21.441
Imposto de Renda e Contribuição Social	3.998	31.375	7.660
Resultado Financeiro	6.919	(93.944)	8.368
Depreciação / Amortização	12.202	13.744	11.364
<b>EBITDA</b>	<b>(7.832)</b>	<b>(21.982)</b>	<b>48.833</b>
<b>Itens não Recorrentes</b>			
Perda na Venda de Bens	20	88	(12.975)
<b>EBITDA Ajustado</b>	<b>(7.812)</b>	<b>(21.894)</b>	<b>35.858</b>
<b>Margem EBITDA %</b>	<b>(2,07)</b>	<b>(4,59)</b>	<b>13,66</b>
<b>Margem EBITDA Ajustado %</b>	<b>(2,06)</b>	<b>(4,57)</b>	<b>10,03</b>

## LUCRO/(PREJUÍZO) LÍQUIDO CONSOLIDADO

O Prejuízo consolidado no 1T13 foi de R\$ 30,9 milhões, sendo que a parte atribuída ao acionista controlador foi de R\$ 32,4 milhões (R\$ 17,2 milhões de Lucro no 1T12). Para os acionistas não controladores o valor atribuído foi um lucro de R\$ 1,5 milhão contra R\$ 4,2 milhões no 1T12.

R\$ mil	1T13	4T12	1T12	Δ Trim.	Δ Ano
Lucro Consolidado do Período	(30.951)	26.843	21.441	(215,30%)	(244,35%)
Margem Líquida	(8,18%)	5,60%	6,00%	(246,05%)	(236,36%)
Lucro Atribuído aos Controladores	(32.492)	20.654	17.226	(257,32%)	(288,62%)
Lucro Líquido por Ação (R\$)	-3,53810	2,24904	1,87576	(557,70%)	(288,62%)

## OUTROS INDICADORES

## ENDIVIDAMENTO

A dívida bruta consolidada apresentou uma redução de R\$ 103,5 milhões (-25,43%) em relação março de 2012. Em comparação com dezembro de 2012, o endividamento apresentou redução de R\$ 89,5 (-22,78%). A Dívida Líquida em março de 2012 representava 4,9 EBITDA contra 2,1 em dezembro e março de 2012.

R\$ mil	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2012	Δ Trim.	Δ Ano
Curto Prazo	97.558	103.269	124.658	(5,53%)	(21,74%)
Longo Prazo	206.004	289.821	282.449	(28,92%)	(27,07%)
<b>Dívida Total</b>	<b>303.562</b>	<b>393.090</b>	<b>407.107</b>	<b>(22,78%)</b>	<b>(25,43%)</b>
(-) Caixa Disponível (R\$ mil)	77.314	182.290	47.370	(57,59%)	63,21%
= Dívida Líquida (R\$ mil)	226.248	210.800	359.737	7,33%	(37,11%)
Dívida Líquida / EBITDA	4,9	2,1	2,1	133,33%	133,33%

\*EBITDA anualizada

## CRONOGRAMA DE AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA BRUTA

Cronograma de Amortização da Dívida Bruta	2013	2014	2015	2016	2017	2018 em diante	Total
Moeda Nacional	82.125	85.900	69.532	22.849	16.434	26.722	303.562

## Comentário de Desempenho



## Comentário de Desempenho

Companhia Energética de Brasília S.A – CEB

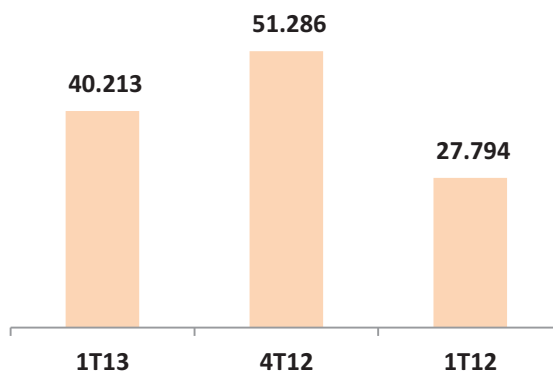
1º Trimestre de 2013

8

## CAPEX (SEGMENTO DE DISTRIBUIÇÃO)

No 1T13, os investimentos totalizaram R\$ 40,2 milhões, apresentando um aumento de R\$ 12,4 milhões (44,68%) em relação ao 1T12. Em relação ao 4T12 houve uma redução de 21,59% (11,0 milhões).

R\$ mil	1T13	4T12	1T12	Δ Trim.	Δ Ano
CAPEX	40.213	51.286	27.794	(21,59%)	44,68%



## Comentário do Desempenho



**Comentário de Desempenho**  
**Companhia Energética de Brasília S.A – CEB**  
**1º Trimestre de 2013**

9

## ANEXO I – DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

R\$ mil	1T13	4T12	1T12
<b>RECEITA OPERACIONAL BRUTA</b>	<b>532.876</b>	<b>686.659</b>	<b>550.112</b>
Fornecimento de Energia Elétrica	447.429	545.478	480.619
Receita de Construção	40.983	42.086	31.232
Energia de Curto Prazo	14.449	9.872	10.527
Receita de Prestação de Serviços	9.302	66.022	7.431
Disponibilidade do Sistema de Distribuição	7.135	7.661	3.583
Suprimento de Energia	6.359	7.162	5.956
Receita de Venda de Gás	5.881	6.915	9.095
Outras Receitas	1.338	1.463	1.669
<b>DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA</b>	<b>(154.465)</b>	<b>(207.353)</b>	<b>(192.654)</b>
Tributos s/ Receita Operacional Bruta	(142.729)	(172.066)	(145.331)
Encargos do Consumidor	(11.736)	(35.287)	(47.323)
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	<b>378.411</b>	<b>479.306</b>	<b>357.458</b>
<b>RECEITAS/(CUSTOS/DESPESAS) OPERACIONAIS</b>	<b>(386.243)</b>	<b>(501.288)</b>	<b>(308.625)</b>
<b>Custo da Energia Comprada</b>	<b>(249.488)</b>	<b>(298.140)</b>	<b>(200.423)</b>
Energia elétrica comprada para revenda	(206.082)	(223.237)	(155.639)
Encargos de uso da rede elétrica	(22.507)	(47.200)	(7.965)
Energia elétrica comprada para revenda - Curto Prazo	(20.899)	(27.703)	(36.819)
<b>Demais Custos/Despesas Operacionais, Líquidas</b>	<b>(136.755)</b>	<b>(203.148)</b>	<b>(108.202)</b>
Pessoal	(42.037)	(52.557)	(39.116)
Custo de Construção	(40.983)	(42.086)	(31.232)
Serviços de Terceiros	(35.846)	(34.864)	(38.656)
Arrendamento	(9.597)	(12.403)	(12.403)
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	(1.292)	(58.155)	11.752
Provisão para Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	(989)	(3.677)	985
Gás Comprado pra Revenda	(966)	(1.070)	(1.205)
Material	(933)	(3.640)	(1.482)
Equivalência Patrimonial	2.986	9.882	1.039
Outras Despesas Operacionais	(22.273)	(22.923)	(18.743)
Outras Receitas Operacionais	15.175	18.345	20.859
<b>EBITDA</b>	<b>(7.832)</b>	<b>(21.982)</b>	<b>48.833</b>
<b>Margem EBITDA</b>	<b>-2,07%</b>	<b>-4,59%</b>	<b>13,66%</b>
Resultado Financeiro	(6.919)	93.944	(8.368)
Depreciação e Amortização	(12.202)	(13.744)	(11.364)
<b>RESULTADO ANTES DAS DEDUÇÕES/PARTICIPAÇÕES</b>	<b>(26.953)</b>	<b>58.218</b>	<b>29.101</b>
<b>Deduções Antes dos Tributos</b>	<b>(3.998)</b>	<b>(31.375)</b>	<b>(7.660)</b>
IRPJ/CSLL	(3.998)	(31.375)	(7.660)
<b>LUCROS/(PREJUÍZO) DO PERÍODO</b>	<b>(30.951)</b>	<b>26.843</b>	<b>21.441</b>
Atribuível ao Acionista Controlador	(32.492)	20.654	17.226
Atribuível aos Acionistas não Controladores	1.541	6.189	4.215

## Comentário do Desempenho


**Comentário de Desempenho**  
**Companhia Energética de Brasília S.A – CEB**  
**1º Trimestre de 2013**

10

## ANEXO II – BALANÇO PATRIMONIAL

Balanço Patrimonial - R\$ mil	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2012
<b>Total Ativo</b>	<b>2.261.328</b>	<b>2.392.538</b>	<b>2.154.466</b>
<b>Circulante</b>	<b>414.486</b>	<b>568.250</b>	<b>458.829</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	77.314	182.290	47.370
Contas a Receber	252.262	308.138	315.369
Aplicações Financeiras	582	9.805	
Estoques	9.183	8.540	8.019
Tributos e Contribuições Compensáveis	28.165	25.372	28.247
Demais Créditos	46.980	34.105	59.824
<b>Não Circulante</b>	<b>1.846.842</b>	<b>1.824.288</b>	<b>1.695.637</b>
Aplicações Financeiras			8.680
Contas a Receber	97.775	98.462	123.078
Depósitos e Bloqueios Judiciais	13.497	11.768	6.151
Tributos e Contribuições Compensáveis	8.897	8.897	15.439
Bens Mantidos para Venda	1.714	1.714	278.965
Ativo Financeiro Indenizável	633.457	622.486	420.730
Demais Créditos	1.728	1.702	11.319
Investimentos	662.938	659.951	360.033
Imobilizado	118.711	118.492	110.491
Intangível	308.125	300.816	360.751
<b>Total Passivo</b>	<b>2.261.328</b>	<b>2.392.538</b>	<b>2.154.466</b>
<b>Circulante</b>	<b>602.148</b>	<b>609.403</b>	<b>642.033</b>
Fornecedores	185.514	169.434	144.771
Obrigações Tributárias	76.417	98.757	118.247
Encargos Regulatórios	105.103	99.387	132.992
Empréstimos e Financiamentos	97.558	103.269	124.658
Obrigações Societárias	14.811	14.811	9.941
Obrigações Sociais e Trabalhistas	29.307	29.004	23.630
Benefícios Pós Emprego	63.440	56.126	57.683
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórios	13.379	12.924	10.730
Demais Obrigações	16.619	25.691	19.381
<b>Não Circulante</b>	<b>1.109.149</b>	<b>1.126.389</b>	<b>744.961</b>
Passivo Fiscal Diferido	134.101	136.157	108.954
Empréstimos e Financiamentos	206.004	289.821	282.449
Benefícios Pós Emprego	393.560	328.920	190.602
Encargos Regulatórios	113.855	109.881	96.494
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórios	41.796	41.253	36.670
Demais Obrigações	219.833	220.357	29.792
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>550.031</b>	<b>656.746</b>	<b>767.472</b>
<b>Atribuído aos acionistas controladores</b>	<b>318.366</b>	<b>426.622</b>	<b>535.541</b>
Capital Social	342.056	342.056	342.056
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital	11.969	11.969	11.994
Ajuste de Avaliação Patrimonial	206.565	206.565	187.970
Reserva de Lucros	2.051	2.051	29.600
Dividendos Adicionais Propostos	29.221	29.221	
Prejuízos Acumulados	(273.496)	(165.240)	(36.079)
<b>Atribuído aos acionistas não controladores</b>	<b>231.665</b>	<b>230.124</b>	<b>231.931</b>

## Comentário do Desempenho



## Comentário de Desempenho

Companhia Energética de Brasília S.A – CEB

1º Trimestre de 2013

11

## ANEXO III – RECEITA LÍQUIDA POR CLASSE DE CONSUMIDORES – SEGMENTO DE DISTRIBUIÇÃO

Consumidores	1T13	1T12	1T13	1T12	1T13	1T12
	Consumidores		MWh		Valor	
Residencial	797.659	765.846	534.348	493.676	185.134	189.552
Industrial	1.708	1.719	60.948	57.910	21.465	22.559
Comercial	102.640	100.825	489.148	456.381	165.568	163.657
Rural	9.856	9.582	30.349	29.504	6.781	7.976
Poder Público	5.228	5.188	153.249	140.716	50.330	54.979
Iluminação Pública	19	19	99.157	93.451	17.176	17.812
Serviço Público	309	290	95.601	79.063	21.633	18.541
<b>(=)Fornecimento faturado</b>	<b>917.419</b>	<b>883.469</b>	<b>1.462.800</b>	<b>1.350.701</b>	<b>468.087</b>	<b>475.076</b>
Consumo Próprio	47	47	480	451		
Fornecimento Não Faturado Líquido					(20.658)	2.140
Encargo de Capacidade Emergencial					2	
<b>(=)Fornecimento de Energia Elétrica</b>	<b>917.466</b>	<b>883.516</b>	<b>1.463.280</b>	<b>1.351.152</b>	<b>447.431</b>	<b>477.216</b>
Energia elétrica de curto prazo					9.030	5.195
Disponibilização do Sistema de Distribuição					6.076	9.291
Receita de construção					40.983	31.232
Arrendamentos e Aluguéis					5.640	5.086
Outras receitas e rendas					1.121	2.029
<b>Total da receita operacional</b>					<b>510.281</b>	<b>530.049</b>
<b>Deduções da Receita</b>						
<b>Impostos</b>					<b>(94.091)</b>	<b>(94.957)</b>
ICMS					(93.802)	(94.680)
ISS					(289)	(277)
<b>Contribuições</b>					<b>(43.902)</b>	<b>(46.141)</b>
PIS/PASEP					(7.831)	(8.230)
COFINS					(36.071)	(37.911)
<b>Encargos do Consumidor</b>					<b>(11.420)</b>	<b>(47.013)</b>
Encargo de Capacidade Emergencial					(2)	
Reserva Global de Reversão - RGR						(5.326)
Programa de Eficiência Energética - PEE					(1.538)	(1.544)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE					(4.476)	(16.360)
Conta de Consumo de Combustível - CCC					(3.866)	(21.316)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D					(1.538)	(1.544)
Outros Encargos						(923)
<b>Total das Deduções da Receita</b>					<b>(149.413)</b>	<b>(188.111)</b>
<b>Receita Operacional Líquida</b>					<b>360.868</b>	<b>341.938</b>

## Notas Explicativas



### Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

## 1 CONTEXTO OPERACIONAL E INFORMAÇÕES GERAIS

### 1.1 Objetivo Social

A Companhia Energética de Brasília – CEB (“Companhia” ou “CEB”) é uma sociedade de economia mista de capital aberto, autorizada pela Lei nº 4.545, de 10 de dezembro de 1964, com sua sede social localizada na cidade de Brasília, no Distrito Federal, no endereço SIA – Área de Serviços Públicos – Lote C, controlada pelo Governo do Distrito Federal e registrada na Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A CEB tem por objeto social a participação em outras sociedades, como sócia-quotista ou acionista e a exploração direta ou indireta, conforme o caso, de serviços e energia elétrica, compreendendo os sistemas de geração, transmissão, comercialização e distribuição de energia elétrica, bem como serviços correlatos.

### 1.2 Participações societárias

As participações societárias da CEB em sociedades controladas, controladas em conjunto e coligadas estão representadas conforme a seguir:

Empresa	Atividade	31/03/2013	31/12/2012
<b>Participações diretas</b>			
<b>Em controladas</b>			
CEB Distribuição S.A.	Distribuição	100%	100%
CEB Geração S.A.	Geração	100%	100%
CEB Participação S.A.	Comercialização	100%	100%
CEB Lajeado S.A.	Comercialização	59,93%	59,93%
Companhia Brasiliense de Gás	Gás	17%	17%
<b>Em controlada em conjunto</b>			
Energética Corumbá III S.A.	Geração	37,50%	37,50%
<b>Em coligada</b>			
Corumbá Concessões S.A.	Geração	47,57%	47,57%
<b>Participações indiretas</b>			
<b>Em coligada</b>			
Investco S.A.	Geração	11,99%	11,99%
<b>Outras Participações</b>			
BSB Energética S.A.	Geração	9,00%	9,00%

#### a) Controladas

- **CEB Distribuição S.A.** – A CEB Distribuição S.A. (“CEB D”) é uma sociedade anônima, de capital fechado, organizada em conformidade com a Lei Distrital nº 2.710, de 24 de maio de 2001, constituída em 20 de junho de 2005 e com início das suas atividades em 12 de janeiro de 2006, como resultado do processo de desverticalização das atividades de distribuição e geração da Companhia Energética de Brasília - CEB.

A CEB-D é uma concessionária pública de energia elétrica e tem por objeto principal a distribuição e comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe venham a ser concedidos ou autorizados por qualquer título de direito e atividades associadas no Distrito Federal.

## Notas Explicativas



### Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

#### (i) Informações sobre a concessão de distribuição de energia elétrica da CEB D

A CEB D é detentora do Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 66/1999, celebrado com a União Federal, por intermédio da ANEEL, com prazo de vencimento em 7 de julho de 2015.

Conforme determina o contrato de concessão, todos os bens e instalações vinculados à prestação do serviço de distribuição de energia elétrica e que tenham sido realizados pela concessionária são considerados reversíveis e integram o acervo da respectiva concessão. Esses bens serão revertidos automaticamente ao poder concedente ao término do contrato procedendo-se às avaliações e determinação do montante da indenização devida à concessionária, observados os valores e as datas de incorporação ao sistema elétrico.

As principais obrigações da CEB D, previstas no contrato de concessão, consistem em:

- i) Fornecer energia elétrica a consumidores localizados em sua área de concessão, pelas tarifas homologadas pelo poder concedente, nos níveis de qualidade e continuidade estipulados na legislação.
- ii) Realizar as obras necessárias à prestação dos serviços concedidos, de modo a assegurar a continuidade, a regularidade, a qualidade e a eficiência dos serviços.
- iii) Manter registro e inventário dos bens vinculados à concessão e zelar pela sua integridade. A venda, cessão ou doação em garantia hipotecária dos bens imóveis ou de partes essenciais das instalações depende de prévia e expressa autorização do poder concedente.
- iv) Cumprir e fazer cumprir as normas legais e regulamentares do serviço, respondendo ao poder concedente, aos usuários e a terceiros, pelas eventuais consequências danosas da exploração dos serviços.
- v) Atender a todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista e previdenciária, aos encargos oriundos de normas regulamentares estabelecidos pelo poder concedente.
- vi) Permitir aos encarregados da fiscalização do poder concedente, livre acesso, em qualquer época, às obras, equipamentos e instalações utilizados na prestação dos serviços, bem como aos seus registros contábeis.
- vii) Prestar contas ao poder concedente e aos usuários, segundo as prescrições legais e regulamentares específicas, da gestão dos serviços concedidos.
- viii) Manter as reservas de água e de energia elétrica necessárias ao atendimento dos serviços de utilidade pública.
- ix) Observar a legislação de proteção ambiental, respondendo pelas eventuais consequências de seu descumprimento.

## Notas Explicativas



### Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

x) Realizar programas de treinamento, de modo a assegurar, permanentemente, a melhoria da qualidade e mais eficiência na prestação dos serviços concedidos.

xi) Participar do planejamento setorial e da elaboração dos planos de expansão do Sistema Elétrico Nacional, implementando e fazendo cumprir, em sua área de concessão, as recomendações técnicas e administrativas deles decorrentes.

xii) Aderir ao Sistema Nacional de Transmissão de Energia Elétrica e assegurar livre acesso aos seus sistemas de transmissão e distribuição.

xiii) Integrar o Grupo Coordenador para Operação Interligada - GCOI, operando suas instalações de acordo com as regras vigentes, devendo a concessionária acatar e aplicar quaisquer novas resoluções, recomendações e instruções emitidas pelo GCOI.

xiv) Respeitar, nos termos da legislação em vigor, os limites das vazões de restrição, máxima e mínima, a jusante de seus aproveitamentos hidrelétricos, devendo considerar, nas regras operativas, a alocação de volume de espera nos reservatórios de suas usinas, de modo a minimizar os efeitos adversos das cheias.

xv) Efetuar, quando determinado pelo poder concedente, consoante o planejamento para o atendimento do mercado, os suprimentos de energia elétrica a outras concessionárias e às interligações que forem necessárias. Pela execução dos serviços, a concessionária tem o direito de cobrar dos consumidores as tarifas determinadas e homologadas pelo Poder Concedente que é representado pela ANEEL. Os valores das tarifas são reajustados em periodicidade anual e a receita da concessionária é dividida em duas parcelas: Parcela A (composta pelos custos não gerenciáveis) e Parcela B (custos operacionais eficientes e custos de capital). O reajuste tarifário anual tem o objetivo de repassar os custos não gerenciáveis e atualizar monetariamente os custos gerenciáveis.

A revisão tarifária periódica ocorre a cada quatro anos e tem por objetivo restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro da concessão. A data da última revisão tarifária da CEB D foi no dia 26 de agosto de 2012. Neste processo, a ANEEL procedeu ao recálculo das tarifas, considerando as alterações na estrutura de custos e mercado da CEB D, estimulando a eficiência e a modicidade das tarifas. Os reajustes e as revisões são mecanismos de atualização tarifária, ambos previstos no contrato de concessão. A CEB D também pode solicitar uma revisão extraordinária sempre que algum evento provoque significativo desequilíbrio econômico-financeiro da concessão.

A concessão poderá ser extinta pelo término do contrato, encampação do serviço, caducidade, rescisão, irregularidades ou falência da CEB D.

Não poderá ocorrer transferência de controle acionário majoritário da CEB-D sem anuência prévia do poder concedente. Na hipótese de transferência de ações representativas do controle acionário, o novo controlador deverá assinar termo de anuência e submissão às cláusulas do contrato de concessão e às normas legais e

## Notas Explicativas



### Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

regulamentares da concessão.

#### (ii) **Informações sobre aspectos relacionados ao pressuposto da continuidade operacional da CEB D**

Os planos da Administração para manutenção das atividades da Companhia consistem na rentabilidade futura dos investimentos em andamento, na recuperação de perdas técnicas e comerciais, na implantação do resultado dos estudos para a eficiência empresarial, na capacidade de obter novas linhas de financiamentos e na renovação da concessão. Assim, as demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto de continuidade normal dos negócios da Companhia e não incluem nenhum ajuste relativo à realização e à classificação dos ativos ou quanto aos valores e à classificação dos passivos, que seriam requeridos na impossibilidade de a Companhia continuar operando. A Administração acredita que a execução de ações para a implementação do seu planejamento, associada ao apoio de seu controlador indireto, Governo do Distrito Federal (GDF), serão suficientes para a continuidade normal das operações no curto prazo e possibilitará colocar a Companhia em um patamar de rentabilidade e segurança financeira no médio e longo prazos.

Em consonância com o esforço empresarial e capitalização da CEB Distribuição S.A, a Companhia tem realizado uma agressiva política de cobrança junto aos devedores buscando reduzir substancialmente o seu contas a receber. Estão em andamento ações em conjunto com a Secretaria de Estado de Fazenda para o reconhecimento das dívidas do GDF para com a CEB D e, após definido o montante atual da dívida, buscar-se-á recursos e formas de pagamento.

As ações de cobranças judiciais têm sido monitoradas constantemente pela área jurídica da Companhia com vistas a acelerar o andamento das ações e também a execução dos créditos, quando for o caso.

A Administração da CEB D vem centrando todas as suas atenções e esforços na recuperação da Companhia em conjunto com a acionista Companhia Energética de Brasília – CEB e o majoritário da CEB, Governo do Distrito Federal – GDF. O apoio na recuperação técnica e financeira da Companhia é demonstrado a partir dos recursos aportados em razão do Termo de Compromisso de Subscrição de Ações originário de ato resolutivo da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e do suporte à gestão da CEB D.

Os resultados operacionais da CEB D se apresentam positivamente. A Administração tem reduzido o endividamento ao longo dos anos. Novas linhas têm sido buscadas para substituírem empréstimos/financiamentos, de forma a convergir na redução de encargos financeiros.

Ainda relativamente ao tema, a Administração da CEB D estabeleceu, em cumprimento ao seu Plano de Expansão e Melhoria do Sistema de Distribuição consolidado no Plano de Desenvolvimento da Distribuição – PDD, compromissos de realizar investimentos estruturantes de forma a garantir energia elétrica com qualidade e confiabilidade exigida para a Capital do País, com o conseqüente retorno financeiro ao seu acionista.

Como forma de garantir o cumprimento do plano de obras e de outras ações, foi elaborado o Planejamento Estratégico 2012-2015, composto por onze programas estratégicos, cujo objetivo é perseguir a excelência operacional e os mecanismos de gestão da Companhia. Os programas estratégicos definidos são:

1. Melhorar a qualidade e confiabilidade do sistema elétrico.
2. Melhorar o Atendimento.

## Notas Explicativas



### Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

3. Melhorar a Imagem Institucional.
4. Reduzir os níveis de Perdas.
5. Acompanhar processos relevantes no âmbito da Regulação.
6. Implementar a Gestão de Ativos.
7. Aumentar a Receita.
8. Reduzir a Despesa.
9. Desenvolver compromisso com as Pessoas.
10. Melhorar a Gestão da Informação e do Conhecimento.
11. Desenvolver Responsabilidade Social e Ambiental.

No intuito de se obter o compromisso com o atingimento dos objetivos, foram definidas metas e prazos para os indicadores dos programas estratégicos, desdobrando-os em planos de ações assumidos pela CEB D.

Para o gerenciamento e acompanhamento desses projetos e ainda a avaliação dos processos de trabalho atuais de desenvolvimento de novas oportunidades de alavancas financeiras, a Companhia contratou empresa de consultoria técnica externa. O trabalho está em desenvolvimento e abrange toda a cadeia de planejamento e investimentos, incluindo a contabilização dos valores no ativo patrimonial da empresa.

O plano de ação está sendo executado pelos gerentes de projeto, com a participação da Direção da Companhia, fortalecendo a cadeia de controle do plano e o compromisso com seus resultados.

Assim, com o compromisso de recuperar a empresa distribuidora da Capital Federal, a Administração, o acionista CEB e o GDF corroboram com revitalização econômico-financeira e técnica-operacional com vistas à perenidade da CEB D.

#### **(iii) Prorrogação das concessões**

##### **Medida Provisória nº 579 e Decreto Lei nº 7.805**

O Governo Federal oficializou, por meio da Medida Provisória nº 579/2012 assinada em 11 de setembro de 2012, e convertida na Lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013, a redução nos custos de energia elétrica para consumidores residenciais e industriais e as regras para renovação das concessões de Geração, Transmissão e Distribuição vincendas entre 2015 e 2017. Para as concessões de Distribuição haverá condições específicas a serem estabelecidas pela ANEEL em contrato de concessão e/ou seus termos aditivos. Adicionalmente, a referida Lei elimina os encargos setoriais CCC (Conta de Consumo de Combustíveis) e RGR (Reserva Global de Reversão), e reduz o encargo CDE (Conta de Desenvolvimento Energético) em 75%. A ANEEL, com o objetivo de atender as determinações contidas na referida Lei, realizou Revisões Tarifárias Extraordinárias - RTE em janeiro de 2013, sendo que o efeito médio para os consumidores residenciais de baixa tensão da RTE da CEB D foi de 18,11%. Para as demais classes de consumidores, os efeitos variaram de 15% a 22%.

## Notas Explicativas



### Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

Para a CEB D a concessão poderá ser prorrogada, a critério do poder concedente, uma única vez, pelo prazo de até 30 (trinta) anos, de forma a assegurar a continuidade, a eficiência da prestação do serviço, a modicidade tarifária e o atendimento aos critérios de racionalidade operacional e econômica.

A prorrogação das concessões de distribuição de energia elétrica dependerá da aceitação expressa das condições estabelecidas no contrato de concessão e/ou nos termos aditivos. A partir da decisão do Poder Concedente pela prorrogação, a CEB D deverá assinar o contrato de concessão e/ou os termos aditivos no prazo de até trinta dias contados da convocação.

- **CEB Geração S.A.** – sociedade por ações de capital fechado, autorizada pela Lei Distrital nº 2.648, de 26 de dezembro de 2000, constituída como subsidiária integral, concessionária do serviço público de energia elétrica, atuando na geração de energia elétrica.

#### (iv) **Revisão Tarifária Extraordinária - RTE**

Em 24 de janeiro de 2013, conforme disposto na Medida Provisória nº 579/2012, assinada em 11 de setembro de 2012, e convertida na Lei nº 12.783 em 11 de janeiro de 2013, a ANEEL efetuou o cálculo da Revisão Tarifária Extraordinária – RTE para a CEB Distribuição, apurando uma redução média de 18,11% para os consumidores residenciais de baixa tensão. Para as demais classes de consumidores, os efeitos variaram entre 15% e 22%. A redução média da receita regulatória, considerada para o cálculo da RTE ocorrida em 2013 foi de 17,38%.

#### (i) **Prorrogação das concessões**

##### **Medida Provisória nº 579/12 convertida na Lei nº 12.783/13 e Decreto Lei nº 7.805/12**

Em 11 de setembro de 2012, o Governo Federal, com o objetivo de reduzir os custos de energia elétrica para consumidores residenciais e industriais, publicou a Medida Provisória nº 579 (“MP 579”). Em 14 de setembro de 2012, o Decreto Lei nº 7.805 foi emitido, definindo alguns dos procedimentos operacionais para a implementação do que foi estabelecido na MP 579. Esta Medida Provisória permitiu aos concessionários com contratos vencendo entre 2015 e 2017, a possibilidade de prorrogação as suas concessões, mediante condições nela estabelecidas.

Para as concessionárias de geração, as principais condições referem-se a mudança para um regime tarifário, com revisões periódicas e quando da renovação haverá indenização dos ativos residuais pelo Valor Novo de Reposição – VNR. Os investimentos futuros deverão ser submetidos previamente à aprovação do agente regulador. A remuneração dos geradores pela operação e manutenção, deverá ser definida em normatização específica que se espera ser divulgada no início de novembro 2012.

Conforme noticiado pelo Governo, essa medida deverá reduzir as tarifas de energia elétrica em 20,2%, em média (16,2% para residenciais e de 19,7% a 28% para os consumidores industriais) e baseia-se em dois pontos principais:

## Notas Explicativas



### Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (i) eliminação dos encargos setoriais RGE e CCC e redução da CDE, que contribuirá para a redução das tarifas finais em 7%; e
- (ii) definição de novas condições para a prorrogação de contratos de concessão de geração, transmissão e distribuição, com datas de vencimento entre 2015 e 2017, com um impacto médio de 13,2% nas tarifas finais.

A subsidiária integral CEB Geração S.A., possui 2 (duas) concessões de geração de energia, conforme descrito a seguir:

- (i) UTE Brasília, outorgada pela Portaria do Ministério de Minas Energia - MME no. 255, e termo final da concessão em 7/7/2015. Para essa concessão, a Companhia apresentou à ANEEL, no dia 15 de outubro de 2012, requerimento de prorrogação da concessão de geração de energia elétrica destinada a serviço público, definida como Usina Termelétrica.

Em cumprimento ao disposto na Instrução CVM nº 358, de 03 de janeiro de 2002, a Companhia comunicou aos acionistas da Companhia Energética de Brasília – CEB e aos demais segmentos do mercado de capitais, que a subsidiária integral CEB Geração S.A. protocolou no dia 15 de outubro de 2012, junto à Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, o pedido de prorrogação da concessão de geração de energia elétrica destinada a serviço público relativo à Usina Termelétrica de Brasília, conforme consta na Medida Provisória nº. 579, de 11 de setembro de 2012 e na aprovação na 35ª Assembleia Geral Extraordinária da CEB Geração S.A.

- (ii) UHE Paranoá, outorgada pelo Decreto no. 65.664, de 29/10/69 e prorrogada pela Portaria MME no. 255, e termo final da concessão em 29/10/2019.

Considerando que a concessão da UHE Paranoá expira apenas em 2019, as regras introduzidas pela MP 579 não se aplicam a essa concessão neste momento.

#### Contingências Jurídicas Dos Terrenos Da Usina Hidrelétrica Do Paranoá

Tramita perante o TJDF a ação judicial (processo nº 115.748-8/2008) proposta por Sandra dos Santos Jacinto Motta Paes contra a CEB Geração S.A, cujo objeto é a instituição de passagem forçada na estrada de acesso a UHE Paranoá. Caso a ação judicial seja julgada procedente, não deverá ensejar despesas de qualquer natureza a Companhia pelo uso da via de acesso. O processo se encontra aguardando a sentença.

Consta também, em tramitação no TJDF o Processo nº 2002.01.1.085001-7, em que a CEB Geração S.A não é parte, onde é questionada da Companhia Imobiliária de Brasília – TERRACAP parte da propriedade o imóvel onde está localizada a UHE Paranoá pelo espólio de Sebastião de Souza e Silva e Outros, o que vem dificultando a regularização da situação dominial do imóvel pela CEB Geração S.A, não interferindo nas suas atividades de geração de energia.

- **CEB Participações S.A. – CEBPar** – sociedade por ações de capital fechado, autorizada pela Lei Distrital nº 1.788 de 27 de novembro de 1997, constituída como subsidiária integral, atuando na compra e venda de participações acionárias ou cotas de outras empresas energéticas, de telecomunicações e de transmissão de dados, majoritária ou minoritariamente.

## Notas Explicativas



### Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A sociedade também atua na comercialização da energia elétrica, na proporção de sua cota-parte de 17,5% no Consórcio CEMIG-CEB, produzida pela Usina Hidrelétrica de Queimado, na condição de produtora independente de energia elétrica.

- **CEB Lajeado S.A.** – sociedade por ações de capital fechado, autorizada pela Lei Distrital nº 2.515 de 31 de dezembro de 1999, controlada pela Companhia Energética de Brasília – CEB, com 59,93% (cinquenta e nove vírgula noventa e três por cento) do total das ações e 100% das ações ordinárias. As Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRÁS, detém 40,07% (quarenta vírgula zero sete por cento) do total das ações e 100% das ações preferenciais da controlada.

A CEB Lajeado S.A. em conjunto com a EDP Lajeado Energia S.A. e a Paulista Lajeado Energia S.A. são titulares de ações representativas de 100% do capital votante da INVESTCO S.A, sobre este capital a CEB Lajeado S.A detém 20% de participação.

As referidas sociedades, juntamente com a Investco, são parte do consórcio denominado “Consórcio Lajeado” cujo objeto é a exploração compartilhada da concessão de uso de bem público para a exploração do Aproveitamento Hidroelétrico Luís Eduardo Magalhães e Sistema de Transmissão Associado, nos termos do Contrato de Concessão nº 05/97 e respectivos aditivos da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. O prazo de duração do contrato de concessão é de 35 anos contados a partir de 16 de dezembro de 1997.

- **Companhia Brasileira de Gás – CEBGAS** – sociedade de economia mista, autorizada pela Lei Distrital nº 2.518 de 10 de janeiro de 2001, controlada pela Companhia Energética de Brasília – CEB, com 51% (cinquenta e um por cento) das ações ordinárias, e 17% do total das ações.

#### (i) **Informações sobre aspectos relacionados ao pressuposto da continuidade operacional da CEB Gás**

A CEB Gás entrou em operação parcial em 08 de novembro de 2007. A operação parcial é realizada através do suprimento de gás natural liquefeito, proveniente da cidade de Paulínia, no Estado de São Paulo, para o Distrito Federal, e a sua distribuição a partir da celebração de contratos de compra e venda com seus distribuidores no Brasil. Para que sua operação seja plena, faz-se necessária a viabilização da construção do gasoduto de transporte de gás natural ligando o gasoduto Brasil – Bolívia ao Distrito Federal.

#### (b) **Controlada em conjunto com outros acionistas**

- **Energética Corumbá III S.A.** – sociedade por ações de capital fechado, constituída em 25 de julho de 2001, concessionária do serviço público de energia elétrica, na condição de produtora independente de energia elétrica. A CEB detém uma participação de 37,5% do capital social, sendo 25,0% das ações ordinárias e 50,0% das ações preferenciais.

#### (c) **Coligada**

- **Corumbá Concessões S.A.** – sociedade por ações de capital fechado, constituída em 06 de dezembro de 2000, concessionária do serviço público de energia elétrica, atuando na geração de energia elétrica, na condição de produtora independente de energia elétrica. Em 31 de março de 2013, o Grupo tem uma participação no capital social da empresa de 47,57% (47,57% em 31/12/2012), sendo 45,21% (45,21% em

## Notas Explicativas



### Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

31/12/2012) de propriedade da CEB e 2,36% (2,36% em 31/12/2012) de propriedade da CEB Participações S.A..

#### (i) **Informações sobre aspectos relacionados ao pressuposto da continuidade operacional da Corumbá Concessões S.A.**

A Concessionária atua focada nas metas e ações correspondentes, definidas pelo Conselho de Administração, através dos planos de negócios aprovados, administrando seus recursos de forma otimizada, procurando progressivamente adequar sua estrutura patrimonial e prazos, rentabilizando o empreendimento. Dentre as principais ações tomadas e previstas pela administração buscando esses objetivos, destacam-se:

- ✓ Otimizar os resultados da operação comercial, inclusive atuando sobre ações anteriores no intuito de buscar melhorias operacionais.
- ✓ Buscar parcerias com órgãos regulatórios de forma a vislumbrar alternativas de efficientização energética.
- ✓ Firmar parcerias junto às comunidades vizinhas e órgãos de fiscalização de forma a manter o lago e seu entorno preservado ambientalmente.
- ✓ Aferir otimizando sistematicamente os custos operativos.
- ✓ Rebalancear o capital de giro líquido, reduzindo o passivo circulante progressivamente e os custos de financiamentos, adequando à capacidade de geração de caixa operacional.
- ✓ Investir em processos de governança corporativa (código de ética, manual do fornecedor, processo de compras e contratos, Intranet Corporativa, etc.).
- ✓ Buscar aumentos de receitas na geração de energia elétrica.

A Administração entende que o excesso de passivo circulante, no montante de R\$ 24.765 em 31 de março de 2013 (R\$ 16.835 em 31/12/2012), sobre o ativo circulante, é administrável no que diz respeito à sua liquidação, uma vez que, em sua boa parte, são relacionados aos valores dos empréstimos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e Banco do Brasil - BB e aos dividendos declarados, ambos previstos no cronograma de caixa da Corumbá Concessões, mantendo inclusive, no que diz respeito ao BNDES/BB, o índice de cobertura do serviço da dívida – ICSD.

No ano de 2012, a administração da Corumbá Concessões S.A realizou medidas importantes para realavancar a empresa. Dentre as medidas adotadas destacam-se a emissão de debêntures para resgate (*call*) do Fundo de Investimento em Participações Corumbá (FIP Corumbá), absorção de prejuízos acumulados de exercícios anteriores através de redução de capital, além da efetiva renovação da Licença de Operação (L.O) 514/2005, sendo esta estendida até o ano de 2018. Enquanto as primeiras ações melhoraram significativamente o custo médio de capital da Companhia e sua capacidade de distribuição de dividendos, a renovação da L.O valida a estratégia sócio-ambiental da Companhia.

- **Investco** (investida direta da CEB Lajeado S.A.) – Empresa de capital aberto que tem como objeto social estudos, planejamentos, projetos, constituição e exploração dos sistemas de produção, transmissão, transformação, distribuição e comércio de energia elétrica, especialmente a exploração dos ativos da Usina

## Notas Explicativas



### Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães e Sistema de Transmissão Associado (UHE Lajeado). A CEB, detém através de sua Controlada CEB Lajeado S.A. uma participação direta no capital social total da Investco S.A de 16,98%. Deste total, 20,0% são representados por ações ordinárias, 20,0% de ações preferenciais classe R, 6,02% de ações preferenciais classe A e 20% de ações preferenciais classe B.

A Investco, juntamente com as sociedades empreendedoras, é parte do consórcio denominado “Consórcio Lajeado” cujo objeto é a exploração compartilhada da concessão de uso de bem público para a exploração do Aproveitamento Hidroelétrico Luís Eduardo Magalhães e Sistema de Transmissão Associado, nos termos do Contrato de Concessão nº 05/97 e respectivos aditivos da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. O prazo de duração do contrato de concessão é de 35 anos, contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial ocorrida em 15 de janeiro de 1998 com vigência até 15 de janeiro de 2033, podendo ser prorrogado nas condições que forem estabelecidas, mediante requerimento das concessionárias.

A base para o cálculo da depreciação dos bens do empreendimento é o valor depreciável (custo menos valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil estimada de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas de depreciação para os ativos de usinas hidrelétricas estão de acordo com a Resolução Normativa nº 474/12, emitida pela ANEEL, onde novas taxas anuais de depreciação para os ativos em serviço foram estabelecidas, a partir de 1º de Janeiro de 2012, alterando as tabelas I e XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE, aprovado pela Resolução Normativa nº 367/09. As taxas de depreciação refletem a vida útil dos ativos e são as utilizadas pela Investco para a depreciação dos seus ativos imobilizados.

O valor residual é o saldo remanescente do ativo ao final da concessão, pois, conforme estabelecido em contrato assinado entre a Investco e a União, ao final da concessão os ativos serão revertidos para a União que, por sua vez, indenizará a Companhia pelos ativos ainda não totalmente depreciados. A Administração entende que existe o direito à indenização do valor residual dos bens vinculados e reversíveis, suportada por seus assessores legais e considerando os fatos e circunstâncias disponíveis no momento. Eventuais alterações serão acompanhadas e analisados os seus impactos se existentes.

Os métodos de depreciação e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

#### (d) Outras Participações

- **BSB Energética S.A.** – É uma sociedade por ações, constituída em 24 de março de 2000, para explorar Pequenas Centrais Hidrelétricas – PCHs, com potência global máxima instalada de 200 MW e, estatutariamente, está autorizada a participar de outros empreendimentos ou sociedades, seja como acionista ou quotista. A CEB detém uma participação acionária de 9,00% do capital social da BSB Energética S.A.

#### 1.3 Concessões das operações

A CEB e suas controladas e controladas em conjunto detêm junto à ANEEL e ANP, as seguintes concessões:

## Notas Explicativas



### Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Investidas	Localização	Data do Ato	Data de Vencimento
<b>Distribuição</b>			
CEB Distribuição S/A	Brasília – DF	20.06.2005	07.07.2015
<b>Geração</b>			
CEB Participações S/A	Brasília – DF	26.01.2000	18.12.2032
CEB Geração S/A	Brasília – DF	14.09.2005	20.10.2019
Energética Corumbá III	Brasília – DF	07.11.2001	07.11.2036
CEB Lajeado S/A	Brasília – DF	31.12.1999	15.12.2032
<b>Outros</b>			
Companhia Brasileira de Gás S/A - CEBGÁS	Brasília – DF	23.03.2001	09.01.2030

#### 1.4 Negociação das ações em bolsas de valores

A Companhia é registrada na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) como Companhia Aberta na categoria A (emissores autorizados a negociar quaisquer valores mobiliários) e tem suas ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo (BM&F Bovespa).

Em 4 de julho de 1994, a Companhia iniciou a negociação de suas ações na BM&F Bovespa, sob os códigos de negociação CEBR3, CEBR5 e CEBR6, para as ações ordinárias e preferenciais.

## 2 APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

### 2.1 Base de Preparação

As Informações Contábeis Intermediárias da Companhia foram preparadas para o período findo em 31 de março de 2013 de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), e também de acordo com IFRS e estão de acordo com o IAS - “*International Accounting Standards*” nº 34 e com o pronunciamento técnico emitido pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis nº 21 (R1) que tratam das demonstrações intermediárias.

O CPC 21 (IAS 34) requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. As Informações Contábeis Intermediárias foram preparadas com base no custo histórico, exceto para determinados ativos e passivos financeiros que são mensurados a valor justo.

Estas Informações Contábeis Intermediárias não incluem todas as informações e divulgações requeridas nas Demonstrações Financeiras anuais, portanto, devem ser lidas em conjunto com as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, arquivadas em 28 de março de 2013, as quais foram preparadas de acordo com o IFRS – “*International Financial Reporting Standards*” e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas e critérios contábeis adotados no preparo dessas informações contábeis intermediárias estão consistentes com aqueles adotados na elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2012, exceto quanto ao descrito na Nota Explicativa nº 3 (i) e (ii), e que são decorrentes de mudança de critérios contábeis.

## Notas Explicativas



### Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A autorização para a emissão destas Informações Contábeis Intermediárias ocorreu na Reunião da Diretoria realizada em 17/05/2013.

#### 2.2 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Ao preparar as Informações Contábeis Intermediárias, a Administração da Companhia se baseia em estimativas e premissas derivadas da experiência histórica e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, as quais se consideram razoáveis e relevantes. A aplicação das estimativas e premissas frequentemente requer julgamentos relacionados a assuntos que são incertos, com relação aos resultados das operações e ao valor dos ativos e passivos. Os resultados operacionais e posição financeira podem diferir se as experiências e premissas utilizadas na mensuração das estimativas forem diferentes dos resultados reais. As estimativas que possuem risco significativo de causar ajustes materiais sobre os saldos contábeis dos ativos e passivos foram divulgadas nas Demonstrações Financeiras anuais da Companhia, acima mencionadas. No período findo em 31 de março de 2013, não houve mudança relevante nas estimativas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas.

#### 3 ADOÇÃO DE NOVAS PRÁTICAS CONTÁBEIS E RECLASSIFICAÇÕES NAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS DE 31/03/2012

Na apresentação das Demonstrações Financeiras comparativas de 31 de dezembro de 2012 e 31 de março de 2012 foram efetuados ajustes visando apresentar, retrospectivamente, os efeitos das adoções dos CPC 33 (R1) e CPC 19 (R2), com vigência a partir de 1º de janeiro de 2013. Além dos ajustes dos CPC's, também ocorreram reclassificações de saldos nas demonstrações financeiras intermediárias de 31/03/2012 para melhor comparabilidade com as demonstrações financeiras intermediárias de 31/03/2013. Tais ajustes seguem apresentados nos quadros abaixo:

#### Balanco Patrimonial - Controladora

	Saldos divulgados em 31/12/2012	Perdas atuariais (CPC 33 (R1))	Saldos reapresentados em 31/12/2012
<b>Ativo Circulante</b>	<b>112.995</b>		<b>112.995</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	88.787		88.787
Contas a Receber	3.348		3.348
Estoques	929		929
Tributos e Contribuições Compensáveis	8.661		8.661
Demais Créditos	11.270		11.270
<b>Ativo não Circulante</b>	<b>885.789</b>	<b>(165.240)</b>	<b>720.549</b>
Depósitos e Bloqueios Judiciais	4.467		4.467
Demais Créditos	255		255
Investimentos	866.198	(165.240)	700.958
Imobilizado	14.869		14.869
<b>Ativo Total</b>	<b>998.784</b>	<b>(165.240)</b>	<b>833.544</b>
<b>Passivo Circulante</b>	<b>31.941</b>		<b>31.941</b>

## Notas Explicativas



### Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Saldos divulgados em 31/12/2012	Perdas atuariais (CPC 33 (R1))	Saldos reapresentados em 31/12/2012
Fornecedores	2.972		2.972
Obrigações Tributárias	1.676		1.676
Empréstimos e Financiamentos	16.962		16.962
Obrigações Societárias	574		574
Obrigações Sociais e Trabalhistas	127		127
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórios	9.244		9.244
Demais Obrigações	386		386
<b>Passivo Não Circulante</b>	<b>374.981</b>		<b>374.981</b>
Passivo Fiscal Diferido	97.269		97.269
Empréstimos e Financiamentos	65.712		65.712
Demais Obrigações	212.000		212.000
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>591.862</b>	<b>(165.240)</b>	<b>426.622</b>
Capital Social	342.056		342.056
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	11.969		11.969
Ajuste de Avaliação Patrimonial	206.565		206.565
Reserva de Lucros	2.051		2.051
Prejuízos Acumulados		(165.240)	(165.240)
Dividendos Adicionais Propostos	29.221		29.221
<b>Passivo Total</b>	<b>998.784</b>	<b>(165.240)</b>	<b>833.544</b>

### Balanco Patrimonial - Consolidado

	Saldos divulgados em 31/12/2012	Ajustes		Saldos reapresentados em 31/12/2012
		Perdas atuariais (CPC 33 (R1))	Investimento Controlado em Conjunto (CPC 19 (R2))	
<b>Ativo Circulante</b>	<b>570.535</b>		<b>(2.285)</b>	<b>568.250</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	185.433		(3.143)	182.290
Contas a Receber	308.111		27	308.138
Aplicações Financeiras	9.805			9.805
Estoques	8.540			8.540
Tributos e Contribuições Compensáveis	25.372			25.372
Demais Créditos	33.274		831	34.105
<b>Ativo não Circulante</b>	<b>1.853.884</b>		<b>(29.596)</b>	<b>1.824.288</b>
Aplicações Financeiras	1.722		(1.722)	
Contas a Receber	98.462			98.462
Depósitos e Bloqueios Judiciais	11.768			11.768
Tributos e Contribuições Compensáveis	8.897			8.897
Ativos Mantidos para Venda	1.714			1.714
Ativo Financeiro Indenizável	622.486			622.486
Demais Créditos	1.702			1.702
Investimentos	608.002		51.949	659.951
Imobilizado	198.201		(79.709)	118.492
Intangível	300.930		(114)	300.816

## Notas Explicativas



**Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2013**  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Saldos divulgados em 31/12/2012	Ajustes		Saldos reapresentados em 31/12/2012
		Perdas atuariais (CPC 33 (R1))	Investimento Controlado em Conjunto (CPC 19 (R2))	
<b>Ativo Total</b>	<b>2.424.419</b>		<b>(31.881)</b>	<b>2.392.538</b>
<b>Passivo Circulante</b>	<b>615.292</b>		<b>(5.889)</b>	<b>609.403</b>
Fornecedores	168.579		855	169.434
Obrigações Tributárias	98.912		(155)	98.757
Encargos Regulatórios	99.557		(170)	99.387
Empréstimos e Financiamentos	106.013		(2.744)	103.269
Obrigações Societárias	14.811			14.811
Obrigações Sociais e Trabalhistas	29.021		(17)	29.004
Benefícios Pós Emprego	56.126			56.126
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórios	12.924			12.924
Demais Obrigações	29.349		(3.658)	25.691
<b>Passivo não Circulante</b>	<b>987.141</b>	<b>165.240</b>	<b>(25.992)</b>	<b>1.126.389</b>
Passivo Fiscal Diferido	136.157			136.157
Empréstimos e Financiamentos	315.813		(25.992)	289.821
Benefícios Pós Emprego	163.680	165.240		328.920
Encargos Regulatórios	109.881			109.881
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórios	41.253			41.253
Demais Obrigações	220.357			220.357
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>821.986</b>			<b>656.746</b>
<b>Atribuível as acionista controlador</b>	<b>591.862</b>			<b>426.622</b>
Capital Social	342.056			342.056
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	11.969			11.969
Ajuste de Avaliação Patrimonial	206.565			206.565
Reserva de Lucros	2.051			2.051
Prejuízos Acumulados		(165.240)		(165.240)
Dividendos Adicionais Propostos	29.221			29.221
<b>Atribuível aos acionistas não controladores</b>	<b>230.124</b>			<b>230.124</b>
<b>Passivo Total</b>	<b>2.424.419</b>	<b>165.240</b>	<b>(31.881)</b>	<b>2.392.538</b>

## Conciliação do Patrimônio líquido em 01/01/2012:

	Controladora	Consolidado
<b>Patrimônio líquido originalmente apresentado – 31/12/2011</b>		
Atribuível as acionista controlador	518.315	518.315
Atribuível aos acionistas não controladores		227.716
<b>Patrimônio líquido total</b>	<b>518.315</b>	<b>746.031</b>
<b>Ajustes:</b>		
Perdas atuariais reflexa (i)	(69.344)	(69.344)
<b>Total</b>	<b>(69.344)</b>	<b>(69.344)</b>
<b>Atribuído a:</b>		
Atribuível as acionista controlador	(69.344)	(69.344)
Atribuível aos acionistas não controladores		
<b>Patrimônio líquido ajustado – 01/01/2012</b>	<b>448.971</b>	<b>676.687</b>

## Notas Explicativas



**Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2013**  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora	Consolidado
<b>Atribuído a:</b>		
Atribuível as acionista controlador	448.971	448.971
Atribuível aos acionistas não controladores		227.716

**Em 31 de dezembro de 2012:**

	Controladora	Consolidado
<b>Patrimônio líquido originalmente apresentado – 31/12/2012</b>		
Atribuível as acionista controlador	591.862	591.862
Atribuível aos acionistas não controladores		230.124
<b>Patrimônio líquido total</b>	<b>591.862</b>	<b>821.986</b>
<b>Ajustes:</b>		
Perdas atuariais reflexa (i)	(165.240)	(165.240)
<b>Total</b>	<b>(165.240)</b>	<b>(165.240)</b>
<b>Atribuído a:</b>		
Atribuível as acionista controlador	(165.240)	(165.240)
Atribuível aos acionistas não controladores		
<b>Patrimônio líquido ajustado – 01/01/2013</b>	<b>426.622</b>	<b>656.746</b>
<b>Atribuído a:</b>		
Atribuível as acionista controlador	426.622	426.622
Atribuível aos acionistas não controladores		230.124

No exercício de 2012, a periodicidade da avaliação atuarial foi anual e não trimestral.

**Conciliação da demonstração de resultado para o período de três meses findo em 31/03/2012 - Consolidado:**

	Saldos divulgados em 31/03/2012	Ajustes			Saldos reapresentados em 31/03/2012
		CPC 19 (R2)		Reclassificações (iii)	
		Investimento Controlado em Conjunto (ii)	Equivalência Patrimonial		
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	<b>359.612</b>	<b>261</b>		<b>(2.415)</b>	<b>357.458</b>
Custo com Energia Elétrica	(197.526)	(2.897)			(200.423)
Custo de Operação	(82.134)	1.570			(80.564)
Custo do serviço prestado a terceiros	(9.474)				(9.474)
<b>Lucro Bruto</b>	<b>70.478</b>	<b>(1.066)</b>		<b>(2.415)</b>	<b>66.997</b>
<b>Receitas/ (Despesas) Operacionais</b>	<b>(30.202)</b>	<b>(662)</b>	<b>1.037</b>	<b>299</b>	<b>(29.528)</b>
Despesas com vendas	(2.414)				(2.414)
Despesas gerais e administrativas	(38.215)	(663)			(38.878)
Resultado de Equivalência Patrimonial	2		1.037		1.039
Outras Despesas (Receitas) Operacionais	10.425	1		299	10.725
Outras Despesas Operacionais	(10.115)			(2.116)	(12.231)
Outras Receitas Operacionais	20.540	1		2.415	22.956
<b>Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro</b>	<b>40.276</b>	<b>(1.728)</b>	<b>1.037</b>	<b>(2.116)</b>	<b>37.469</b>

## Notas Explicativas



**Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2013**  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Saldos divulgados em 31/03/2012	Ajustes			Saldos reapresentados em 31/03/2012
		CPC 19 (R2)		Reclassificações (iii)	
		Investimento Controlado em Conjunto (ii)	Equivalência Patrimonial		
<b>Receitas (Despesas) Financeiras</b>	<b>(11.083)</b>	<b>599</b>		<b>2.116</b>	<b>(8.368)</b>
Receitas financeiras	11.196	(405)		322	11.113
Despesas financeiras	(22.279)	1.004		1.794	(19.481)
<b>Lucro Operacional antes dos Tributos</b>	<b>29.193</b>	<b>(1.129)</b>	<b>1.037</b>		<b>29.101</b>
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>(7.752)</b>	<b>92</b>			<b>(7.660)</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente	(9.358)	91			(9.267)
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferido	1.606	1			1.607
<b>Lucro Líquido Consolidado do Período</b>	<b>21.441</b>	<b>(1.037)</b>	<b>1.037</b>		<b>21.441</b>
Atribuído aos acionistas da empresa controladora	17.226				17.226
Atribuído aos acionistas não controladores	4.215				4.215

**Conciliação dos fluxos de caixa para o período de três meses findo em 31 de março de 2012:**

	Saldos divulgados em 31/03/2012	Investimento Controlado em Conjunto (CPC 19 (R2))	Saldos reapresentados em 31/03/2012
Atividade Operacional	(30.451)	(1.778)	(32.229)
Atividade de Investimento	8.436	152	8.588
Atividade de Financiamento	5.214	666	5.880

**Demonstração do Valor Adicionado - Consolidado**

	Saldos divulgados em 31/03/2012	Investimento Controlado em Conjunto (CPC 19 (R2)) (ii)	Saldos reapresentados em 31/03/2012
<b>Receitas</b>	<b>577.193</b>	<b>(60)</b>	<b>564.158</b>
Venda de Energia, Serviços e Outras Receitas	552.466	(60)	552.406
Provisão/Rev. para Créditos de Liquidação Duvidosa	11.752		11.752
Receita de Alienação de Ativo Imobilizado	12.975		12.975
<b>Insumos Adquiridos de Terceiros</b>	<b>(279.089)</b>	<b>(2.474)</b>	<b>(281.563)</b>
Custos de Energia e Serviços Vendidos	(197.526)	(2.897)	(200.423)
Custos de Construção	(31.232)		(31.232)
Serviços de Terceiros	(38.692)	260	(38.432)
Material	(1.483)	1	(1.482)
Provisões/Reversões	(1.997)		(1.997)
Outros	(8.159)	162	(7.997)
<b>Valor Adicionado Bruto</b>	<b>298.104</b>	<b>(2.534)</b>	<b>282.595</b>
<b>Retenções</b>	<b>(11.741)</b>	<b>377</b>	<b>(11.364)</b>
Depreciação e Amortização	(11.741)	377	(11.364)
<b>Valor Adicionado Líquido Produzido</b>	<b>286.363</b>	<b>(2.157)</b>	<b>271.231</b>
<b>Valor Adicionado Recebido em Transferência</b>	<b>12.307</b>	<b>954</b>	<b>13.261</b>

## Notas Explicativas



### Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Saldos divulgados em 31/03/2012	Investimento Controlado em Conjunto (CPC 19 (R2)) (ii)	Saldos reapresentados em 31/03/2012
Receitas Financeiras	12.305	(83)	12.222
Resultado de Equivalência Patrimonial	2	1.037	1.039
<b>Valor Adicionado Total a Distribuir</b>	<b>298.670</b>	<b>(1.203)</b>	<b>284.492</b>
<b>Distribuição do Valor Adicionado</b>	<b>298.670</b>	<b>(1.082)</b>	<b>258.428</b>
<b>Empregados</b>	<b>39.205</b>	<b>(89)</b>	<b>39.116</b>
Pessoal e Encargos	29.252	(89)	29.163
Benefícios	9.953		9.953
<b>Impostos, Taxas e Contribuições</b>	<b>201.927</b>	<b>(309)</b>	<b>201.618</b>
Federal	106.561	(293)	106.268
Estadual e Municipal	95.366	(16)	95.350
<b>Remuneração de Capitais de Terceiros</b>	<b>36.097</b>	<b>(684)</b>	<b>468</b>
Aluguéis	12.709	(2)	
Despesas Financeiras	23.388	(682)	468
<b>Remuneração de Capitais Próprios</b>	<b>21.441</b>		<b>17.226</b>
Participação dos Acionistas Não Controladores	4.215		
Lucros Retidos	17.226		17.226

#### (i) Benefícios a empregados

O CPC 33 (R1) excluiu a opção de utilização do “método corredor” no reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais dos planos de benefícios definidos. A partir da adoção do novo pronunciamento os ganhos e perdas atuariais passaram a ser reconhecidos integralmente no patrimônio líquido (outros resultados abrangentes) .

#### (ii) Empreendimento controlado em conjunto

O CPC 19 (R2) eliminou a prática da consolidação proporcional dos empreendimentos Controlados em conjunto. A partir da adoção do novo pronunciamento, os empreendimentos controlados em conjunto passaram a ser avaliados exclusivamente pelo método da equivalência patrimonial. A Companhia possui participação em empreendimento controlado em conjunto na empresa Energética Corumbá III S/A.

#### (iii) Reclassificações

Itens	Demonstrações Contábeis	Saldos em 31/03/2012	Rubrica reclassificada	
			De	Para
Compensações por Descontinuidade de Energia	DRE	(2.116)	Despesas Financeiras	Outras Despesas Operacionais
Compensações por Descontinuidade de Energia	DVA	(2.116)	Despesas Financeiras	Insumos Adquiridos de Terceiros - Outras
Recuperação de Créditos Baixados – Perdas	DRE	2.415	Receita Bruta / Receita Líquida	Outras Receitas Operacionais
VC sobre Fatura de Energia Elétrica	DRE/DVA	322	Despesas Financeiras	Receitas Financeiras

## Notas Explicativas



### Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

#### a) Demonstração do Resultado

As Recuperações de Créditos Baixados e as Compensações por Descontinuidade de Energia que foram apresentadas como Receita Operacional Bruta e Despesas Financeiras no primeiro trimestre de 2012 estão sendo reclassificadas para as rubricas de Outras Receitas Operacionais e Outras Despesas Operacionais, respectivamente. A Variação Cambial sobre Fatura de Energia Elétrica é apresentada líquida das perdas cambiais, que no primeiro trimestre de 2012 apresentou um ganho cambial foi apresentado como despesa financeira, neste trimestre está sendo reclassificado como receita financeira.

#### b) Demonstração do Valor Adicionado

As Compensações por Descontinuidade de Energia que foi divulgada como Despesas Financeiras no primeiro trimestre de 2012, esta sendo reapresentada na rubrica de Insumos Adquiridos de Terceiros – Outros. A Variação Cambial sobre Fatura de Energia Elétrica é apresentada líquida das perdas cambiais, no primeiro trimestre de 2012 ocorreu um ganho cambial que foi apresentado em despesas financeiras. O ganho foi reclassificado para receita financeira.

## 4 GESTÃO DE RISCO

### 4.1 Fatores de risco

A Administração da CEB e de suas controladas têm total responsabilidade pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de seus riscos observando, para tanto, as avaliações técnicas corporativas das empresas do Grupo.

As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para dar previsibilidade a eventuais riscos, objetivando definir limites e controles apropriados, de forma a propiciar monitoração permanente e aderência aos limites operativos estabelecidos a cada Empresa. A Administração busca, efetivamente, a previsibilidade com vistas ao acompanhamento de operações que porventura possam comprometer a liquidez e rentabilidade do Grupo.

Essa política, lastreada em sistemas de gerenciamento de riscos, trata da revisão periódica dos riscos financeiros associados às captações, de modo a antecipar eventuais mudanças nas condições de mercado e seus reflexos nas atividades do Grupo.

A CEB, por meio de seus atos normativos e de gestão em suas controladas, atua de forma a desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual as empresas ajustam seus padrões de riscos às recomendações da Administração. A CEB somente contrata recursos em moeda nacional, com taxas pré-fixadas, visando à garantia do resultado esperado nas operações e suas correspondentes liquidações. Dessa forma, a Administração entende que os riscos são minimizados e as operações do Grupo não correm riscos adicionais.

O Grupo mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração. Todos os instrumentos financeiros são inerentes à atividade operacional do Grupo que não opera com instrumentos financeiros derivativos.

## Notas Explicativas



### Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

#### (a) Risco de Crédito

A Controlada CEB-D está obrigada, por força de regulamentação do setor de energia elétrica e cláusula incluída no contrato de concessão, a fornecer energia elétrica para todos os clientes localizados na sua área de concessão. De acordo com a regulamentação do setor, a concessionária tem o direito de cortar o fornecimento de energia elétrica dos consumidores que não efetuem o pagamento das faturas. Com 75% do consumo de energia baseado nos consumidores residenciais, comerciais e industriais, a concessionária bem como o Grupo apresentam níveis baixos de risco de crédito. Seus maiores devedores continuam sendo os órgãos públicos, responsáveis por cerca de 20% do consumo total. Com relação aos procedimentos de cobrança, a Administração efetua o acompanhamento sistemático e individual junto aos seus clientes, encaminhando ao Serasa as inadimplências persistentes. A CEB D possui, ainda, linha de parcelamento a eventuais devedores, objetivando manter liquidez de seus faturamentos.

As demais Controladas e Coligadas e Controladas em conjunto – São empresas que possuem como principal cliente a CEB Distribuição. O principal fator mitigador de risco é a forte regulamentação setorial, uma vez que os custos dessas contratações estão incorporados na Parcela “A” das tarifas da distribuidora, garantindo o efetivo repasse mensal dos fornecimentos realizados.

Além dos aspectos aventados, a Administração entende que a estrutura de controle e contratações adotada para a minimização de riscos de crédito, corroborada pela forte regulação setorial emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, garante à concessionária riscos mínimos de sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos financeiros. Do mesmo modo, a prudência nos investimentos financeiros minimiza os riscos de crédito, uma vez que realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agência de rating. Destaca-se, finalmente, que a distribuidora, utiliza todas as ferramentas de cobrança permitidas pelo órgão regulador, tais como corte por inadimplência, negativação de débitos e acompanhamento e negociação permanente das posições em aberto.

#### (b) Risco de liquidez

O Grupo, em especial a CEB Distribuição, tem financiado suas operações com recursos oriundos de suas atividades operacionais, do mercado financeiro e de empresas coligadas. A situação econômica e financeira é constantemente avaliada por meio de informações da área financeira, tratadas em ambiente de executivos da Companhia, denominado COEX – Colegiado de Executivos, que recomenda ações à Administração.

No que concerne ao acompanhamento de caixa, a Administração tem buscado efetividade no gerenciamento orçamentário, com a contratação de recursos de baixo custo financeiro visando ao financiamento de seu CAPEX.

Os planos da Administração para manutenção das atividades da concessionária passam, entre outros, na venda de ativos não operacionais, na rentabilidade futura dos investimentos em andamento, na capacidade de obter novas linhas de financiamentos e na renovação da concessão, cujo término do atual contrato ocorrerá em julho de 2015. Assim, as demonstrações financeiras dessa investida foram elaboradas no pressuposto de continuidade normal dos negócios da concessionária e não incluem nenhum ajuste relativo à realização e à classificação dos ativos ou quanto aos valores e à classificação dos passivos que seriam requeridos na impossibilidade de a

## Notas Explicativas



### Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

controlada continuar operando.

O fluxo de pagamentos para os passivos financeiros de todo o Grupo é apresentado como segue:

	Valor	Até 6 meses	De 6 meses a 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos
<b>Passivos financeiros não Derivativos (consolidado)</b>					
Fornecedores	185.514	161.397	24.117		
Obrigações Tributárias	210.518	76.417		134.101	
Encargos Regulatórios	218.958		105.103	113.855	
Empréstimos e Financiamentos	303.562	41.063	56.495	139.999	66.005
Obrigações Societárias	14.811	14.811			
Obrigações Sociais e Trabalhistas	29.307	14.654	14.653		
Benefícios Pós Emprego	457.000	22.278	42.680	89.114	302.928
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórios	55.175		13.379	41.796	
Demais Obrigações	236.452	16.619		219.833	
<b>Total</b>	<b>1.711.297</b>	<b>347.239</b>	<b>256.427</b>	<b>738.698</b>	<b>368.933</b>

#### (c) Risco de taxa de juros

O Grupo possui ativos e passivos remunerados por taxas de expectativas inflacionárias e/ou encargos de juros. Esses ativos e passivos incluem relevantemente os créditos a receber na data-base do balanço e os empréstimos passivos. Vide detalhamento desses encargos nas Notas 6 e 19, respectivamente.

Consequentemente, as variações positivas e negativas dos indexadores e juros atreladas a esses ativos e passivos afetam diretamente o resultado do Grupo. Demonstramos a seguir a análise de sensibilidade das variações das taxas:

#### (c1) Análise de Sensibilidade

A Companhia desenvolveu análise de sensibilidade para os instrumentos financeiros do Grupo que estão sujeitos às oscilações do CDI, TJLP e IGPM. A taxa estimada de CDI em 31 de março de 2014, da ordem de 7,00% a.a., de acordo com dados do Relatório Focus do Banco Central. No caso, a TJLP atribuiu-se a taxa de 5,00% a.a. e para o IGP-M a estimativa é de 5,01% a.a.

Com o cenário apresentado para a Companhia e suas controladas, elaborou-se uma análise dos efeitos nos Empréstimos e Financiamentos advindos de uma alta nas taxas de CDI, TJLP e IGPM em relação a 31 de dezembro de 2013, considerando os cenários possível e remoto, respectivamente. A análise para os demais itens patrimoniais não são relevantes.

Nesses cenários, possível e remoto, o impacto estimado da variação nas taxas de juros no resultado consolidado para os próximos 12 meses seriam os seguintes:

	Possível	Remoto
CDI	8,75%	10,50%
TJLP	6,25%	7,50%
IGPM	6,26%	7,52%

## Notas Explicativas



**Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2013**  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Fica registrado que os empréstimos contratados com taxas pré-fixadas não foram objeto de avaliação.

Alta do CDI	Exposição (R\$ mil)	Cenários Projetados – Base 31/03/2013		
		Provável	Possível - 25%	Remoto - 50%
		7,00%	8,75%	10,50%
Efeito da Variação do CDI	148.178	158.550	161.144	163.737
		(10.372)	(12.966)	(15.559)
Alta do CDI	Exposição (R\$ mil)	Cenários Projetados – Base 31/12/2012		
		Provável	Possível - 25%	Remoto - 50%
		7,06%	8,83%	10,59%
Efeito da Variação do CDI	225.948	241.900	245.888	249.876
		(15.952)	(19.940)	(23.928)

Alta da TJLP	Exposição (R\$ mil)	Cenários Projetados – Base 31/03/2013		
		Provável	Possível - 25%	Remoto - 50%
		5,00%	6,25%	7,50%
Efeito da Variação da TJLP	102.983	108.132	109.419	110.707
		(5.149)	(6.436)	(7.724)
Alta da TJLP	Exposição (R\$ mil)	Cenários Projetados – Base 31/12/2012		
		Provável	Possível - 25%	Remoto - 50%
		5,00%	6,25%	7,50%
Efeito da Variação da TJLP	107.030	112.382	113.719	115.057
		(5.352)	(6.689)	(8.027)

Alta do IGPM	Exposição (R\$ mil)	Cenários Projetados – Base 31/03/2013		
		Provável	Possível - 25%	Remoto - 50%
		5,01%	6,26%	7,52%
Efeito da Variação do IGPM	52.401	55.026	55.683	56.339
		(2.625)	(3.282)	(3.938)
Alta do IGPM	Exposição (R\$ mil)	Cenários Projetados – Base 31/12/2012		
		Provável	Possível - 25%	Remoto - 50%
		4,96%	6,20%	7,44%
Efeito da Variação do IGPM	60.112	63.094	63.839	64.584
		(2.982)	(3.727)	(4.472)

## Notas Explicativas



### Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Impactos no Resultado	31/03/2013	31/12/2012
<b>Cenário Possível - Cenário Provável</b>		
CDI	(2.593)	(3.988)
TJLP	(1.287)	(1.338)
IGPM	(656)	(745)
<b>Cenário Remoto - Cenário Provável</b>		
CDI	(5.186)	(7.976)
TJLP	(2.575)	(2.676)
IGPM	(1.313)	(1.491)

#### (d) Risco Cambial

Relativamente à aquisição de energia para revenda, a CEB Distribuição está exposta à oscilação cambial em cerca de 20% do custo total das aquisições, em função da energia oriunda da Itaipu Binacional ter cotação em dólares estadunidenses.

A exposição é minimizada pela Compensação Financeira de Variação dos Itens da Parcela “A”, mecanismo setorial que compensa variações financeiras ocorridas durante o exercício tarifário que, no caso da Distribuidora, situa-se entre os meses de agosto e julho. Nesse sentido, com a garantia de reposição de eventuais perdas financeiras relacionadas ao evento citado, por força das normas do Órgão Regulador, ANEEL, a concessionária não contrata mecanismos de proteção (hedge) para as variações cambiais. Observa-se que não há identificação de outros itens sujeitos à proteção cambial nas demonstrações financeiras da Companhia.

A CEB Distribuição desenvolveu análise de sensibilidade, conforme determinado pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM por meio da Instrução nº 475, de 17.12.2008, que requer que sejam apresentados mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável de risco considerada, o que reproduzimos de forma a clarear o cenário cambial.

Para tanto, a Administração estima que o valor de um dólar americano em 31 de março de 2013 será de R\$ 2,0200 (cenário de um ano). A metodologia utilizada para o cenário provável foi considerar a melhor estimativa para as taxas de câmbio em 31 de dezembro de 2013 com base em fontes externas de taxa de câmbio futuro. Por se tratar de uma análise de sensibilidade o impacto no resultado no exercício de 2013, foi considerado o saldo da dívida em 31 de março de 2013. Ressaltar-se que o comportamento do saldo da dívida respeitará seus respectivos contratos. Assim, foi confeccionada análise dos efeitos na compra de energia de Itaipu, advindos de eventual elevação no câmbio em relação a 31 de março de 2013.

Consideraram-se cenários possíveis e remotos a taxas de câmbio em 31 de dezembro de 2013, da ordem de R\$ 2,5250 e R\$ 3,0300, respectivamente:

Alta do dólar	Exposição (R\$ mil)	Cenários Projetados – Base 31/03/2013		
		Provável	Possível - 25%	Remoto - 50%
	2,0200	2,0200	2,5250	3,0300
	22.636	22.636	28.295	33.954
<b>Efeito da Variação do Dólar</b>			(5.659)	(11.318)
Alta do dólar	Exposição (R\$ mil)	Cenários Projetados – Base 31/12/2012		
		Provável	Possível - 25%	Remoto - 50%

## Notas Explicativas



### Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2,0446	2,0500	2,5625	3,075
	19.152	19.203	24.003	28.804
<b>Efeito da Variação do Dólar</b>		(51)	(4.851)	(9.652)
<b>Impactos no Resultado</b>			<b>31/12/2012</b>	<b>31/12/2011</b>
<b>Cenário Possível - Cenário Provável</b>				
Dólar			(5.659)	(4.801)
<b>Cenário Remoto - Cenário Provável</b>				
Dólar			(11.318)	(9.601)

Faz-se imprescindível salientar que a Companhia, suas controladas e coligadas não apresentam riscos nas taxas de juros por contratações de empréstimos e/ou financiamentos em moedas estrangeiras.

#### (e) Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura do Grupo e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações do Grupo.

O objetivo da Administração da Companhia é administrar o risco operacional para todo o Grupo para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e de suas controladas e coligadas, buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam a iniciativa e a criatividade.

#### 4.2 Gestão de capital

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital do Grupo, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas precisam aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

O Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira podem ser assim sumariados:

	31/03/2013	31/12/2012
Total dos empréstimos (Nota 19)	303.562	393.090
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	(77.314)	(182.290)
<b>Dívida líquida</b>	<b>226.248</b>	<b>210.800</b>
Total do patrimônio líquido	318.366	426.622

## Notas Explicativas



### Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	31/03/2013	31/12/2012
Total do capital	544.614	637.422
Índice de alavancagem financeira - %	41,54	33,07

#### 4.3 Estimativa do valor justo

Os instrumentos financeiros ativos e passivos são registrados inicialmente pelo valor justo das transações que lhes deram origem e são atualizados, quando aplicável, com base nos encargos contratuais e ajustados pelas estimativas de perda. A Administração avalia que os valores apurados com base nesses critérios podem ser considerados a melhor estimativa para apuração do valor justo dos instrumentos financeiros detidos pelo Grupo.

#### Hierarquia do valor justo

O CPC 40 / IFRS 7 define valor justo como o valor/preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago na transferência de um passivo em uma transação ordinária entre participantes de um mercado na data de sua mensuração. A norma esclarece que o valor justo deve ser fundamentado nas premissas que os participantes de um mercado utilizam quando atribuem um valor/preço à um ativo ou passivo e estabelece uma hierarquia que prioriza a informação utilizada para desenvolver essas premissas. A hierarquia do valor justo atribui maior peso às informações de mercado disponíveis (ou seja, dados observáveis) e menor peso às informações relacionadas à dados sem transparência (ou seja, dados inobserváveis). Adicionalmente, a norma requer que a empresa considere todos os aspectos de riscos de não desempenho (“*non-performance risk*”), incluindo o próprio crédito da Companhia e de suas controladas e coligadas, ao mensurar o valor justo de um passivo.

O CPC 40 / IFRS 7 estabelece uma hierarquia de três níveis a ser utilizada ao mensurar e divulgar o valor justo. Um instrumento de categorização na hierarquia do valor justo baseia-se no menor nível de “input” significativo para sua mensuração. Abaixo está demonstrada uma descrição dos três níveis de hierarquia:

Nível 1 — Os “inputs” são determinados com base nos preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos idênticos na data da mensuração. Adicionalmente, a Companhia e suas controladas e coligadas devem ter possibilidade de negociar nesse mercado ativo e o preço praticado não pode ser ajustado pelas empresas.

Nível 2 — Os “inputs” são outros que não sejam preços praticados conforme determinado pelo Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente. Os “inputs” do Nível 2 incluem preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos similares, preços praticados em um mercado inativo para ativos ou passivos idênticos; ou “inputs” que são observáveis ou que possam corroborar na observação de dados de um mercado por correlação ou de outras formas para substancialmente toda parte do ativo ou passivo.

Nível 3 — Os “inputs” inobserváveis são aqueles provenientes de pouca ou nenhuma atividade de mercado. Esses “inputs” representam as melhores estimativas da Administração da Companhia de como os participantes de mercado poderiam atribuir valor/preço esses ativos ou passivos. Geralmente, os ativos e passivos de Nível 3 são mensurados utilizando modelos de precificação, fluxo de caixa descontados, ou metodologias similares que demandam um significativo julgamento ou estimativa.

De acordo com o CPC 40 / IFRS 7, o Grupo mensura seus equivalentes de caixa e aplicações financeiras pelo seu valor justo. Os equivalentes de caixa e aplicações financeiras são classificados como Nível 2, pois são

## Notas Explicativas



### Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

mensurados utilizando preços de mercado para instrumentos similares.

As tabelas abaixo demonstram, de forma resumida, nossos ativos financeiros registrados a valor justo em 31 de março de 2013 e 31 dezembro 2012.

Apresentamos a seguir os principais instrumentos financeiros ativos e passivos:

	Avaliação	Hierarquia do Valor justo	31/03/2013			
			Controladora		Consolidado	
			Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil
<b>Ativos Financeiros</b>						
<b>Valor Justo por meio do Resultado</b>						
Aplicações Financeiras	Valor Justo	Nível 2	1.760	1.760	54.164	54.164
<b>Empréstimos e Recebíveis</b>						
Caixa e Bancos	Valor Justo	Nível 2	155	155	23.733	23.733
Contas a Receber	Custo Amortizado		8.019	8.019	350.037	350.037
Títulos de Crédito a Receber	Custo Amortizado				1.174	1.174
<b>Disponível para Venda</b>						
Ativo Financeiro Indenizável	Valor Justo	Nível 3			633.457	525.439
<b>Passivos Financeiros</b>						
<b>Outros Passivos Financeiros</b>						
Fornecedores	Custo Amortizado		4.744	4.744	185.514	185.514
Empréstimos e Financiamentos	Custo Amortizado				303.562	303.562
Obrigações Societárias	Custo Amortizado		574	574	14.811	14.811
Encargos Regulatórios	Custo Amortizado				218.958	218.958

	Avaliação	Hierarquia do Valor justo	31/12/2012			
			Controladora		Consolidado	
			Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil
<b>Ativos Financeiros</b>						
<b>Valor Justo por meio do Resultado</b>						
Aplicações Financeiras	Valor Justo	Nível 2	88.761	88.761	145.595	145.595
<b>Empréstimos e Recebíveis</b>						
Caixa e Bancos	Valor Justo	Nível 2	26	26	46.500	46.500
Contas a Receber	Custo Amortizado		3.348	3.348	406.600	406.600
Títulos de Crédito a Receber	Custo Amortizado				1.179	1.179
<b>Disponível para Venda</b>						
Ativo Financeiro Indenizável	Valor Justo	Nível 3			622.486	514.468
<b>Passivos Financeiros</b>						
<b>Outros Passivos Financeiros</b>						
Fornecedores	Custo Amortizado		2.972	2.972	169.434	169.434
Empréstimos e Financiamentos	Custo Amortizado		82.674	82.674	393.090	393.090
Obrigações Societárias	Custo Amortizado		574	574	14.811	14.811
Encargos Regulatórios	Custo Amortizado				209.268	209.268

## Notas Explicativas



### Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### 5 CAIXAS E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2013	31/12/2012
Caixa e Bancos conta Movimento	155	26	23.733	46.500
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata	1.760	88.761	53.581	135.790
<b>Total</b>	<b>1.915</b>	<b>88.787</b>	<b>77.314</b>	<b>182.290</b>

As aplicações financeiras classificada no circulante correspondem às operações contratadas em instituições financeiras nacionais. Todas as operações são de alta liquidez, com recompra diária garantida pela instituição financeira, a uma taxa previamente estabelecida pelas partes e remuneração pela variação do Certificado de Depósito Bancário – CDI.

#### 6 CONTAS A RECEBER

##### (a) Composição do contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2013	31/12/2012
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias			325.873	404.587
Títulos de Créditos a Receber			34.752	35.309
Serviços Prestados a Terceiros	26.913	22.242	30.893	28.472
<b>Total a Receber Bruto</b>	<b>26.913</b>	<b>22.242</b>	<b>391.518</b>	<b>468.368</b>
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	(18.894)	(18.894)	(41.481)	(61.768)
<b>Total a Receber Líquido</b>	<b>8.019</b>	<b>3.348</b>	<b>350.037</b>	<b>406.600</b>
<b>Circulante</b>	<b>8.019</b>	<b>3.348</b>	<b>252.262</b>	<b>308.138</b>
<b>Não Circulante</b>			<b>97.775</b>	<b>98.462</b>

##### (b) Valores a receber por idade de vencimento

Classes de Consumidor	Saldos Vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total 31.03.2013	Total 31.12.2012
Poder Público	7.898	2.829	67.261	77.988	84.079
Residencial	21.901	22.572	28.610	73.083	86.077
Comércio, Serviços e Outros	18.459	10.842	24.954	54.255	65.075
Iluminação Pública	5.363	714	26.068	32.145	32.552
Serviço Público	5.582		1.258	6.840	6.395
Industrial	1.874	2.048	2.731	6.653	8.857
Rural	530	702	2.812	4.044	6.408
<b>Subtotal Consumidores</b>	<b>61.607</b>	<b>39.707</b>	<b>153.694</b>	<b>255.008</b>	<b>289.443</b>
Fornecimento Não Faturado				77.036	97.694
Serviço Prestado a Terceiros				26.914	22.242
Acordo CAESB (Nota 4e)				14.305	15.615
Parcelamentos a Faturar CP e LP				7.808	5.998
Concessionárias e Permissionárias	3.651		1.906	5.557	4.927
Energia Elétrica Curto Prazo - CCEE				3.411	29.806

## Notas Explicativas



### Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Classes de Consumidor	Saldos Vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total 31.03.2013	Total 31.12.2012
Serviço Taxado	366	303	479	1.148	1.374
Arrecadação a Classificar				(1.210)	(1.251)
Outros				1.541	1.520
<b>TOTAL</b>	<b>65.624</b>	<b>40.010</b>	<b>156.079</b>	<b>391.518</b>	<b>467.368</b>
Prov. Crédito Liquidação Duvidosa				(41.481)	(61.768)
<b>Contas a receber líquido</b>	<b>65.624</b>	<b>40.010</b>	<b>156.079</b>	<b>350.037</b>	<b>405.600</b>

A redução do saldo do Contas a Receber em 31 de março de 2013 foi impactada substancialmente pelos seguintes fatos:

- (i) Baixa de contas a receber para perdas no montante de R\$ 21.579 em contrapartida da baixa da provisão para créditos de liquidação duvidosa;
- (ii) Redução da receita não faturada motivada pela redução na tarifa em razão da Lei 12.783/ 2012;
- (iii) Arrecadação de R\$ 26.394 referente a energia de curto prazo; e
- (iv) Aumento da arrecadação no trimestre.

#### (c) Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa

A provisão para crédito de liquidação duvidosa foi constituída em bases consideradas suficientes para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos e está constituída com base nos valores a receber dos consumidores da classe residencial vencidos há mais de 90 dias, da classe comercial vencidos há mais de 180 dias e das classes industrial, rural, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias, incluindo parcelamento de débitos. Engloba os recebíveis faturados e as estimativas dos valores não faturados, até o encerramento do balanço, contabilizados com base no regime de competência.

Segue um resumo das faixas de atraso sujeitas à provisão:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2013	31/12/2012
Poder Público - Vencidos há mais de 360 dias			59.055	59.177
Iluminação Pública - Vencidos há mais de 360 dias			25.800	25.846
Serviços Prestados a Terceiros - Vencidos há mais de 360 dias	18.894	18.894	18.894	18.894
Residencial - Vencidos há mais de 90 dias			9.663	16.574
Comercial - Vencidos há mais de 180 dias			8.499	18.365
Concessionários - Vencidos há mais de 360 dias			1.377	1.852
Serviço Público – Vencidos há mais de 360 dias			1.231	1.231
Industrial - Vencidos há mais de 360 dias			676	1.775
Rural - Vencidos há mais de 360 dias			518	2.183
Governo Distrito Federal - Acionista controlador não provisionado			(84.232)	(84.129)
<b>Total</b>	<b>18.894</b>	<b>18.894</b>	<b>41.481</b>	<b>61.768</b>

## Notas Explicativas



### Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em dezembro de 2012, a CEB registrou provisão para crédito de liquidação duvidosa sobre fatura de serviço (Obra de iluminação pública) prestado. O motivo do provisionamento foi que a Secretária de Estado de Obras do Governo do Distrito Federal não reconheceu a obrigação de liquidar a fatura em função de não haver nota de empenho e ordem de serviço autorizando a execução da obra. A CEB vem discutindo o assunto junto a Secretária de Estado de Obras do Governo do Distrito Federal e envidando esforço no sentido de a dívida seja reconhecida e liquidada pelo Órgão do GDF.

A movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa está assim apresentada:

	<b>Consolidado</b>
<b>Saldo em 31/12/2012</b>	<b>61.768</b>
Adições	1.940
Baixa para perda - Lei 9.430/96	(21.578)
Reversões	(649)
<b>Saldo em 31/03/2013</b>	<b>41.481</b>

No exercício de 2012, iniciou-se o estudo de recuperação de débitos relativos à dedutibilidade fiscal das perdas no recebimento de créditos decorrentes das atividades da pessoa jurídica, segundo os critérios disciplinados pela Lei 9.430/96.

No decorrer do trimestre encerrado em 31 de março de 2013, a Companhia reconheceu como perdas o montante de R\$ 21.579, fruto da conclusão dos ajustes e parametrizações feitos no sistema de faturamento, por fatura, dos consumidores inadimplentes. Outros critérios baseados na referida Lei e determinados pela Administração, estão em fase de adequações e desenvolvimento para num curto prazo serem aplicados.

#### (d) Créditos com o Governo do Distrito Federal (consolidado)

Os créditos devidos pelo Governo do Distrito Federal e não provisionados conforme quadro acima são representados pelos valores a receber de entidades e órgãos da administração pública do Distrito Federal cujo valor total monta em R\$ 117.958 em 31 de março de 2013 (R\$ 106.847 em 31 de dezembro de 2012) compostos por fornecimento de energia elétrica, serviços de manutenção e obras de iluminação pública, multa, juros e atualização monetária incidentes sobre faturas pagas em atraso no período de 2001 a 2005. A Administração, com base no atual estágio de cobrança e negociação dos referidos valores, principalmente com o seu controlador, o Governo do Distrito Federal, considera não necessária a constituição de provisão para perdas. A realização desses créditos depende do sucesso dos processos de cobrança e negociações que estão andamento, e os mencionados créditos podem ser liquidados por valores diferentes daqueles que estão registrados. Os débitos da Companhia de Água e Esgoto de Brasília – CAESB descritos no item (e) Acordo realizado com o Governo do Distrito Federal foram retirados do quadro abaixo.

Apresentamos a seguir a composição dos créditos com o acionista controlador por idade de vencimento, não provisionados:

**Notas Explicativas****Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2013**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	31/03/2013	31/12/2012
Saldos Vincendos	29.572	20.394
Vencidos até 90 dias	2.021	906
Vencidos de 91 a 360 dias	2.133	1.418
Vencidos a mais de 360 dias	84.232	84.129
<b>Total</b>	<b>117.958</b>	<b>106.847</b>

<b>Créditos a receber do GDF vencidos há mais de 360 dias, sem provisão</b>	31/03/2013	31/03/2012
Secretarias de Governo	54.132	54.054
Administrações Regionais	28.987	28.966
Empresas do GDF	983	979
Outras	130	130
<b>Total</b>	<b>84.232</b>	<b>84.129</b>

**(e) Acordo realizado com o Governo do Distrito Federal**

Em agosto de 2011, a CEB-D celebrou um acordo de parcelamento para liquidação dos débitos da Companhia de Água e Esgoto de Brasília – CAESB relativa encargos por atraso no pagamento de faturas de energia elétrica. O valor do débito reconhecido no referido Acordo de Parcelamento corresponde à quantia de R\$ 28.237, dividido em 48 (quarenta e oito) parcelas mensais fixas, atualizados pelo INPC até a data da renegociação e acrescidas de encargos de 1% ao mês. Apresentamos a seguir, o montante em 31 de março de 2013:

<b>Valor original do débito</b>	<b>14.800</b>
Encargos Financeiros	7.539
<b>Valor dívida reconhecida</b>	<b>22.339</b>
Encargos a transcorrer	5.898
<b>Valor do parcelamento na data do Acordo</b>	<b>28.237</b>
Amortização	(11.765)
Ajuste a Valor Presente	(2.167)
<b>Valor do parcelamento em 31/03/2013</b>	<b>14.305</b>
Circulante	6.451
Não Circulante	7.854

O acordo celebrado com a CAESB não contemplou nenhum tipo de desconto sobre o valor original do contas a receber.

## Notas Explicativas



### Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### 7 TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES COMPENSÁVEIS

##### (a) Resumo dos Tributos e Contribuições Compensáveis

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2012	31/12/2012	31/03/2012	31/12/2012
Imposto de Renda e Contribuição Social a Compensar	6.223	7.653	17.712	15.394
Outros Tributos e Contribuições Compensáveis	1.483	1.008	19.350	18.875
<b>Total</b>	<b>7.706</b>	<b>8.661</b>	<b>37.062</b>	<b>34.269</b>
<b>Circulante</b>	<b>7.706</b>	<b>8.661</b>	<b>28.165</b>	<b>25.372</b>
<b>Não Circulante</b>			<b>8.897</b>	<b>8.897</b>

##### (b) Imposto de Renda e Contribuição Social a Compensar

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2012	31/12/2012	31/03/2012	31/12/2012
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	2.383	2.797	10.102	8.209
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	3.137	4.041	3.457	4.091
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL	703	815	4.153	3.094
<b>Total</b>	<b>6.223</b>	<b>7.653</b>	<b>17.712</b>	<b>15.394</b>
<b>Circulante</b>	<b>6.223</b>	<b>7.653</b>	<b>17.712</b>	<b>15.394</b>

##### (c) Outros Tributos e Contribuições Compensáveis

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2012	31/12/2012	31/03/2012	31/12/2012
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS			16.365	16.303
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS		77	1.404	1.493
Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira - CPMF	544	544	544	544
Programa de Integração Social - PIS	419	387	419	387
Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	520		520	
Outros			98	148
<b>Total</b>	<b>1.483</b>	<b>1.008</b>	<b>19.350</b>	<b>18.875</b>
<b>Circulante</b>	<b>1.483</b>	<b>1.008</b>	<b>10.453</b>	<b>9.978</b>
<b>Não Circulante</b>			<b>8.897</b>	<b>8.897</b>

Os valores relativos ao Imposto de Renda e Contribuição Social referem-se às antecipações feitas no período com as retenções-fonte por órgãos públicos, em razão de a opção de apuração ser Lucro Real Anual. A utilização dos créditos do ICMS é diferida em 48 parcelas mensais, de acordo com a Lei Complementar nº 102/2000.

Os montantes de ICMS pagos na aquisição de bens utilizados na atividade de distribuição de energia da Controlada CEB Distribuição S.A são passíveis de ser compensados com os débitos do ICMS sobre faturamento, nos termos e critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente.

## Notas Explicativas



### Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### (d) Ativos Fiscais Diferidos não Reconhecidos

A Companhia e sua Controlada CEB Distribuição S.A não registram os efeitos fiscais diferidos de imposto de renda e contribuição social (crédito tributário), decorrentes de diferenças temporárias até que os planos de recuperação econômico-financeira da Companhia resultem na apuração de lucro tributável sustentável. Segue abaixo o demonstrativo dos créditos não ativados em 31 de março de 2013:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2013	31/12/2012
Contingências Regulatórias			7.944	11.176
Contingências Cíveis			2.091	2.637
Contingências Trabalhistas	32	32	1.844	1.762
Contingências Fiscais	3.111	3.111	3.111	3.111
Provisão para Participação nos Lucros e Resultados			1.437	1.437
Devedores Duvidosos	6.424	6.424	14.415	22.393
Prejuízo Fiscal e Base Negativa	31.768	31.363	31.768	31.363
Perda Atuarial dos Planos de Benefícios Pós-Emprego			81.941	56.182
<b>Total</b>	<b>41.335</b>	<b>40.930</b>	<b>144.551</b>	<b>130.061</b>

#### 8 DEMAIS CRÉDITOS

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2012	31/12/2012	31/03/2012	31/12/2012
Dividendo/JSCP s a Receber	9.033	10.436	9.789	9.789
Despesas Pagas Antecipadamente			4.003	6.510
Desativações em Curso (b)			5.789	5.572
Serviços em Curso (a)			19.313	5.421
Previdência Privada dos Empregados			4.283	2.913
Títulos de Crédito a Receber (c)			1.174	1.179
Coligadas e Controladas	255	255		
Crédito com Empregados	16	16	1.815	793
Outros Créditos	818	818	2.542	3.630
<b>Total</b>	<b>10.122</b>	<b>11.525</b>	<b>48.708</b>	<b>35.807</b>
<b>Circulante</b>	<b>9.867</b>	<b>11.270</b>	<b>46.980</b>	<b>34.105</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>255</b>	<b>255</b>	<b>1.728</b>	<b>1.702</b>

- a) Os serviços em curso são referentes aos Programas de Pesquisa e Desenvolvimento e Programa de Eficiência Energética os quais, após término, são compensados com o respectivo passivo registrado para este fim, conforme legislação regulatória.
- b) Refere-se ao valor das desativações dos bens anteriormente em serviço, cujo valor dos itens, quando desativados, são classificados pelo seu valor residual nesta rubrica. Tais bens são classificados nesta conta até que sua destinação seja definida, conforme os critérios de desativação estabelecidos pelo órgão regulador.

## Notas Explicativas



### Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- c) Títulos de Crédito a Receber: refere-se a ações preferências cumulativas e resgatáveis classes “A” e “B” emitidas pela Investco, que são caracterizadas como instrumento financeiro na controlada CEB Lajeado S.A.

## 9 APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Vencimento	Consolidado	
		31/03/2013	31/12/2011
Aplicações Financeiras		582	9.805
<b>Circulante</b>		<b>582</b>	<b>9.805</b>

Em 17/10/2012, os acionistas da coligada Corumbá Concessões S.A se reuniram em Assembleia Geral Extraordinária e decidiram exercer a opção de resgate da totalidade das ações preferenciais classe B de propriedade do Fundo de Investimento em Participações BRB-Corumbá. Em virtude dessa opção, a CEB Participações S.A. realizou em janeiro de 2013 o resgate de 94% das posições dos valores aplicados no fundo e os 6% restantes permanecerá para manutenção de contingências oferecidas em desfavor do Fundo.

## 10 DEPÓSITOS E BLOQUEIOS JUDICIAIS

Estão classificadas neste grupo as penhoras judiciais *on-line* efetuadas pelas instituições financeiras nas contas-correntes da Companhia Energética de Brasília – CEB e da Controlada CEB Distribuição S.A, em atendimento ao convênio de cooperação entre o Tribunal Superior do Trabalho e o Banco Central do Brasil e cauções referentes a leilões de energia. Ainda encontram-se registrados os depósitos recursais que são oriundos das demandas judiciais.

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2013	31/12/2012
Depósitos Recursais			537	551
Cauções	673	673	8.061	6.365
Bloqueios Judiciais	3.794	3.794	4.899	4.852
<b>Total</b>	<b>4.467</b>	<b>4.467</b>	<b>13.497</b>	<b>11.768</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>4.467</b>	<b>4.467</b>	<b>13.497</b>	<b>11.768</b>

## 11 ATIVOS MANTIDOS PARA VENDA

Imóveis	Localidade	Tamanho	Consolidado	
			31/03/2013	31/12/2012
Terreno	Diversas Localidades		818	818
Terreno	QI 10 lotes 25 a 38/DF	10.500 m <sup>2</sup>	896	896
<b>Total</b>			<b>1.714</b>	<b>1.714</b>

Estes ativos encontram-se registrados pelo menor valor entre o contábil e o valor justo, menos as despesas de venda.

## Notas Explicativas



### Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

## 12 ATIVO FINANCEIRO INDENIZÁVEL

### (a) Contrato de Concessão

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de distribuição de energia elétrica da Companhia, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão (IFRIC 12), a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, para refletir a atividade principal da Companhia, e refere-se a infraestrutura investida nas concessões que serão objeto de indenização do Poder concedente ao final da concessão.

A Resolução Normativa ANEEL nº 474, de 07 de fevereiro de 2012, estabeleceu novas taxas de depreciação para os ativos em serviço outorgados no setor elétrico, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2012, determinando alteração na vida útil econômica dos bens integrantes da infraestrutura de distribuição.

Considerando que essa alteração implicou, em média, em um alongamento da vida útil dos referidos bens, houve uma diminuição da amortização do ativo intangível e um aumento da parcela residual da infraestrutura que a Companhia espera receber como indenização ao final do período da Concessão. Como consequência, houve uma redistribuição da infraestrutura que é classificada no ativo intangível e no ativo financeiro, em decorrência da adoção do IFRIC 12/OCPC 5 – Contratos de Concessão.

Considerando os aspectos econômicos, regulatórios e o melhor entendimento técnico-contábil, a remensuração da infraestrutura resultou, em 30 de junho de 2012, na reclassificação de R\$ 24.344 da rubrica de ativo intangível para o ativo financeiro, sem alterar os demais procedimentos contábeis decorrentes da adoção do IFRIC 12/OCPC 5 – Contratos de Concessão.

Com o advento da Medida Provisória nº 579/2012, convertida na Lei nº 12.783/2013, a Administração entendeu que a melhor estimativa para cálculo da indenização a ser paga pelo poder concedente ao término do contrato de concessão seria utilizar a metodologia do Valor Novo de Reposição (VNR). Esta metodologia é atualmente adotada pelo regulador para fins de determinação da Base de Remuneração Regulatória (BRR) e da consequente remuneração do acionista, no momento das revisões tarifárias periódicas. Desta maneira, o valor justo do ativo financeiro a ser recebido do poder concedente ao final da concessão foi determinado pela Companhia utilizando o valor residual da BRR, ao final do prazo contratual da concessão.

Adotando essa nova estimativa, a Companhia recalculou o ativo financeiro conforme a Base de Remuneração Regulatória (BRR) do 3º. Ciclo de Revisão Tarifária, que ocorreu em agosto de 2012. Esse procedimento gerou um ajuste positivo no ativo financeiro de R\$ 108.018 mil em 31 de dezembro de 2012, e no resultado de 2012 o valor de R\$ 71.292 mil, líquido dos efeitos tributários. A partir de 31 de dezembro de 2012, o ativo financeiro será movimentado pelas adições, atualizações e baixas, e re-mensurado sempre da ocorrência de um novo ciclo tarifário.

Este ativo financeiro está classificado como um ativo disponível para venda, pois a Administração entende que esta classificação é a mais adequada, já que o valor da indenização a ser recebido ao término da concessão não é fixo, embora seja estimável. Em 31 de dezembro de 2011, esse ativo financeiro estava classificado como empréstimos e recebíveis, avaliado a custo amortizado.

## Notas Explicativas



### Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Conforme estabelecido pelo pronunciamento técnico CPC 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, as variações na estimativa de fluxo de caixa são registradas diretamente no resultado do exercício. Portanto, com o advento da Medida Provisória 579, confirmou-se que as variações no valor da indenização decorrentes da atualização monetária ou dos valores de reposição constituem-se em elemento do fluxo de caixa esperado e conseqüentemente devem ser registrados no resultado.

De acordo, ainda, com o pronunciamento técnico CPC 38, as alterações resultantes de mudanças nas condições de mercado (variações em taxas de juros) são registradas no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes. Por não existir um mercado ativo para negociação deste ativo financeiro, a Companhia mensura seu valor justo utilizando os mesmos componentes da taxa de remuneração regulatória estabelecida pela ANEEL (WACC Regulatório). Caso a Companhia verifique uma mudança no WACC regulatório durante os períodos de revisão tarifária, essa nova taxa de juros é utilizada pela Companhia para trazer a valor presente os fluxos de caixa estimados. A Companhia entende que esta metodologia é a que melhor reflete o valor justo na visão dos participantes do mercado, uma vez que a taxa de retorno estabelecida pela ANEEL leva em consideração, além das taxas livres de riscos, os demais riscos inerentes ao setor. Portanto, os ajustes decorrentes da diferença entre o WACC de mercado e o WACC regulatório serão reconhecidos no Patrimônio Líquido. Em 31 de março de 2013, não há saldo registrado em outros resultados abrangentes uma vez que a Companhia concluiu que naquela data não havia diferença entre essas taxas.

A movimentação dos saldos referentes ao ativo indenizável (concessão) está assim apresentada:

<b>Saldo em 31 de dezembro de 2011</b>	<b>374.965</b>
Adições	120.054
Baixas	(4.895)
Reclassificação Resolução ANEEL nº 474/12	24.344
Ajuste do Ativo Financeiro de Concessão a VNR	108.018
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>622.486</b>
Adições	11.235
Baixas	(264)
<b>Saldo em 31 de março de 2013</b>	<b>633.457</b>

Não houve indícios de perda ao valor recuperável desses ativos na data das informações contábeis intermediárias.

## 13 INVESTIMENTOS

### (a) Composição dos Investimentos

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2013	31/12/2012
Avaliados por Equivalência Patrimonial	590.706	695.973	383.552	380.566
Propriedade para Investimento			274.400	274.400
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	3.232	3.232	3.232	3.232
Outros	1.753	1.753	1.754	1.753
<b>Total</b>	<b>595.691</b>	<b>700.958</b>	<b>662.938</b>	<b>659.951</b>

## Notas Explicativas



### Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### Propriedade para Investimento

Em 31 de dezembro de 2012, a Controlada CEB D transferiu o imóvel localizado no Setor Noroeste SAI Norte PR 155/1/DF que estava registrado na rubrica de Bens Destinados Venda para a rubrica de Propriedade para Investimento. Esta transferência atende ao CPC 31 item 8, que determina que em caso de não realização da venda do bem no prazo de 1 ano, o bem deve ser reclassificado para o Imobilizado ou para o Investimento, dependendo da intenção do destino a ser dado ao bem pela administração. Em agosto de 2012, a Controlada CEB D realizou avaliação do imóvel a preço de mercado conforme laudo emitido pela Câmara de Valores Imobiliários do Distrito Federal. O valor de mercado do imóvel segundo o laudo é de R\$ 301.287. A Companhia entende que este valor avaliado está de acordo com a expectativa de mercado.

#### (b) Investimentos avaliados por equivalência patrimonial

Controladora						31/03/2013	31/12/2012
Investidas	Capital Social Integralizado	Patrimônio Líquido	Participação no Capital Social (%)	Participação nas Ações Ordinárias (%)	Número de Ações Detidas pela CEB	Valor Contábil	Valor Contábil
CEB Distribuição S.A	580.532	249.474	100,00	100,00	350.532.450	249.474	359.082
CEB Lajeado S.A	145.656	353.840	59,93	59,93	82.013.911	123.705	121.589
Corumbá Concessões S.A	218.966	222.367	45,20	9,30	256.009.911	100.536	101.444
Energética Corumbá III S.A	121.586	139.561	37,50	25,00	45.594.783	52.335	51.950
CEB Participações S.A	41.271	49.277	100,00	100,00	41.270.415	49.274	48.356
CEB Geração S.A	7.575	15.069	100,00	100,00	7.575.212	15.069	13.213
Companhia Brasiliense de Gás	4.271	1.844	17,00	51,00	30.600	313	339
<b>Total</b>						<b>590.706</b>	<b>695.973</b>

Consolidado						31/03/2013	31/12/2012
Investidas	Capital Social Integralizado	Patrimônio Líquido	Participação no Capital Social (%)	Participação nas Ações Ordinárias (%)	Número de Ações Detidas pela CEB	Valor Contábil	Valor Contábil
Corumbá Concessões S.A	218.966	222.367	47,55	9,30	256.009.911	105.753	106.708
Investco S.A	804.459	1.127.319	20,00	20,00	133.563.595	225.464	221.908
Energética Corumbá III S.A	121.586	139.561	37,50	25,00	45.594.783	52.335	51.950
<b>Total</b>						<b>383.552</b>	<b>380.566</b>

#### • Informações financeiras resumidas

Investidas	31/03/2013			31/12/2012		31/03/2012
	Ativos	Passivos	Receita Líquida	Ativos	Passivos	Receita Líquida
CEB Distribuição S.A	1.613.675	1.364.201	360.868	1.663.299	1.138.978	344.354
Corumbá Concessões S.A	694.528	472.160	34.973	691.680	467.304	31.560
CEB Lajeado S.A	391.087	37.247	25.030	473.012	122.956	26.143
Energética Corumbá III S.A	245.083	105.522	7.740	230.049	91.517	7.506
CEB Participações S.A	51.453	2.180	3.301	52.394	4.037	3.531
CEB Geração S.A	16.514	1.447	3.636	15.083	1.871	3.403
Companhia Brasiliense de Gás	2.376	532	1.054	2.582	586	1.314

## Notas Explicativas



### Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- Resultado dos investimentos avaliados por equivalência patrimonial**

Investidas	Lucro / (Prejuízo) do Período	Resultado de Equivalência Patrimonial	Lucro / (Prejuízo) do Período	Resultado de Equivalência Patrimonial
	31/03/2013	31/03/2013	31/03/2012	31/03/2012
CEB Distribuição S.A	(33.844)	(33.844)	15.170	15.170
CEB Lajeado S.A	3.784	2.116	9.749	5.452
Energética Corumbá III S.A	1.028	385	2.767	1.038
CEB Geração S.A	1.855	1.855	1.748	1.748
Corumbá Concessões S.A	(2.009)	(908)	(6.571)	(2.428)
CEB Participações S.A	917	917	(1.380)	(1.380)
Companhia Brasileira de Gás	(152)	(26)	(99)	(17)
<b>Total</b>	<b>(28.421)</b>	<b>(29.505)</b>	<b>21.384</b>	<b>19.583</b>

- Movimentação dos investimentos avaliados por equivalência patrimonial**

Controladora				
Investidas	31/12/2012	Resultado de Equivalência Patrimonial	Equivalência Patrimonial Reflexa - Perda Atuarial	31/03/2013
CEB Distribuição S.A	359.082	(33.844)	(75.764)	249.474
CEB Lajeado S.A	121.589	2.116		123.705
Corumbá Concessões S.A	101.444	(908)		100.536
Energética Corumbá III S.A	51.950	385		52.335
CEB Participações S.A	48.357	917		49.274
CEB Geração S.A	13.214	1.855		15.069
Companhia Brasileira de Gás	339	(26)		313
<b>Total</b>	<b>695.975</b>	<b>(29.505)</b>	<b>(75.764)</b>	<b>590.706</b>

Consolidado			
Investidas	31/12/2012	Equivalência Patrimonial	31/03/2013
Investco S.A	221.908	3.556	225.464
Corumbá Concessões S.A	106.708	(955)	105.753
Energética Corumbá III S.A	51.950	385	52.335
<b>Total</b>	<b>380.566</b>	<b>2.986</b>	<b>383.552</b>

**(c) Informações adicionais sobre empresa controlada em conjunto**

A Companhia controla de forma conjunta com outros acionistas a empresa Energética Corumbá III S.A. e os montantes dos principais grupos de Ativo, Passivo e Resultado são como segue:

## Notas Explicativas



### Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

<b>Contas Patrimoniais</b>	<b>31/03/2013</b>	<b>31/12/2012</b>
Caixa e equivalentes de caixa	8.424	8.383
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	3.807	3.055
Outros Créditos	1.277	1.155
Fundos Vinculados	4.643	4.593
Imobilizado	212.348	212.558
Intangível	14.583	305
<b>Total de Ativos</b>	<b>245.082</b>	<b>230.049</b>
Fornecedores	1.851	845
Tributos e Contribuições Sociais	369	408
Folha de Pagamento	6	8
Empréstimos e Financiamentos	74.859	76.632
Outras Obrigações	4.069	4.060
Dívidas com pessoas ligadas	10.089	9.564
Bens de Uso Público	14.278	
Patrimônio Líquido	139.561	138.532
<b>Total Passivo + Patrimônio Líquido</b>	<b>245.082</b>	<b>230.049</b>
<b>Contas de Resultado</b>	<b>31/03/2013</b>	<b>31/03/2012</b>
Receita Operacional Líquida	7.740	7.506
Custo com Energia	(2.365)	(304)
Custos de Operação	(2.295)	(2.176)
Despesas Operacionais	(473)	(416)
Despesas Financeiras, Líquidas	(1.324)	(1.598)
Imposto de Renda/Contribuição Social	(255)	(244)
<b>Lucro Líquido do Exercício</b>	<b>1.028</b>	<b>2.768</b>

#### (d) Operações controladas em conjunto

A Companhia possui operações em conjunto com outros acionistas no Consórcio UHE Queimado e os montantes dos principais grupos de Ativo e Passivo são como segue:

<b>Contas Patrimoniais</b>	<b>31/03/2013</b>	<b>31/12/2012</b>
Caixa e equivalentes de caixa	210	353
Outros Créditos	4.711	5.548
Imobilizado/Intangível	124.045	125.047
<b>Total de Ativos</b>	<b>128.966</b>	<b>130.948</b>
Fornecedores	5.484	6.267
Tributos e Contribuições Sociais	67	120
Outras Obrigações	7.203	7.470
Patrimônio Líquido	116.212	117.091
<b>Total Passivo + Patrimônio Líquido</b>	<b>128.966</b>	<b>130.948</b>

#### (e) Resultado de Equivalência Patrimonial – Consolidado

O valor apresentado nas demonstrações de resultados consolidado refere-se ao registro da equivalência patrimonial calculada sobre a variação do patrimônio líquido das coligadas. Este valor não é eliminado nas demonstrações consolidadas do grupo.

## Notas Explicativas



### Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### 14 IMOBILIZADO

##### (a) Movimentação

	Consolidado								
	Imobilizado em Serviço							Imobilizado em Curso	Total
	Terrenos	Reservatórios, Barragens e Adutoras	Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	Máquinas e Equipamentos	Veículos	Móveis e Utensílios	Outros		
<b>Custo do Imobilizado</b>									
Saldo em 31/12/2012	14.097	13.418	17.023	42.982	12.622	6.984	144	59.554	166.824
Adições				1.758	587	714		15.208	18.267
Baixas/Transferências								(17.037)	(17.037)
Saldo em 31/03/2013	14.097	13.418	17.023	44.740	13.209	7.698	144	57.725	168.054
<b>Depreciação Acumulada</b>									
Saldo em 31/12/2012		(3.082)	(8.396)	(26.300)	(7.903)	(2.533)	(118)		(48.332)
Depreciação		(72)	(130)	(431)	(263)	(113)	(2)		(1.011)
Saldo em 31/03/2013		(3.154)	(8.526)	(26.731)	(8.166)	(2.646)	(120)		(49.343)
Imobilizado Líquido - 31/03/2013	14.097	10.264	8.497	18.009	5.043	5.052	24	57.725	118.711
Imobilizado Líquido - 31/12/2012	14.097	10.336	8.627	16.682	4.719	4.451	26	59.554	118.492
Taxas Anuais de Depreciação		2,0% a 7,7%	2,0% a 4,0%	3,3% a 6,7%	20%	10%			

Não houve indícios de perdas ao valor recuperável desses ativos na data das informações contábeis intermediárias.

##### (b) Custo atribuído (*Deemed Cost*)

O Grupo optou pela adoção do custo atribuído (*deemed cost*) para determinamos grupos de ativos ajustando os saldos de abertura na data de transição em 1º de janeiro de 2009 para fins de comparação.

Os valores justos utilizados na adoção do custo atribuído foram estimados por especialistas internos (engenheiros) com experiência e competência profissional, objetividade e conhecimento técnico dos bens avaliados. Para realizarem este trabalho os especialistas internos consideraram informações a respeito da utilização dos bens avaliados, mudanças tecnológicas ocorridas e em curso e ambiente econômico em que operam, considerando o planejamento e outras peculiaridades dos negócios da Companhia. Como parte da adoção do custo atribuído a administração do Grupo avaliou todas as classes do ativo imobilizado para fins de adoção do custo atribuído em 1º. de janeiro de 2009. Adicionalmente, vem sendo realizada a revisão da vida útil estimada e do valor residual.

Os efeitos nos principais grupos de conta decorrentes da adoção do custo atribuído em 1º de janeiro de 2009 foi:

## Notas Explicativas



### Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Terrenos	Controladora	Consolidado
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2008</b>	<b>1.442</b>	<b>1.442</b>
Ajustes por adoção do custo atribuído	295.744	295.744
<b>Saldo em 01 de janeiro de 2009</b>	<b>297.186</b>	<b>297.186</b>
Alienação de Terreno - Exercício de 2009	(11.099)	(11.099)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2010 e 2011 – Valor Bruto</b>	<b>286.087</b>	<b>286.087</b>
Efeito Fiscal (IRPJ/CSLL 34%)	(97.270)	(97.270)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2012, líquido do efeito fiscal</b>	<b>188.817</b>	<b>188.817</b>
<b>Saldo em 31 de março de 2013, líquido do efeito fiscal</b>	<b>188.817</b>	<b>188.817</b>

Os relatórios de avaliação gerados pelos especialistas datados de 31/03/2009 e 31/03/2011 foram aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do Grupo, conforme requerido pelo estatuto social.

## 15 INTANGÍVEL

	Consolidado					Total
	Direito de Uso da Concessão		Outros Intangíveis			
	Em Serviço	Em Curso	Em Serviço	Em Curso	Direito de Exploração da Concessão	
<b>Custo do Intangível</b>						
<b>Saldo em 31/12/2012</b>	<b>238.899</b>	<b>90.229</b>	<b>50.435</b>	<b>2.854</b>	<b>158.946</b>	<b>541.363</b>
Adições	1.744	41.250	705	41		43.740
Baixas/Transferências	(51)	(15.876)		(41)		(15.968)
Obrigações Especiais	1.293	(9.268)				(7.975)
<b>Saldo em 31/03/2013</b>	<b>241.885</b>	<b>106.335</b>	<b>51.140</b>	<b>2.854</b>	<b>158.946</b>	<b>561.160</b>
<b>Amortização Acumulada</b>						
<b>Saldo em 31/12/2012</b>	<b>(158.055)</b>		<b>(41.283)</b>		<b>(41.209)</b>	<b>(240.547)</b>
Amortizações	(10.278)		(737)		(1.473)	(12.488)
<b>Saldo em 31/03/2013</b>	<b>(168.333)</b>		<b>(42.020)</b>		<b>(42.682)</b>	<b>(253.035)</b>
<b>Intangível Líquido 31/03/2013</b>	<b>73.552</b>	<b>106.335</b>	<b>9.120</b>	<b>2.854</b>	<b>116.264</b>	<b>308.125</b>
<b>Intangível Líquido 31/12/2012</b>	<b>80.844</b>	<b>90.229</b>	<b>9.152</b>	<b>2.854</b>	<b>117.737</b>	<b>300.816</b>

Não houve indícios de perdas ao valor recuperável desses ativos na data das informações contábeis intermediárias.

A agência reguladora ANEEL é responsável por estabelecer a vida útil econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização no vencimento da concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa adequada para efeitos contábeis e regulatórios e que representa a melhor estimativa de vida útil dos bens.

A Administração entende que a amortização do direito de uso da concessão deve respeitar o retorno esperado de cada bem da infraestrutura da concessão, via tarifa. Assim sendo, o intangível é amortizado pelo prazo esperado desse retorno, limitado ao prazo de vencimento da concessão.

## Notas Explicativas



### Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O valor contábil de cada bem que ultrapassa o prazo do vencimento da concessão está alocado como ativo financeiro - ativo indenizável (concessão).

Direito de Exploração de Concessão de Geração - A Controladora consolida a empresa CEB Lajeado S.A. detentora do direito de exploração de concessão da Usina que integra a operação de geração da Investco S.A.. Esse direito, se trata de uma operação de reestruturação societária da Lajeado que gerou decorrente do Contrato de Venda e Compra de Ações entre a Investco e seus acionistas. Este Instrumento estabelece para a CEB Lajeado o valor de compra de 20% (conforme sua participação ordinária) das ações preferenciais classe "R", nominativas, sem valor nominal, de emissão da Investco, totalizando 46.890.423 ações, por R\$ 213.452, que também representa 20% da dívida da Investco com a Eletrobrás. Esse valor vem sendo amortizado até o ano de 2032, que representa o fim da concessão.

#### 16 FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2013	31/12/2012
Suprimento de Energia Elétrica			128.672	113.972
Materiais e Serviços	4.744	2.972	50.158	40.108
Encargos de Uso de Rede Elétrica			6.259	14.929
Fornecedores de Gás			425	425
<b>Total</b>	<b>4.744</b>	<b>2.972</b>	<b>185.514</b>	<b>169.434</b>
<b>Circulante</b>	<b>4.744</b>	<b>2.972</b>	<b>185.514</b>	<b>169.434</b>

#### 17 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

##### (a) Resumo das Obrigações Tributárias

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2013	31/12/2012
Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (b)	97.269	97.269	137.265	140.748
Outros Tributos (c)	769	1.676	73.253	94.166
<b>Total</b>	<b>98.038</b>	<b>98.945</b>	<b>210.518</b>	<b>234.914</b>
<b>Circulante</b>	<b>769</b>	<b>1.676</b>	<b>76.417</b>	<b>98.757</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>97.269</b>	<b>97.269</b>	<b>134.101</b>	<b>136.157</b>

##### (b) Imposto do Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2013	31/12/2012
Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ	71.522	71.522	100.622	103.382
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL	25.747	25.747	36.643	37.366
<b>Total</b>	<b>97.269</b>	<b>97.269</b>	<b>137.265</b>	<b>140.748</b>
<b>Circulante</b>			<b>3.177</b>	<b>4.803</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>97.269</b>	<b>97.269</b>	<b>134.088</b>	<b>135.945</b>

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável que exceder a R\$ 240 para o imposto de renda e de 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de

## Notas Explicativas



### Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

contribuição social, limitada a 30% do lucro real. A opção de tributação da Companhia e suas controladas CEB Distribuição S.A., CEB Lajeado S.A é o lucro real anual com antecipações mensais.

	Controladora				Consolidado			
	IRPJ		CSLL		IRPJ		CSLL	
	31/03/2013	31/03/2012	30/03/2013	31/03/2012	31/03/2013	31/03/2012	31/03/2013	31/03/2012
Resultado antes dos tributos sobre o Lucro	(30.431)	17.226	(30.431)	17.226	(26.953)	29.101	(26.953)	29.101
Equivalência Patrimonial - Coligadas					(2.986)	(1.039)	(2.986)	(1.039)
Resultado das Empresas Tributadas pelo Lucro Presumido					(3.638)	(562)	(3.638)	(562)
<b>Total do Resultado Tributado</b>	<b>(30.431)</b>	<b>17.226</b>	<b>(30.431)</b>	<b>17.226</b>	<b>(33.577)</b>	<b>27.500</b>	<b>(33.577)</b>	<b>27.500</b>
Ajuste RTT					21.786	2.661	21.786	2.661
Equivalência Patrimonial	29.505	(19.584)	29.505	(19.584)				
Adições(exclusões)permanentes	246	4	246	4	(34.799)	10.514	(34.799)	10.514
Adições(exclusões)temporárias					4.555	(16.001)	4.555	(16.001)
<b>Total</b>	<b>(680)</b>	<b>(2.354)</b>	<b>(680)</b>	<b>(2.354)</b>	<b>(42.035)</b>	<b>24.674</b>	<b>(42.035)</b>	<b>24.674</b>
(-)Compensação prejuízo fiscal						537		537
<b>Base de cálculo</b>	<b>(680)</b>	<b>(2.354)</b>	<b>(680)</b>	<b>(2.354)</b>	<b>(42.035)</b>	<b>25.211</b>	<b>(42.035)</b>	<b>25.211</b>
Alíquota aplicável *	25%	25%	9%	9%	25%	25%	9%	9%
<b>Imposto de renda e contribuição social corrente</b>					<b>(10.571)</b>	<b>6.009</b>	<b>(3.788)</b>	<b>2.181</b>
IRPJ/CSLL - Base Negativa não constituído					11.207	588	4.019	212
IRPJ - Lucro Presumido					865	185	153	91
Ajustes IRPJ/CSLL - 2012	1.549		511		1.588		525	
<b>Imposto de renda e contribuição social corrente</b>					<b>3.089</b>	<b>6.782</b>	<b>909</b>	<b>2.484</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social diferido</b>						<b>(1.180)</b>		<b>(426)</b>

### Passivo Fiscal Diferido

A Companhia reconheceu passivos fiscais diferidos relativos ao reconhecimento do custo atribuído dos terrenos (Nota 15). Um dos imóveis avaliados foi capitalizado na controlada CEB Distribuição S.A., como aporte de capital e está registrado como propriedade para investimento. Outro evento que gerou o reconhecimento de passivo fiscal diferido foi o ganho sobre o registro do VNR (Valor Novo de Reposição) que foi registrado também na controlada CEB Distribuição S.A. Os passivos fiscais diferidos serão realizados somente por oportunidade da venda dos terrenos e pela realização do VNR.

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2013	31/12/2012
Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ	71.522	71.522	98.588	99.953
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL	25.747	25.747	35.500	35.992
<b>Total</b>	<b>97.269</b>	<b>97.269</b>	<b>134.088</b>	<b>135.945</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>97.269</b>	<b>97.269</b>	<b>134.088</b>	<b>135.945</b>

## Notas Explicativas



### Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### (c) Outros Tributos

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2013	31/12/2012
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS		40	61.971	75.831
Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social- COFINS	97	872	3.572	9.186
Retenções IRRF/CSLL/PIS/COFINS	242	197	1.901	1.949
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	55	20	993	919
Programa de Integração Social – PIS	21	189	767	1.985
Outros	354	358	4.049	4.296
<b>Total</b>	<b>769</b>	<b>1.676</b>	<b>73.253</b>	<b>94.166</b>
<b>Circulante</b>	<b>769</b>	<b>1.676</b>	<b>73.240</b>	<b>93.954</b>
<b>Não Circulante</b>			<b>13</b>	<b>212</b>

#### 18 ENCARGOS REGULATÓRIOS

	Consolidado	
	31/03/2013	31/12/2012
Superávit de Baixa Renda (a)	91.942	90.447
Contribuição de Iluminação Pública (b)	65.721	45.299
Pesquisa & Desenvolvimento e Eficiência Energética (c)	49.972	47.509
Encargos do Consumidor a Recolher	1.497	15.754
Consumidores	9.826	10.259
<b>Total</b>	<b>218.958</b>	<b>209.268</b>
<b>Circulante</b>	<b>105.103</b>	<b>99.387</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>113.855</b>	<b>109.881</b>

#### (a) Superávit de Baixa Renda

Refere-se ao montante dos valores a serem ressarcidos aos consumidores em decorrência do processo de migração de determinados consumidores residenciais, anteriormente enquadrados na subclasse de baixa renda, para consumidores normais. O ressarcimento deve-se ao fato de as tarifas concedidas à Companhia já terem considerado o enquadramento anterior dos consumidores como de baixa renda.

A aplicação da tarifa social de baixa renda, que causou impacto significativo nas receitas operacionais das concessionárias, foi instituída pela Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002. O Decreto nº 4.538, de 23 de dezembro de 2002, e a Lei nº 10.604, de 17 de dezembro de 2002, foram os instrumentos legais instituídos para regulamentar o processo de subvenção econômica, com a finalidade de contribuir para a modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica dos consumidores finais integrantes da subclasse residencial.

#### (b) Contribuição de Iluminação Pública

A Contribuição de iluminação pública foi instituída no Distrito Federal pela Lei Complementar nº 673 de 27/12/2002 para custeio dos serviços de iluminação pública prestados aos contribuintes nas vias e logradouros públicos do Distrito Federal.

O custeio do serviço de iluminação pública compreende:

## Notas Explicativas



### Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

I – despesas com energia consumida pelos serviços de iluminação pública. e

II – despesas com administração, operações, manutenção, eficientização e ampliação do sistema de iluminação pública.

A cobrança da CIP é efetuada na fatura de consumo de energia elétrica.

#### (c) Obrigações de pesquisa e desenvolvimento (P&D) e Eficiência Energética

A Controlada CEB Distribuição S.A., por ser uma distribuidora do segmento de energia elétrica, é obrigada a aplicar 1% de sua receita operacional líquida (ROL) em ações que tenham como objetivo o combate ao desperdício de energia elétrica e o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico. A obrigatoriedade na aplicação desses recursos está prevista em lei e no contrato de concessão, cabendo a ANEEL regulamentar o investimento no programa, acompanhar a execução dos projetos e avaliar seus resultados. O montante de 1% é destinado aos Programas de Eficiência Energética (PEE), Pesquisa e desenvolvimento (P&D), e ainda ser recolhido ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e ao Ministério de Minas e Energia (MME). A participação de cada um dos programas está definida pelas leis nº 10.848 e nº 11.465, de 15/03/2004 e 28/03/2007, respectivamente.

A atualização das parcelas referente PEE e P&D é efetuada pela taxa de juros SELIC, de acordo com as Resoluções Normativas ANEEL nº 176, de 28/11/2005, nº 219, de 11/04/2006, nº 300, de 12/02/2008 e nº 316, de 13/05/2008, e Ofício Circular nº 1644/2009-SFF/ANEEL, de 28/12/2009.

Por meio da Resolução Normativa nº 233, de 24/10/2006, com validade a partir de 01/01/2007, a ANEEL estabeleceu novos critérios para cálculo, aplicação e recolhimento dos recursos do PEE. Entre esses novos critérios, foram definidos os itens que compõem a base de cálculo das obrigações, ou seja, a receita operacional líquida e o cronograma de recolhimento ao FNDCT e ao MME.

	Consolidado	
	31/03/2013	31/12/2012
Programa de Eficiência Energética - PEE	34.707	32.587
Pesquisa e Desenvolvimento - P &D	14.524	13.907
Fundo Nacional Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	495	678
Ministério de Minas e Energia – MME	246	337
<b>Total</b>	<b>49.972</b>	<b>47.509</b>

**Notas Explicativas**

**Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2013**  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**19 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS**

Entidades	Consolidado		Encargos
	31/03/2013	31/12/2012	
ELETOBRÁS	52.401	60.112	Tx. De Adm + Variação da UFIR/IGPM
Banco do Brasil S.A (FINAME)	6.750	7.001	Juros de 4,5% a.a. de atualização pela TJLP
Banco do Brasil S.A (FCO)	96.233	100.029	Juros de 10% a.a. de atualização pela TJLP e Bônus de Adimplência de 15%.
Caixa Econômica Federal S.A	132.178	142.960	CDI + Juros de 2,16% a.a.
Caixa Econômica Federal S.A	16.000	314	129% do CDI Cetip (durante o período de utilização)
Caixa Econômica Federal S.A		85.648	CDI + spread de 0,28% a.m
Custo da Transação		(2.974)	
<b>Total</b>	<b>303.562</b>	<b>393.090</b>	
<b>Circulante</b>	<b>97.558</b>	<b>103.269</b>	
<b>Não Circulante</b>	<b>206.004</b>	<b>289.821</b>	

**(a) Garantias dos empréstimos e financiamentos**

Os empréstimos estão garantidos por cessão de direitos creditórios da controlada CEB Distribuição S.A.

Os montantes das dívidas classificadas no não circulante em 31 de março de 2013 têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

	Consolidado
2014	70.321
2015	69.711
2016	22.834
2017	16.434
2018 em diante	26.704
<b>Total</b>	<b>206.004</b>

**(b) Movimentação dos Empréstimos e Financiamentos**

	Controladora	Consolidado
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>82.674</b>	<b>393.090</b>
Empréstimos e Financiamentos Obtidos		16.000
Encargos Financeiros Pagos	(1.534)	(8.051)
Encargos Incorridos	886	7.038
Amortizações de principal	(85.000)	(107.489)
Custo da Transação	2.974	2.974
<b>Saldo em 31 de março de 2013</b>		<b>303.562</b>

**20 BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO**

A leitura desta nota explicativa deve ser realizada em conjunto com as respectivas divulgações apresentadas na Nota 20 das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2012.

## Notas Explicativas



### Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### a) Planos de benefícios

A Companhia e suas Controladas são patrocinadora da FACEB - Fundação de Previdência dos Empregados da CEB, que tem por objetivo suplementar os benefícios assegurados pela Previdência Social aos empregados da CEB Distribuição S.A. e da FACEB e aos seus dependentes, conforme a seguir:

Planos	Benefícios	Classificação
Plano Complementar de Benefícios Previdenciais	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
Plano de Benefícios CEBPREV	Aposentadoria e pensão	Contribuição definida
Plano Assistencial	Assistência médica	Benefício definido
Plano CEB Saúde	Assistência médica	Contribuição definida

O passivo do benefício pós-emprego dos planos previdenciais foi avaliado apenas para o plano denominado Plano Complementar de Benefícios Previdenciais, constituído sob a modalidade de benefício definido, uma vez que o plano denominado CEBPREV é constituído na modalidade de contribuição definida e não gera obrigações atuariais que devam ser mensuradas como passivos com benefícios pós-emprego.

A CEB Distribuição S.A. mantém junto à FACEB dois planos previdenciais, sendo um constituído na modalidade de benefício definido (BD) e outro na modalidade de contribuição definida (CD). Além disso, a empresa mantém para os seus empregados e familiares planos de saúde que são administrados pela FACEB, sendo que a CEB Distribuição S.A. tem responsabilidades em relação aos aposentados e pensionistas apenas no plano denominado CEB - Assistencial, uma vez que a sua participação no plano denominado CEB-Saúde está limitada ao aporte da despesa gerada pelos participantes ativos e seus dependentes, não lhe cabendo responsabilidades em relação aos aposentados e pensionistas e, dessa forma, não existe passivo com benefícios pós-emprego.

O Plano de Saúde Assistencial é administrado pela FACEB como uma autogestão, estando registrado na Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). Participam do plano os empregados ativos, aposentados, pensionistas e aqueles vinculados ao programa de demissão voluntária da CEB D.

O custeio do plano é feito mediante pagamento de co-participação pelos usuários, no momento em que utilizam o plano, cujos percentuais são definidos no respectivo regulamento, ficando a patrocinadora com a responsabilidade por complementar os pagamentos dos usuários de forma a custear as despesas do plano.

Quanto aos planos previdenciais, o passivo com benefícios pós-emprego foi avaliado apenas para o plano denominado Plano Complementar de Benefícios Previdenciais, constituído sob a modalidade de benefício definido, uma vez que o plano denominado CEBPREV é constituído na modalidade de contribuição definida e não gera obrigações atuariais que devam ser mensuradas como passivos com benefícios pós-emprego.

Os montantes no passivo relativos aos planos de Previdência, Assistência e Demissão Voluntária são os seguintes:

**Notas Explicativas**

**Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2013**  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	31/03/2013	31/12/2012
Plano de Previdência	170.332	98.439
Plano de Assistência	274.390	271.612
Programa de Demissão Voluntária	12.278	14.993
<b>Total</b>	<b>457.000</b>	<b>385.044</b>
<b>Circulante</b>	<b>63.440</b>	<b>56.124</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>393.560</b>	<b>328.920</b>

Os montantes no resultado relativos ao plano de Previdência e Assistência são os seguintes:

	31/03/2013	31/03/2012
Previdência	3.564	3.559
Assistência	8.453	5.496
<b>Total</b>	<b>12.017</b>	<b>9.055</b>

**b) Planos Previdencial e Assistencial**

As movimentações no valor presente da obrigação com benefício definido são:

	Plano Previdenciário	Plano Assistencial
	2013	2013
<b>Valor presente das obrigações atuariais</b>		
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	(1.236.263)	(271.338)
Custo do serviço corrente	(4.196)	(3.525)
Custo de juros	(27.569)	(8.710)
Ganhos/(Perda) atuariais	(20.747)	809
Benefícios Pagos pelo plano	14.105	8.453
<b>Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício</b>	<b>(1.274.670)</b>	<b>(274.311)</b>

As movimentações no valor justo dos ativos do plano são as seguintes:

	Plano Previdenciário	Plano Assistencial
	2013	2013
<b>Valor justo dos ativos do plano</b>		
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	1.139.775	
Retorno esperado dos ativos do plano	25.417	
Ganhos/(Perda) atuariais	(55.017)	
Contribuições do empregador	7.096	8.453
Contribuições do participante do plano	2.783	
Benefícios Pagos pelo plano	(14.105)	(8.453)
<b>Valor justo dos ativos do plano no final do exercício</b>	<b>1.105.949</b>	

## Notas Explicativas



### Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Conciliação dos valores reconhecidos no balanço:

	<b>Plano Previdenciário</b>	<b>Plano Assistencial</b>
	<b>2013</b>	<b>2013</b>
<b>Valores reconhecidos no balanço patrimonial</b>		
Valor presente da obrigação atuarial sem cobertura	(168.721)	(274.390)
(Passivo)/Ativo líquido reconhecido no final do exercício	(168.721)	(274.390)
<b>Movimentação do (passivo)/ativo líquido reconhecido no balanço</b>		
(Passivo)/ativo reconhecido no início do exercício	(96.488)	(274.390)
Contribuições aportadas no plano	7.095	8.453
Amortização de ganhos/(perdas) atuariais	(75.764)	
Despesas do exercício	(3.564)	(8.453)
<b>(Passivo)/ATIVO reconhecido no final do exercício</b>	<b>(168.721)</b>	<b>(274.390)</b>

#### (i) Plano Previdenciário

O Plano Complementar de Benefícios Previdenciais apresentou um valor presente de obrigação atuarial de R\$ 1.274.670, que ao ser confrontado com o valor justo dos ativos do plano de R\$ 1.105.949 resultou em um déficit de R\$ 168.721.

A Companhia adotou o mecanismo do “corredor” até o encerramento das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2012. Em 01 de janeiro de 2013, foram registradas no patrimônio líquido as perdas atuariais acumuladas até 31 de dezembro de 2012 no montante de R\$ 4.816. Para o primeiro trimestre de 2013, o plano apresentou uma perda atuarial adicional de R\$ 75.764, motivada pela variação das taxas praticadas no mercado de Títulos Públicos e/ou Privados em março de 2013. Salientamos ainda, que os valores dos Títulos são marcados na curva, o que altera completamente o resultado quando esses ativos são trazidos a valor justo (Valor de Mercado). A perda atuarial do trimestre foi contabilizada tendo como contrapartida a rubrica “Ajuste de avaliação patrimonial” no patrimônio Líquido.

#### (ii) Plano Assistencial

Em 31 de dezembro de 2012, as perdas acumuladas ainda não reconhecidas eram de R\$ 160.424. É importante ressaltar que embora o déficit atuarial do plano tenha sofrido uma forte elevação em 2012, em decorrência da redução na taxa de juros (taxa de desconto de longo prazo) e do crescimento dos custos assistenciais entre 2011 e 2012, o passivo calculado naquela data de acordo com as normas vigentes (Pronunciamento Técnico CPC 33) ainda não apresentava tal variação, em decorrência da aplicação do método do “corredor”, que estava gerando uma expressiva perda acumulada. Com a eliminação do método do “corredor” as perdas atuariais acumuladas até 31 de dezembro de 2012, relativas ao plano assistencial foram reconhecidas no balanço em 01.01.2013 no montante de R\$ 160.424 (Nota 3).

## Notas Explicativas



### Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Quadro demonstrativo da despesa total reconhecida na demonstração de resultados

	<b>Plano Previdenciário</b>	<b>Plano Assistencial</b>
<b>Valores reconhecidos na DRE</b>	<b>2013</b>	<b>2013</b>
Custo do serviço corrente	(4.196)	(3.525)
Contribuições dos participantes	2.783	
Custo de juros	(27.569)	(8.710)
Rendimento esperado dos ativos do plano	25.417	
Amortização de ganhos/(perdas) atuariais		(159.615)
Total da (despesas)/receita reconhecida	(3.565)	(171.850)
<b>Total da (despesa)/receita no exercício</b>	<b>(3.565)</b>	<b>(171.850)</b>

Segue abaixo a abertura do valor justo dos ativos do plano por tipo de investimento. A maior parte dos ativos está concentrada em investimentos de renda fixa, como demonstrado a seguir:

	<b>Plano Previdenciário</b>	<b>Plano Assistencial</b>
<b>Composição dos ativos</b>	<b>2013</b>	<b>2013</b>
Disponível	0,23%	-
Renda Fixa	83,42%	N/A
Renda Variável	8,05%	N/A
Investimentos estruturados	4,85%	N/A
Investimentos Imobiliários	1,09%	N/A
Empréstimos com Participantes	2,36%	N/A
Total percentual dos ativos do plano	100,00%	N/A

#### a) Premissas Atuariais

	<b>Plano Previdenciário</b>		<b>Plano Assistencial</b>	
<b>Premissas atuariais adotadas</b>	<b>31/03/2013</b>	<b>31/12/2012</b>	<b>31/03/2013</b>	<b>31/12/2012</b>
Taxa de juros anual para cálculo do valor presente da obrigação	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%
Expectativa de retorno do valor justo dos ativos do plano	10,20%	10,20%	0,00%	0,00%
Taxa anual de inflação	5,01%	5,01%	5,01%	5,01%
Taxa nominal de crescimento anual dos salários	5,01%	5,01%	5,01%	5,01%
Taxa nominal de crescimento dos benefícios do plano	5,01%	5,01%	5,01%	5,01%
Taxa de crescimento nominal anual dos custos de saúde	0,00%	0,00%	7,00%	7,00%
Taxa de rotatividade	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Capacidade real dos salários e dos benefícios	100,00%	100,00%		
Tábuas biométricas:				
Mortalidade geral		AT 83 por sexo		AT 83 por sexo
Entrada em invalidez		TASA 1927		TASA 1927
Mortalidade de inválidos		IAPC		IAPC
Grupo de dependentes para pensão		Família média regional		Família média regional

## Notas Explicativas



### Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Comparativo evidenciando retorno esperado e o retorno real dos ativos do plano	Plano Previdenciário		Plano Assistencial	
	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2012	31/12/2012
Taxa nominal de rendimento esperada sobre os ativos do plano	2,23%	10,43%	N/A	N/A
Retorno real anual dos ativos do plano	2,23%	10,20%	N/A	N/A

#### c) Contrato de dívida atuarial

Em 27 de dezembro de 2001, a Companhia Energética de Brasília - CEB, na qualidade de patrocinadora da Fundação de Previdência dos Empregados da CEB - FACEB, assinou contrato de parcelamento de contribuição suplementar para com essa Fundação, oriundo dos compromissos especiais assumidos em 1993. Com a desverticalização ocorrida em janeiro de 2006, a CEB Distribuição assumiu a dívida relativa a esse contrato.

Esses compromissos decorrem das alterações ocorridas quando da implantação do Plano Complementar de Benefícios Previdenciais (aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar em 1992), principalmente de verbas salariais introduzidas nas remunerações dos empregados da Companhia e que passaram desde então a compor os salários de participação da FACEB, tais como: adicionais de periculosidade e penosidade, décimo quarto salário e participação nos lucros. Até aquele ano, as reservas correspondentes às citadas rubricas eram amortizadas pela CEB por meio do pagamento à FACEB de parcelas mensais extraordinárias ou quitação anual por período. Essa contribuição foi denominada “suplementar”, pois é uma contribuição adicional além da contribuição normal, e foi decorrente do custo do serviço passado dos empregados.

As características dessa contratação e que foram incluídas no Regulamento do Plano, conforme descrevemos: encargos financeiros de 6% ao ano; correção monetária igual à variação INPC, capitalizada mensalmente; prazo de amortização de 180 meses sucessivos. Demonstramos, a seguir, o montante atualizado, líquido das amortizações, até 31 de março de 2013:

	Total	Circulante	Não Circulante
<b>Passivo em 31/12/2012</b>	<b>91.671</b>	<b>28.887</b>	<b>62.784</b>
Amortização no trimestre	(6.808)	(6.808)	
Atualização no trimestre	3.278	1.065	2.213
Transferências para o circulante		9.001	(9.001)
<b>Passivo em 31/03/2013</b>	<b>88.141</b>	<b>32.145</b>	<b>55.996</b>

(\*) Calculado em conformidade com as disposições da Lei Complementar nº 109/2001 e Resolução CGPC nº 26/2008, observando-se as contribuições atuais e futuras, de patrocinadoras e participantes, inclusive assistidos, de acordo com as regras estabelecidas no Plano de Custeio vigente.

A composição do passivo está assim contabilizada:

	31/03/2013	31/12/2012
Contribuições para o plano	1.611	1.951
contrato de dívida	88.141	91.672
Provisão Atuarial	80.580	4.816
<b>Total</b>	<b>170.332</b>	<b>98.439</b>

## Notas Explicativas



### Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Para cálculo do passivo a ser registrado, foram consideradas já no resultado as contribuições a pagar, dessa forma, o valor restante já se encontra contabilizado por meio do Contrato de Equacionamento de Déficit (vide letra b.(ii).a) pactuado entre a Companhia e a FACEB.

#### d) Programa de desligamento voluntário

Em continuidade ao programa implementado em 2005, a Companhia implementou o Programa de Desligamento Voluntário II que contou com a adesão de 185 empregados que possuem condições de se aposentar no INSS e que completam as condições com a FACEB no decorrer de 2006 a 2015.

Demonstramos, a seguir, a movimentação das verbas indenizatórias do Programa de Desligamento Voluntário II:

	Total	Circulante	Não Circulante
<b>Passivo em 31/12/2012</b>	<b>14.993</b>	<b>9.156</b>	<b>5.837</b>
Amortização no trimestre	(2.457)	(2.457)	
Atualização no trimestre	(258)		(258)
Transferências para o circulante		1.083	(1.083)
<b>Passivo em 31/03/2013</b>	<b>12.278</b>	<b>7.782</b>	<b>4.496</b>

#### 21 PROVISÕES PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS, TRABALHISTAS E REGULATÓRIOS

A Companhia e suas controladas possuem processos judiciais e administrativos de natureza trabalhista, cível, fiscal e regulatórios em diversas instâncias processuais. A Administração reavalia os riscos de contingências relacionados a esses processos e, baseada na opinião de seus procuradores jurídicos, constitui provisão para as causas cujas chances de um desfecho desfavorável são consideradas prováveis.

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2013	31/12/2012
Regulatórias			33.475	32.940
Trabalhistas	96	96	5.602	5.263
Fiscais	9.148	9.148	9.148	9.148
Cíveis			6.950	6.826
<b>Total</b>	<b>9.244</b>	<b>9.244</b>	<b>55.175</b>	<b>54.177</b>
<b>Circulante</b>	<b>9.244</b>	<b>9.244</b>	<b>13.379</b>	<b>12.924</b>
<b>Não Circulante</b>			<b>41.796</b>	<b>41.253</b>

## Notas Explicativas



### Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### (a) Movimentação das Provisões para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios

	Consolidado				
	Trabalhista	Cíveis	Fiscais	Regulatórias	Total
Saldo em 31/12/2012	5.263	6.826	9.148	32.940	54.177
Constituições de Provisão	360	103			463
Reversão de Provisão	(942)	(110)			(1.052)
Atualização Monetária	921	131		535	1.587
Saldo em 31/03/2013	5.602	6.950	9.148	33.475	55.175

#### (i) Demandas Trabalhistas

Ações movidas por empregados e ex-empregados contra a Companhia, envolvendo cobrança de horas extras, adicionais de periculosidade, dano moral, responsabilidade subsidiária/solidária de empregados de empresas contratadas para prestação de serviços terceirizados. A atualização das contingências trabalhistas é com base na Taxa Referencial (TR).

#### (ii) Demandas Cíveis

Ações pleiteando indenização por acidentes com a rede de distribuição de energia elétrica, danos morais, além de discussões quanto à relação de consumo, tais como cobrança e corte indevidos, corte por inadimplência, problemas na rede e questionamentos de valores pagos por consumidores. A atualização das contingências cíveis é com base no INPC.

#### (iii) Demandas Regulatórias

A Companhia vem buscando alternativas nas esferas administrativa, judicial e junto ao Órgão Regulador acerca de autuações por descumprimentos de normas regulatórias. As principais contingências regulatórias envolvem a não conformidade nos processos de fiscalização, tais como: ausência de anuência prévia para dação em garantia em empréstimos contraídos pela Companhia e investimentos em consórcio, extrapolação dos limites de DEC/FEC, falta de investimentos no sistema elétrico de distribuição e referente à fiscalização de procedimentos da atividade comercial. A atualização das provisões regulatórias é com base na taxa Selic.

A Administração da CEB Distribuição S.A., consubstanciada na opinião de seus consultores legais quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas.

#### (iv) Demandas Fiscais

As provisões fiscais referem-se a processos da Receita Federal relativos a IRPJ, PIS, COFINS, PER/DCOMP, CSLL. A Companhia emitiu Despacho decisório para a homologação das Declarações de Compensação, sendo também apresentada Manifestação de Inconformidade requerendo que seja reconhecido o direito a compensação dos créditos tributários, na qual foi indeferida pela Receita Federal.

## Notas Explicativas



### Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Administração da Companhia consubstanciada na opinião de seus consultores legais quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas.

#### (b) Provisões para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios classificadas como Possíveis

A Companhia e suas Controladas possuem processos de natureza trabalhistas e cíveis e fiscais envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores legais, para as quais não há provisão constituída. O montante desses processos, em 31 de março de 2013 é apresentado conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2013	31/12/2012
Fiscais	45.862	21.529	45.862	21.529
Cíveis	200	200	1.786	1.786
Trabalhistas	22	22	120	120
<b>Total</b>	<b>46.084</b>	<b>21.751</b>	<b>47.768</b>	<b>23.435</b>

#### (i) Demandas Fiscais

As provisões fiscais referem-se a processos da Receita Federal relativos a tributos federais e PER/DCOMP. A Companhia emitiu Despacho decisório para a homologação das Declarações de Compensação, sendo também apresentada Manifestação de Inconformidade requerendo que seja reconhecido o direito a compensação dos créditos tributários, na qual foi indeferida pela Receita Federal.

## 22 DEMAIS OBRIGAÇÕES

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2013	31/12/2012
Recursos para Futuro Aumento de Capital (a)	212.000	212.000	212.000	212.000
Parcelamento de Multa ANEEL			11.328	12.641
Consignações a Favor de Terceiros	46	56	2.840	6.461
Arrendamento			3.525	4.556
Adiantamentos de Clientes				3.720
Compensação Financeira Utilização de Recursos Hídricos			1.107	1.100
Retenção de Quotas RGR			724	724
Encargos Ex - Isolados Lei 12.111/09				690
Cauções e Garantia			661	668
Obrigações com Empresas Ligadas	475	330		
Outras Obrigações			4.267	3.488
<b>Total</b>	<b>212.521</b>	<b>212.386</b>	<b>236.452</b>	<b>246.048</b>
<b>Circulante</b>	<b>521</b>	<b>386</b>	<b>16.619</b>	<b>25.691</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>212.000</b>	<b>212.000</b>	<b>219.833</b>	<b>220.357</b>

(a) Refere-se a adiantamento efetuado pelo controlador, Governo do Distrito Federal, que necessita de aprovação na assembleia de acionistas para que seja incorporado ao capital da Companhia. O valor será incorporado ao capital pelo seu valor histórico.

## Notas Explicativas



### Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### 23 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

##### (a) Capital Social

O Capital autorizado é de R\$ 368.724, conforme art. 7º do Estatuto da Companhia, e o Capital Social subscrito e integralizado é de R\$ 342.056 (R\$ 342.056 em 2012). As ações são escriturais e sem valor nominal, sendo que as ações preferenciais de ambas as classes não têm direito a voto.

A composição do Capital Social subscrito e integralizado por classe de ações é a seguinte:

Capital Total em Ações	31/03/2013	31/12/2012
<b>Ações Ordinárias</b>	<b>4.576.432</b>	<b>4.576.432</b>
<b>Ações Preferenciais</b>	<b>4.607.026</b>	<b>4.607.026</b>
Classe A	1.313.002	1.313.002
Classe B	3.294.024	3.294.024
<b>Total</b>	<b>9.183.458</b>	<b>9.183.458</b>
Valor Patrimonial por Ação	31/12/2013	31/12/2012
Patrimônio Líquido	318.366	426.622
(-) Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	(11.969)	(11.969)
<b>Total</b>	<b>306.397</b>	<b>414.653</b>
<b>Quantidade de Ações</b>	<b>9.183.458</b>	<b>9.183.458</b>
<b>Valor Patrimonial por Ação - Em (R\$)</b>	<b>33,36</b>	<b>45,15</b>

##### (b) Ajuste de Avaliação Patrimonial

A reserva para ajustes de avaliação patrimonial foi constituída em decorrência dos ajustes por adoção do custo atribuído do ativo imobilizado na data de transição, no montante de R\$ 195.191, líquido de efeitos tributários. Os valores registrados em ajustes de avaliação patrimonial são reclassificados para o resultado do exercício integral ou parcialmente, quando da alienação dos ativos a que elas se referem. Em 2009 houve venda de terrenos e a reserva foi realizada em R\$ 6.374, líquido dos efeitos tributários.

Em dezembro de 2011, foi contabilizado em ajuste de avaliação patrimonial uma perda de capital por diluição de percentual no capital da Controlada em conjunto Energética Corumbá III, o valor desta perda foi de R\$ 847 e foi apurado pelo cálculo da equivalência patrimonial. Em abril de 2012, foi contabilizado nova perda no valor de R\$ 29 em função dos aportes realizados pelos demais acionistas da Controlada não terem ocorrido na mesma proporção que os realizados pela Companhia. O saldo acumulado desta perda em 31 de março de 2013 é de R\$ 875.

Em outubro de 2012, os acionistas da coligada Corumbá Concessões S.A se reuniram em assembleia geral extraordinária e aprovaram e formalizaram a opção de compra da totalidade das ações preferência nominativa classe "B" de propriedade do Fundo de Investimento em Participações BRB Corumbá. Após a aquisição, estas ações foram contabilizadas na Coligada na rubrica de Ações em Tesouraria e gerou alteração na estrutura societária da Coligada, desta forma, a participação do Grupo na Coligada passou de 39,07% para 45,57% gerando um ganho na variação de percentual de R\$ 18.623.

## Notas Explicativas



### Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 31 de março de 2013, a composição do saldo da rubrica “Ajustes de avaliação patrimonial” é a seguinte:

	31/03/2013
Custo atribuído do Ativo Imobilizado	188.817
Ganho na Variação de Percentual – Corumbá Concessões S.A (a)	18.623
Perda de Capital na Diluição de Percentual – Energética Corumbá III	(875)
<b>Total</b>	<b>206.565</b>

#### (c) Resultado do exercício

No primeiro trimestre de 2013, a Companhia apurou um prejuízo de R\$ 32.492 (R\$ 17.226 de lucro líquido em 31/03/2012)

#### (d) Reserva de lucros

**Reserva legal:** É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado a cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6404/76, até o limite de 20% do capital social. A destinação é facultativa quando a reserva legal, somada às reservas de capital, exceder em 30% o capital social. A reserva somente é utilizada para aumento do capital social ou para absorção de prejuízos.

#### (f) Distribuição de Dividendos

A política de dividendos da entidade consta no Art. 9º do Estatuto vigente, em relação às ações preferenciais classe A:

- I - Prioridade no recebimento de dividendos mínimos de 10% ao ano, calculados proporcionalmente ao que elas representem do capital social integralizado até a data do encerramento do exercício correspondente.
- II - Prioridade no reembolso do capital até o valor do patrimônio líquido das ações, em caso de liquidação da Companhia, sem prêmio.

O Art. 10º apresenta o seguinte texto relacionado aos titulares das ações preferenciais classe B: “[...] gozarão de prioridade no reembolso do capital até o valor do patrimônio líquido das ações, sem prêmio, após o reembolso da classe A, em caso de liquidação da Companhia.”. Ainda, em Parágrafo único, no mesmo artigo “[...] ações preferenciais classe B não tem direito a dividendo fixo ou mínimo.”. Conforme consta no Estatuto Art. 37 parágrafo 1º “Será sempre assegurado às ações preferenciais classe A, [...] o recebimento de dividendos 10% maiores do que os pagos às ações ordinárias.

A proposta do dividendo relativo ao exercício de 2012 foi aprovada pela Administração da Companhia Energética de Brasília na Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2013, no montante de R\$ 29.744. O valor do dividendo por ação a ser distribuído é de R\$ 2,46640 por ação ordinária, R\$ 4,59932 por ação preferencial Classe A e R\$ 3,76926 por ação preferencial Classe B. A data aprovada para pagamento do dividendo relativo ao exercício de 2012 é de até 31 de dezembro de 2013.

## 24 INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

O Grupo possui quatro segmentos divulgáveis, conforme descrito abaixo, que são as unidades de negócio

## Notas Explicativas



### Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

estratégicas do Grupo. Para cada uma das unidades de negócios estratégicas, a Administração do Grupo analisa os relatórios internos periodicamente. O seguinte resumo descreve as operações em cada um dos segmentos reportáveis do Grupo:

- Distribuição e comercialização de energia elétrica: tem como atribuição distribuir e comercializar energia, sendo responsável por operar e manter a infraestrutura, bem como prestar serviços correlatos. Atua por intermédio da CEB Distribuição S/A;
- Geração de energia – tem como atribuição produzir energia elétrica a partir de empreendimentos de fontes hidráulicas. Atua por intermédio das empresas CEB Geração S/A e Energética Corumbá III S/A. Cabe ressaltar que 82% da energia gerada é comercializada dentro do próprio grupo com a CEB Distribuição S/A.;
- Comercialização de energia elétrica – tem como atribuição comercialização energia. Atua por intermédio da CEB Lajeado S.A e CEB Participações S.A.;
- Outros – Neste segmento estão a Companhia Energética de Brasília S.A - CEB Holding – que tem como atribuição a participação em outras sociedades, como sócia-quotista ou acionista e a prestação de serviços de manutenção do parque de iluminação pública do Distrito Federal e a Companhia Brasileira de Gás S.A que tem como atribuição a exploração do serviço público de distribuição de gás canalizado.

Não identificamos nenhum cliente na Companhia que seja responsável individualmente por mais de 10% da receita líquida consolidada total em 31 de março de 2013.

Informações referentes aos resultados de cada segmento reportável para os exercícios findos em 31 de março de 2013 e de 2012 estão incluídas abaixo:

	Distribuição		Geração		Comercialização		Outros		Eliminações		Consolidado	
	31/03/2013	31/03/2012	31/03/2013	31/03/2012	31/03/2013	31/03/2012	31/03/2013	31/03/2012	31/03/2013	31/03/2012	31/03/2013	31/03/2012
Fornecimento de energia elétrica	447.429	477.216									447.429	477.216
Suprimento de energia elétrica			3.811	3.583	30.935	30.263			(27.611)	(26.860)	7.135	6.986
Disponibilização do Sistema de Distribuição	6.076	9.291							(195)	(195)	5.881	9.096
Receita de Construção	40.983	31.232									40.983	31.232
Fornecimento de Gás							1.338	1.669			1.338	1.669
Outras receitas operacionais	15.791	12.310			428	2.378	13.902	9.235	(11)	(10)	30.110	23.913
<b>RECEITA OPERACIONAL BRUTA</b>	<b>510.279</b>	<b>530.049</b>	<b>3.811</b>	<b>3.583</b>	<b>31.363</b>	<b>32.641</b>	<b>15.240</b>	<b>10.904</b>	<b>(27.817)</b>	<b>(27.065)</b>	<b>532.876</b>	<b>550.112</b>
Impostos	(94.091)	(94.957)			(8)	(7)	(438)	(385)			(94.537)	(95.349)
Contribuições	(43.902)	(46.141)	(139)	(131)	(2.741)	(2.699)	(1.410)	(1.011)			(48.192)	(49.982)
Encargos do Consumidor	(11.418)	(47.013)	(36)	(49)	(282)	(261)					(11.736)	(47.323)
<b>DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL</b>	<b>(149.411)</b>	<b>(188.111)</b>	<b>(175)</b>	<b>(180)</b>	<b>(3.031)</b>	<b>(2.967)</b>	<b>(1.848)</b>	<b>(1.396)</b>			<b>(154.465)</b>	<b>(192.654)</b>
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	<b>360.868</b>	<b>341.938</b>	<b>3.636</b>	<b>3.403</b>	<b>28.332</b>	<b>29.674</b>	<b>13.392</b>	<b>9.508</b>	<b>(27.817)</b>	<b>(27.065)</b>	<b>378.411</b>	<b>357.458</b>
Energia Elétrica comprada para Revenda	(248.469)	(190.464)			(7.730)				27.611	26.860	(228.588)	(163.604)
Encargos de uso da rede elétrica	(17.669)	(33.422)	(195)	(195)	(3.230)	(3.397)			195	195	(20.899)	(36.819)
<b>CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA</b>	<b>(266.138)</b>	<b>(223.886)</b>	<b>(195)</b>	<b>(195)</b>	<b>(10.960)</b>	<b>(3.397)</b>			<b>27.806</b>	<b>27.055</b>	<b>(249.487)</b>	<b>(200.423)</b>
Pessoal	(38.474)	(36.384)	(243)	(195)	(740)	(714)	(891)	(314)			(40.348)	(37.607)
Entidade de Previdência Privada	(1.679)	(1.508)					(10)	(1)			(1.689)	(1.509)
Material	(909)	(1.443)		(21)	(11)	(2)	(13)	(16)			(933)	(1.482)
Serviço de Terceiros	(19.320)	(26.969)	(934)	(845)	(856)	(839)	(9.417)	(10.002)			(30.527)	(38.655)
Depreciação e Amortização	(10.357)	(9.536)	(89)	(90)	(1.652)	(1.658)	(105)	(80)			(12.203)	(11.364)
Provisões	(4.527)	(1.723)	(7)	(18)	(98)	(215)	(25)	(40)			(4.657)	(1.996)

## Notas Explicativas



**Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2013**  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Distribuição		Geração		Comercialização		Outros		Eliminações		Consolidado	
	31/03/2013	31/03/2012	31/03/2013	31/03/2012	31/03/2013	31/03/2012	31/03/2013	31/03/2012	31/03/2013	31/03/2012	31/03/2013	31/03/2012
Custo de Construção	(40.983)	(31.232)									(40.983)	(31.232)
Arrendamento					(9.597)	(12.403)					(9.597)	(12.403)
Outras	(7.581)	19.461	(294)	(283)	(2.138)	(2.221)	(1.005)	(1.324)	11	10	(11.007)	15.643
<b>DESPESAS E CUSTOS OPERACIONAIS</b>	<b>(123.830)</b>	<b>(89.334)</b>	<b>(1.567)</b>	<b>(1.452)</b>	<b>(15.092)</b>	<b>(18.052)</b>	<b>(11.466)</b>	<b>(11.777)</b>	<b>11</b>	<b>10</b>	<b>(151.944)</b>	<b>(120.605)</b>
Equivalência Patrimonial					3.510	2.429	(29.505)	19.584	28.981	(20.974)	2.986	1.039
<b>RESULTADO BRUTO</b>	<b>(29.100)</b>	<b>28.718</b>	<b>1.874</b>	<b>1.756</b>	<b>5.790</b>	<b>10.654</b>	<b>(27.579)</b>	<b>17.315</b>	<b>28.981</b>	<b>(20.974)</b>	<b>(20.034)</b>	<b>37.469</b>
Receita Financeira	7.845	10.274	146	166	3.213	961	860	43	(2.863)	(331)	9.201	11.113
Despesa Financeira	(12.536)	(19.195)	(6)	(13)	(2.574)	(374)	(3.867)	(230)	2.863	331	(16.120)	(19.481)
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>	<b>(4.691)</b>	<b>(8.921)</b>	<b>140</b>	<b>153</b>	<b>639</b>	<b>587</b>	<b>(3.007)</b>	<b>(187)</b>			<b>(6.919)</b>	<b>(8.368)</b>
<b>RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS</b>	<b>(33.791)</b>	<b>19.797</b>	<b>2.014</b>	<b>1.909</b>	<b>6.429</b>	<b>11.241</b>	<b>(30.586)</b>	<b>17.128</b>	<b>28.981</b>	<b>(20.974)</b>	<b>(26.953)</b>	<b>29.101</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente	(53)	(6.234)	(159)	(161)	(1.725)	(2.872)	(2.061)				(3.998)	(9.267)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos		1.607										1.607
<b>LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	<b>(33.844)</b>	<b>15.170</b>	<b>1.855</b>	<b>1.748</b>	<b>4.704</b>	<b>8.369</b>	<b>(32.647)</b>	<b>17.128</b>	<b>28.981</b>	<b>(20.974)</b>	<b>(30.951)</b>	<b>21.441</b>
Atribuível ao Acionista Controlador											(32.492)	17.226
Atribuível aos Acionistas não Controladores											1.541	4.215

## INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Receita Operacional Líquida	360.868	341.938	3.636	3.403	28.332	29.674	13.392	9.508			406.228	384.523
Receita entre Segmentos	(207)	(205)			(27.610)	(26.860)					(27.817)	(27.065)
Receitas com Clientes Externos	360.661	341.733	3.636	3.403	722	2.814	13.392	9.508			378.411	357.458

## 25 DESDOBRAMENTO DAS CONTAS DO RESULTADO

## (a) Receita Operacional Líquida

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2013	31/03/2012	31/03/2013	31/03/2012
Fornecimento de Energia Elétrica (*)			447.429	480.619
Receita de Construção			40.983	31.232
Energia de Curto Prazo			9.302	7.431
Receita de Prestação de Serviços	13.902	9.235	14.449	10.527
Disponibilidade do Sistema de Distribuição			5.881	9.095
Suprimento de Energia			7.135	3.583
Arrendamento e Aluguéis			5.629	5.076
Receita de Venda de Gás			1.338	1.669
Outras Receitas			730	880
<b>Receita Operacional Bruta</b>	<b>13.902</b>	<b>9.235</b>	<b>532.876</b>	<b>550.112</b>
Impostos	(278)	(185)	(94.537)	(95.349)
Contribuições	(1.286)	(856)	(48.192)	(49.982)
Encargos do Consumidor			(11.736)	(47.323)
<b>Deduções da Receita Operacional Bruta</b>	<b>(1.564)</b>	<b>(1.041)</b>	<b>(154.465)</b>	<b>(192.654)</b>
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>12.338</b>	<b>8.194</b>	<b>378.411</b>	<b>357.458</b>

(\*) Os ativos financeiros relacionados ao contrato de concessão são remunerados pelo WACC regulatório (custo médio ponderado de capital) e essa remuneração é reconhecida como receita pelo faturamento mensal da tarifa ao consumidor. Em 31 de março de 2013, o valor corresponde a R\$ 47.509 (R\$ 46.686 em 31/03/2012).

**Notas Explicativas**

**Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2013**  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(b) Custo com Serviço de Energia Elétrica**

	Consolidado	
	31/03/2013	31/03/2012
Energia elétrica comprada para revenda	(206.082)	(155.639)
Encargos de uso da rede elétrica	(22.507)	(7.965)
Energia elétrica comprada para revenda - Curto Prazo	(20.899)	(36.819)
<b>Total</b>	<b>(249.488)</b>	<b>(200.423)</b>

**(c) Custos e Despesas Operacionais por Natureza**

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2013	31/03/2012	31/03/2013	31/03/2012
Pessoal e Administradores	(829)	(268)	(40.348)	(37.607)
Custo de Construção - concessão			(40.983)	(31.232)
Serviço de Terceiros	(9.345)	(9.931)	(35.846)	(38.432)
(Provisão)/ Reversão para Devedores Duvidosos			(1.292)	11.752
Arrendamento			(9.597)	(12.403)
Depreciação e Amortização	(35)	(15)	(12.202)	(11.364)
Material	(12)	(16)	(933)	(1.482)
Entidade de Previdência Privada	(10)		(1.689)	(1.509)
Compensação Financeira Utilização Recursos Hídricos			(1.786)	(2.216)
Taxa de Fiscalização de Serviço Energia Elétrica			(916)	(798)
Propaganda e Publicidade				(224)
Outras Despesas	(57)	(83)	(5.841)	(5.815)
<b>Total</b>	<b>(10.288)</b>	<b>(10.313)</b>	<b>(151.433)</b>	<b>(131.330)</b>
<b>Classificados como:</b>				
<b>Custo da Operação</b>			<b>(87.366)</b>	<b>(80.564)</b>
<b>Custo dos Serviços Prestados</b>	<b>(7.294)</b>	<b>(8.269)</b>	<b>(8.083)</b>	<b>(9.474)</b>
<b>Despesas com Vendas</b>			<b>(15.735)</b>	<b>(2.414)</b>
<b>Despesas Gerais e Administrativas</b>	<b>(2.994)</b>	<b>(2.044)</b>	<b>(40.249)</b>	<b>(38.878)</b>

**(d) Outras Receitas / (Despesas) Operacionais**

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2013	31/03/2012	31/03/2013	31/03/2012
<b>Outras Receitas Operacionais</b>				
Reversão de Provisão de Benefícios Pós Emprego			6.770	5.469
Ressarcimento das CCEs			5.319	
Recuperação de Créditos Baixados por Perdas			2.397	2.415
Reversão de Provisão para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios	17		1.069	2.097
Ganho na Baixa de Bens			(20)	12.975
Outras Receitas	61		709	
<b>Subtotal</b>	<b>78</b>		<b>16.244</b>	<b>22.956</b>
<b>Outras Despesas Operacionais</b>				
Provisão de Benefícios Pós Emprego			(9.548)	(7.730)

## Notas Explicativas



### Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2013	31/03/2012	31/03/2013	31/03/2012
Compensação por Descontinuidade de Energia			(3.983)	(2.116)
Provisão para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios			(2.058)	(1.112)
Multas ANEEL			(275)	(552)
Outras Despesas	(43)	(40)	(890)	(721)
<b>Subtotal</b>	<b>(43)</b>	<b>(40)</b>	<b>(16.754)</b>	<b>(12.231)</b>
<b>Outras Receitas (Despesas) Operacionais, Líquidas</b>	<b>35</b>	<b>(40)</b>	<b>(510)</b>	<b>10.725</b>

#### (e) Resultado Financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2013	31/03/2012	31/03/2013	31/03/2012
<b>Receitas Financeiras</b>				
Juros / Variações Monetárias sobre Ativos	4	31	3.401	5.860
Acréscimos Moratórios em Conta de Energia			3.082	3.004
Rendimentos de Aplicações Financeiras	598		1.576	922
Multas e Penalidades Aplicadas			464	715
Variação Cambial sobre Fatura de Energia Elétrica			396	322
Receita de Dividendos	252		252	255
Outas Receitas Financeiras	1		30	35
<b>Subtotal</b>	<b>855</b>	<b>31</b>	<b>9.201</b>	<b>11.113</b>
<b>Despesas Financeiras</b>				
Encargos de Dívidas	(886)	(9)	(6.580)	(10.070)
Juros / Variações Monetárias sobre Passivos		(185)	(4.880)	(6.429)
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	(2.972)		(2.972)	
Atualização de Benefício pós-emprego			(1.321)	(2.051)
Outras Despesas Financeiras	(8)	(37)	(367)	(931)
<b>Subtotal</b>	<b>(3.866)</b>	<b>(230)</b>	<b>(16.120)</b>	<b>(19.481)</b>
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>(3.011)</b>	<b>(199)</b>	<b>(6.919)</b>	<b>(8.368)</b>

#### 26 LUCRO POR AÇÃO BÁSICO E DILUÍDO

Os acionistas ordinários e preferenciais possuem direitos diferentes em relação a dividendos, direito a voto e em caso de liquidação, conforme determina o estatuto social da Companhia. Desta forma, o lucro por ação básico e diluído, foi calculado com base no lucro do exercício disponível para os acionistas ordinários e preferenciais.

##### Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, disponível aos portadores de ações ordinárias e preferenciais, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o exercício.

##### Diluído

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação, para presumir a conversão de todas as ações potenciais diluídas. A Companhia não possui categoria de ações potenciais diluídas.

**Notas Explicativas**

**Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2013**  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A seguir são apresentados os cálculos do lucro por ação básico e diluído:

	31/03/2013	31/03/2012
<b>Lucro Líquido (Prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia</b>	<b>(32.492)</b>	<b>17.226</b>
Lucro alocado às ações ordinárias – básicas e diluídas	(16.191)	8.584
Lucro alocado às ações preferenciais – básicas e diluídas	(16.301)	8.642
<b>Média ponderada das ações em circulação</b>		
Ações ordinárias – básicas	4.576	4.576
Ações ordinárias – diluídas	4.576	4.576
Ações preferenciais – básicas	4.607	4.607
Ações preferenciais – diluídas	4.607	4.607
<b>Lucro/(Prejuízo) por ação:</b>		
Ações ordinárias – básicas	(3,53829)	1,87590
Ações ordinárias – diluídas	(3,53829)	1,87590
Ações preferenciais - básicas	(3,53829)	1,87590
Ações preferenciais - diluídas	(3,53829)	1,87590

## 27 TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

### (a) Controladora final

A Companhia é controlada pelo Governo do Distrito Federal (GDF).

### (b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

O Grupo não possui transações de empréstimos ou outras transações com diretores/conselheiros ou familiares imediatos.

As remunerações dos administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia e de suas controladas, que incluem os membros do conselho de administração e diretores estatutários, estão apresentadas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2013	31/03/2012	31/03/2013	31/03/2012
Remuneração	129	115	552	534
Demais Benefícios de Curto Prazo	145	66	264	191
<b>Total</b>	<b>274</b>	<b>181</b>	<b>816</b>	<b>725</b>

A Companhia não concede benefícios pós-emprego aos administradores e conselheiros.

## Notas Explicativas



### Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### (c) Transações com partes relacionadas

Os saldos e as transações com partes relacionadas da Companhia estão demonstrados conforme a seguir.

#### (i) Operações da Controladora com suas controladas

Transações com Partes Relacionadas (Balanço Patrimonial)	Condições de Realização das Transações	Controladora	
		31/03/2013	31/12/2012
<b>Ativo</b>		<b>17.307</b>	<b>14.039</b>
<b>Contas a Receber, líquida da PDD</b>		<b>8.019</b>	<b>3.348</b>
Governo do Distrito Federal	<b>a</b>	8.019	3.348
<b>Demais Ativos</b>		<b>9.033</b>	<b>10.435</b>
<b>Dividendos/JSCP</b>	<b>b</b>		10.435
CEB Geração S/A			659
CEB Lajeado S/A		7.526	7.526
CEB Participações S.A			743
Energética Corumbá III S/A		1.284	1.284
Corumbá Concessões S/A		223	223
<b>Outras Operações</b>		<b>255</b>	<b>256</b>
CEB Distribuição S/A	<b>c</b>	255	256
<b>Passivo</b>		<b>1.703</b>	<b>86.549</b>
<b>Empréstimos</b>			<b>85.551</b>
CEB Lajeado S/A	<b>d</b>		85.551
<b>Demais Obrigações</b>		<b>1.703</b>	<b>998</b>
CEB Distribuição S/A	<b>e</b>	1.447	669
CEB Distribuição S/A	<b>f</b>	256	329

Transações com Partes Relacionadas (Resultado)	Condições de Realização das Transações	Controladora	
		31/03/2013	31/03/2012
<b>Receitas</b>		<b>13.902</b>	<b>9.235</b>
<b>Receita de Prestação de Serviços e Distribuição de Energia Elétrica</b>		<b>13.902</b>	<b>9.235</b>
Governo do Distrito Federal	<b>g</b>	13.902	9.235
<b>Despesas</b>		<b>897</b>	<b>18</b>
<b>Despesas Financeiras</b>		<b>886</b>	<b>9</b>
<b>Juros de empréstimos</b>		<b>886</b>	<b>9</b>
CEB Lajeado S.A	<b>h</b>	886	9
<b>Outras Despesas</b>		<b>11</b>	<b>9</b>
<b>Despesa de Locação de Imóvel</b>		<b>11</b>	<b>9</b>
CEB Distribuição S.A	<b>i</b>	11	9

a) Representa valores a receber por serviços prestados de Iluminação Pública ao Governo do Distrito Federal.

## Notas Explicativas



### Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

b) Representa valores a receber de dividendos declarados e Juros sobre o Capital Próprio sobre o resultado das controladas.

c) Representa valores de repasse de faturas de órgãos públicos que foram créditos em conta corrente da CEB Distribuição S.A..

d) Valor do empréstimo captado pela CEB Lajeado S.A. e repassado a CEB para cumprir compromisso de subscrição de ações conforme resolução ANEEL.

e) A CEB Distribuição S.A. possui empregados cedidos a Companhia Energética de Brasília – CEB, que efetua mensalmente o ressarcimento do custo efetivo dos salários e dos benefícios dos empregados cedidos da CEB Distribuição S.A. A cessão é por tempo indeterminado e não há cobrança de taxas adicionais

f) Refere-se a valores a pagar de depósito de faturas de órgãos públicos realizado na conta corrente da Companhia Energética de Brasília – CEB e que é repassado através de encontro de contas a CEB Distribuição S.A.

g) Representa a receita do serviço de iluminação pública e manutenção por serviços prestados ao Governo do Distrito Federal – GDF.

h) Valor de encargos financeiros sobre repasse de empréstimo realizado pela controlada CEB Lajeado S.A a CEB.

i) Trata-se de contrato de aluguel de salas utilizadas pela Companhia Energética de Brasília – CEB, reajustado anualmente pelo IGP-M. Os valores são acordados entre as partes e o contrato e as renovações têm a anuência do órgão regulador.

#### (ii) Operações do Grupo e seus acionistas controladores e coligadas

Transações com Partes Relacionadas (Balanço Patrimonial)	Condições de Realização das Transações	Consolidado	
		31/03/2013	31/12/2012
<b>Ativo</b>		<b>127.836</b>	<b>116.124</b>
<b>Contas a Receber, Liquida da PDD</b>		<b>118.217</b>	<b>107.189</b>
Corumbá Concessões S/A	a	205	270
Energética Corumbá III S/A	a	54	72
Governo do Distrito Federal	b	117.958	106.847
<b>Demais Ativos</b>		<b>9.619</b>	<b>8.935</b>
<b>Dividendos/JSCP</b>	c	<b>8.503</b>	<b>8.503</b>
Corumbá Concessões S/A		233	233
Investco S/A		8.270	8.270
<b>Outras Operações</b>		<b>1.116</b>	<b>432</b>
Governo do Distrito Federal	d	1.116	432
<b>Passivo</b>		<b>299.409</b>	<b>275.190</b>

## Notas Explicativas



### Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Transações com Partes Relacionadas (Balanço Patrimonial)	Condições de Realização das Transações	Consolidado	
		31/03/2013	31/12/2012
<b>Fornecedores</b>		<b>83.038</b>	<b>58.819</b>
Corumbá Concessões S/A	e	13.510	10.380
Energética Corumbá III S/A	e	3.807	3.055
Governo do Distrito Federal	f	65.721	45.384
<b>Dividendos</b>		<b>4.371</b>	<b>4.371</b>
Governo do Distrito Federal	g	4.371	4.371
<b>Outras Obrigações</b>		<b>212.000</b>	<b>212.000</b>
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – Governo do Distrito Federal	h	212.000	212.000

Transações com Partes Relacionadas (Resultado)	Condições de Realização das Transações	Consolidado	
		31/03/2013	31/03/2012
<b>Receitas</b>		<b>75.740</b>	<b>66.171</b>
<b>Receita de Comercialização de Energia</b>	i	<b>893</b>	<b>1.122</b>
Corumbá Concessões S/A		665	871
Energética Corumbá III S/A		228	251
<b>Receita de Prestação de Serviços e Fornecimento de Energia Elétrica</b>		<b>74.595</b>	<b>65.049</b>
Governo do Distrito Federal	j	74.595	65.049
<b>Receita de Dividendos</b>		<b>252</b>	
BSB Energética S.A	k	252	
<b>Despesas</b>		<b>38.264</b>	<b>37.307</b>
<b>Energia Comprada para Revenda</b>		<b>38.264</b>	<b>37.307</b>
Corumbá Concessões S/A	l	30.150	29.530
Energética Corumbá III S/A	l	8.114	7.777

a) As empresas Corumbá Concessões S.A e Energética Corumbá S.A são cessantes do sistema de distribuição de energia elétrica da CEB Distribuição S.A e paga pelo uso do sistema através de tarifas regulamentadas pelo órgão regulador.

b ) Trata-se do fornecimento de energia elétrica (CEB Distribuição S.A) e serviços de iluminação pública e manutenção (Companhia Energética de Brasília – CEB) prestado ao Governo do Distrito Federal - GDF. Pelo fornecimento de energia elétrica é cobrada a tarifa homologada pelo órgão regulador para a classe Poder Público. Em 2011 a CEB Distribuição S/A firmou contrato de parcelamento de dívidas com a Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal – CAESB no montante de R\$ 20.478 para pagamento em 48 parcelas fixas, atualizados pelo INPC até a data da renegociação e acrescidas de encargos de 1% ao mês. Pelo serviço de iluminação pública os valores são acordados entre as partes mediante contrato de prestação de serviços.

c) Representa valores a receber de dividendos declarados e Juros sobre o Capital Próprio sobre o resultado das coligadas.

## Notas Explicativas



### Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

d) A CEB Distribuição S.A. possui empregados cedidos a órgãos do Governo do Distrito Federal. Os órgãos beneficiários efetuam mensalmente o ressarcimento do custo efetivo dos salários e dos benefícios dos empregados cedidos da CEB Distribuição S.A.. A cessão é por tempo indeterminado e não há cobrança de taxas adicionais.

e) A CEB Distribuição S.A. tem contratos bilaterais de Suprimento de Energia com a empresa Corumbá Concessões S.A, com prazo de vigência até 07/07/2015. As tarifas são homologadas e revisadas pelo órgão regulador para cada empresa/contrato.

f) A Contribuição de Iluminação Pública - CIP foi instituída no Distrito Federal pela Lei Complementar nº 673 de 27 de dezembro de 2002 para o custeio dos serviços de iluminação pública prestados aos contribuintes nas vias e nos logradouros públicos do Distrito Federal. A arrecadação da CIP é efetuada pela CEB Distribuição S.A na fatura de consumo de energia elétrica dos consumidores e repassada mensalmente ao GDF.

g) Trata-se de dividendos a pagar ao acionista controlador.

h) Representa o valor dos adiantamentos para futuro aumento de capital (AFAC) realizado do Governo do Distrito Federal – GDF, para aportes no capital da Companhia Energética de Brasília – CEB.

i) A empresa Corumbá Concessões S/A e Energética Corumbá III são cessantes do sistema de distribuição de energia elétrica da CEB Distribuição S.A e paga pelo uso do sistema através de tarifas regulamentadas pelo órgão regulador.

j) Representa a receita do serviço de iluminação pública, manutenção e fornecimento de energia elétrica ao GDF.

k) Representa a receita de dividendos recebido do investimento em participação societária na empresa BSB Energética S.A.

l) Refere-se a receita auferida pela CEB Distribuição S.A pelo serviço de suprimento de energia a empresa Corumbá Concessões S.A..

#### (d) Acordo de Cooperação Técnica

Em outubro de 2012 a Diretoria da CEB Distribuição S.A, por meio da Resolução nº 378 autorizou a celebração de Acordo de Cooperação Técnica com a Secretaria de Planejamento e Orçamento do Distrito Federal - SEPLAN, órgão que administra o parque tecnológico do Governo do Distrito Federal - GDF, a fim de migrar os serviços de processamento e armazenamento de dados da Companhia para o Data Center da SEPLAN. O referido Acordo prevê ainda, a utilização pela SEPLAN, dos dutos da CEB Distribuição S.A. para fazer o cabeamento de fibra ótica, sem custos para ambos, apenas troca de benefícios.

## 28 SEGUROS

Os bens móveis e imóveis compostos por equipamentos, máquinas, ferramentas, móveis e utensílios e demais instalações relacionadas à UPA – Usina Hidrelétrica do Paranoá e aos prédios administrativos, operacionais, laboratórios e subestações de distribuição – componentes do Ativo Imobilizado da CEB Geração S.A. e da CEB Distribuição S.A., conforme os critérios de riscos constantes de relatório técnico – estão cobertos, até 30 de dezembro de 2013 (CEB Distribuição S.A) e até 1 de fevereiro de 2014 (CEB Geração S.A), por contrato de

## Notas Explicativas



### Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

seguro para riscos nomeados contra incêndio, raio, explosão e danos elétricos, cujo custo do prêmio foi de R\$ 910 com um total segurado de R\$ 369.370.

Os bens das Usinas Luís Eduardo Magalhães, Queimado, Corumbá III e Corumbá IV também estão devidamente segurados.

Os componentes dessa nota explicativa não compõem o escopo de trabalho dos nossos Auditores Independentes.

#### 28 EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 25 de abril de 2013, A Companhia publicou fato relevante no qual comunicou ao mercado a decisão de revogar a opção de redução do capital social da sua Controlada CEB Distribuição S.A através da devolução do terreno localizado no Setor Noroeste para a Companhia Energética de Brasília – CEB. Segue abaixo o teor do fato relevante publicado.

#### FATO RELEVANTE

Em cumprimento ao disposto na Instrução CVM nº. 358, de 03 de janeiro de 2002, comunicamos aos acionistas da Companhia Energética de Brasília – CEB e aos demais segmentos do mercado de capitais que a 97ª Assembleia Geral Extraordinária da CEB Distribuição S.A., realizada em 25 de abril de 2013, acolheu o Parecer do Conselho Fiscal e revogou a 93ª Assembleia Geral Extraordinária de acionistas da CEB Distribuição S.A., realizada em 26 de fevereiro de 2013, que tratava da redução do capital social e da transferência do terreno localizado no Setor Noroeste para a Companhia Energética de Brasília – CEB.

A motivação para a tomada de decisão foi o impacto relevante no Patrimônio Líquido da CEB Distribuição S.A., conforme Pronunciamento Técnico CPC nº. 33 (R1), de 07 de dezembro de 2012, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovado pela Deliberação CVM nº. 695, de 13 de dezembro de 2012.

Brasília, 25 de abril de 2013.

ELI SOARES JUCÁ

Diretora Administrativo-Financeira e de Relações com Investidores

Brasília, 17 de maio de 2013.

## Notas Explicativas



**Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2013**  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

**RUBEM FONSECA FILHO**  
Diretor-Presidente

**EULER GUIMARÃES SILVA**  
Diretor Técnico

**SETEMBRINO DE MENEZES FILHO**  
Diretor de Geração e Negócios

**ELI SOARES JUCÁ**  
Diretora Administrativo-Financeira e de  
Relações com Investidores

**PAULO ELESBÃO LIMA DA SILVA**  
Contador  
CRC – DF 9.658/0

## Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Aos  
Acionistas, Conselheiros e Diretores da  
Companhia Energética de Brasília - CEB  
Brasília – DF

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Companhia Energética de Brasília – CEB (“Companhia”), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2013, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21(R1) e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

### Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

### Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

### Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

### Ênfases

Sem modificar a nossa conclusão, chamamos a atenção para o assunto divulgado na Nota Explicativa nº 6.d, referente aos faturamentos correspondentes ao fornecimento de energia elétrica a certas entidades e órgãos da administração pública do Distrito Federal, bem como aos valores relativos aos encargos por pagamentos em atraso, que não foram liquidados financeiramente e estão registrados na rubrica “Contas a receber”, cujo saldo, em 31 de março de 2013, totaliza R\$ 117,9 milhões. A Administração, com base no atual estágio do processo de cobrança e negociação dos referidos créditos, principalmente perante o seu controlador, o Governo do Distrito Federal, considera não necessária a constituição de provisão para perdas. A realização desses créditos depende do sucesso dos processos de cobrança e negociações que estão andamento, e os mencionados créditos podem ser liquidados por valores diferentes daqueles que estão registrados.

Sem modificar a nossa conclusão, chamamos a atenção para o fato de que a controlada CEB Distribuição S.A. apresenta um histórico de deficiência de capital de giro e de baixa ou negativa rentabilidade. Adicionalmente, em razão das características inerentes às atividades operacionais e por exigência dos órgãos concedente e regulador, existe a necessidade de constantes e relevantes investimentos para manutenção e desenvolvimento das suas atividades. Esses fatos indicam a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida relevante quanto à capacidade de continuidade operacional dessa controlada. Os planos da Administração para manutenção das atividades estão descritos na Nota Explicativa nº 1.2.a. As informações contábeis intermediárias dessa controlada, utilizadas para apuração da equivalência patrimonial e no processo de consolidação, foram elaboradas no pressuposto de continuidade normal dos negócios e, assim, não incluem nenhum ajuste relativo à realização e à classificação dos ativos ou quanto aos valores e à classificação dos passivos, que seriam requeridos na impossibilidade da controlada continuar operando.

Sem modificar a nossa conclusão, chamamos a atenção para o fato de que a coligada Corumbá Concessões S.A. apresenta, em 31 de março de 2013, situação financeira desfavorável, representada por capital circulante negativo no montante aproximado de R\$ 24,7 milhões. Essa situação indica a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida relevante quanto à capacidade de

continuidade operacional dessa coligada. Os planos da Administração relacionados à continuidade das operações dessa coligada estão descritos na Nota Explicativa nº 1.2.a. As informações contábeis intermediárias da referida coligada, utilizadas para o cálculo de equivalência patrimonial, foram elaboradas no pressuposto de continuidade normal dos negócios e, assim, não incluem nenhum ajuste relativo à realização e à classificação dos ativos ou quanto aos valores e à classificação dos passivos, que seriam requeridos na impossibilidade da coligada continuar operando.

Sem modificar a nossa conclusão, chamamos a atenção para o fato de que a controlada Companhia Brasileira de Gás – CEBGAS, conforme descrito na Nota Explicativa nº 1.2.a, entrou em operação parcial em 8 de fevereiro de 2007, por meio do suprimento de gás natural liquefeito, proveniente da cidade de Paulínia, no Estado de São Paulo, para o Distrito Federal, e distribuição a partir de contratos de compra e venda a seus distribuidores. Para que essa operação seja plena, faz-se necessária a viabilização da construção do gasoduto de transporte de gás natural ligando o gasoduto Brasil-Bolívia ao Distrito Federal. Enquanto persistir essa situação, a CEBGAS continuará a depender de suporte financeiro a ser obtido com seus acionistas ou com terceiros. Essas condições indicam a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida relevante quanto à capacidade de continuidade operacional dessa controlada. As informações contábeis intermediárias dessa controlada, utilizadas para apuração da equivalência patrimonial e no processo de consolidação, não incluem ajustes que poderiam ser requeridos no caso de a controlada não conseguir viabilizar suas operações de forma plena.

#### Reapresentação dos valores correspondentes

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 3, em decorrência da mudança de política contábil relacionados aos Pronunciamentos Técnicos CPC 33 (R1) e CPC 19 (R2), os valores correspondentes ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e às demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado (informação suplementar), referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2012, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 26(R1) - Apresentação das Demonstrações financeiras. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

#### Outros assuntos

##### Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2013, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Brasília, 17 de maio de 2013

KPMG Auditores Independentes  
CRC SP-014428/O-6 F-DF

Francesco Luigi Celso  
Contador CRC SP-175348/O-5

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**

### **DECLARAÇÃO**

Pelo presente instrumento, o Diretor Presidente e os demais Diretores da Companhia Energética de Brasília – CEB, sociedade de economia mista por ações, de capital aberto, com sede no Setor de Indústria e Abastecimento, Área de Serviços Públicos, Lote C, S I A, Brasília, inscrita no CNPJ sob nº. 00.070.698/0001-11, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº. 480, de 07 de dezembro de 2009, declaram que:

(I) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no Parecer da KPMG Auditores Independentes, relativamente às informações financeiras da CEB referentes ao 1º trimestre de 2013, encerrado em 31 de março de 2013; e,

(II) reviram, discutiram e concordam com as informações financeiras da CEB relativas ao 1º trimestre de 2013, encerrado em 31 de março de 2013.

Brasília, 17 de maio de 2013.

**RUBEM FONSECA FILHO**

Diretor-Presidente

**EULER GUIMARÃES SILVA**

Diretor Técnico

**SETEMBRINO DE MENEZES FILHO**

Diretor de Geração e Negócios

**ELI SOARES JUCÁ**

Diretora Administrativo-Financeira e de Relações com Investidores

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes**

### **DECLARAÇÃO**

Pelo presente instrumento, o Diretor Presidente e os demais Diretores da Companhia Energética de Brasília – CEB, sociedade de economia mista por ações, de capital aberto, com sede no Setor de Indústria e Abastecimento, Área de Serviços Públicos, Lote C, S I A, Brasília, inscrita no CNPJ sob nº. 00.070.698/0001-11, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº. 480, de 07 de dezembro de 2009, declaram que:

(I) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no Parecer da KPMG Auditores Independentes, relativamente às informações financeiras da CEB referentes ao 1º trimestre de 2013, encerrado em 31 de março de 2013; e,  
(II) reviram, discutiram e concordam com as informações financeiras da CEB relativas ao 1º trimestre de 2013, encerrado em 31 de março de 2013.

Brasília, 17 de maio de 2013.

**RUBEM FONSECA FILHO**  
Diretor-Presidente

**EULER GUIMARÃES SILVA**  
Diretor Técnico

**SETEMBRINO DE MENEZES FILHO**  
Diretor de Geração e Negócios

**ELI SOARES JUCÁ**  
Diretora Administrativo-Financeira e de Relações com Investidores